

THIAGO RODRIGUES DE MELO

RUANDA

O holocausto que as Nações Unidas ignoraram

Monografia apresentada como requisito
parcial para a conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientadora: Prof.^a **Raquel Boing Marinucci**

BRASÍLIA - DF

2004

THIAGO RODRIGUES DE MELO

RUANDA

O holocausto que as Nações Unidas ignoraram

Banca Examinadora:

Prof.^a Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Tarciso Dal Maso Jardim
(Membro)

Prof. Marcelo Gonçalves Valle
(Membro)

BRASÍLIA - DF

2004

Para meus pais.

Agradeço a Deus por ter me abençoado durante todo o processo de elaboração desta monografia. Agradeço minha orientadora, Prof.^a Raquel, por todo o aconselhamento ao longo dessa jornada e pela alta dose de paciência dela exigida, importantíssima para conter o ímpeto, a revolta e as palavras muitas vezes afiadas de um estudante de primeira viagem. Agradeço também ao pequeno Francisco Boing, por conseguir abrandar uma realidade tão dura como a estudada nesta monografia, ao encher de sorrisos a mim e a sua mãe durante as infindáveis reuniões para debate dos primeiros rascunhos. E agradeço principalmente a Camila, sua compreensão e apoio foram fundamentais para que esse sonho pudesse ser alcançado.

A todos meu muito obrigado.

SUMÁRIO

Resumo	VII
Abstract	VIII
Lista de siglas e abreviaturas	IX
Introdução	01
Capítulo 1- Histórico do genocídio	05
1.1 – A presença da ONU	05
1.2 – O secretariado da ONU ignora avisos	09
1.3 – O estopim do genocídio	15
1.4 – O assassinato dos soldados belgas	17
1.5 – O genocídio	20
1.6 – A reação do Conselho de Segurança	22
1.7 – EUA atrasam as decisões do Conselho de Segurança	24
1.8 – O termo “genocídio”	26
1.9 – A França organiza uma missão multilateral	27
1.10 – A FPR pára o genocídio e assassinos fogem para o Zaire como refugiados	30
Capítulo 2 – Por que o genocídio aconteceu?	33
2.1 – A questão da colonização belga	33
2.2 – A preparação do genocídio	39
2.2.1 – A “Solução Final” do Poder Hutu	40
2.2.2 – Recrutando para o genocídio	41
2.2.3 – O “totalitarismo” em Ruanda	44
2.3 – O genocídio poderia de fato ter sido impedido?	50
2.3.1- Estratégias para impedir o genocídio	51
Capítulo 3 – O genocídio em Ruanda e o futuro das relações internacionais	58
3.1 – A ONU e o Conselho de Segurança	58

3.2 – A questão da obrigatoriedade dos tratados internacionais	61
3.3 – O Tribunal Penal Internacional para Ruanda	66
3.3.1 – O sistema de confissões	72
3.4 – As seqüelas do genocídio	75
3.4.1 – O mal não se restringe a números	75
3.4.2 – O mal psicológico	78
3.5 – A comunidade internacional e sua parcela de culpa: algo mudou nos últimos dez anos?	80
Conclusão	84
Referências Bibliográficas	87
Anexos	93

RESUMO

A monografia analisa o genocídio ocorrido em Ruanda de abril a julho de 1994. Um período de 100 dias ao longo dos quais um milhão de pessoas foram assassinadas em uma tentativa de extermínio étnico por parte do governo daquele país. O objetivo é avaliar a participação das Nações Unidas no conflito e, assim, demonstrar a influência que as grandes potências exercem dentro do Conselho de Segurança da ONU. Para isso é estudada uma situação de crise que demandaria uma ação urgente das Nações Unidas, mas que não fazia parte da lista de prioridades daquelas potências. É mostrado, então, como as Nações Unidas parecem funcionar como um palco para a defesa dos interesses de alguns poucos países e não como uma organização multilateral que busca a paz mundial e a defesa dos direitos humanos, tal como determinado em sua carta de fundação.

Da mesma maneira, analisa-se a existência de um governo totalitário em Ruanda, responsável por dar início a um forte processo de massificação da população do país, condição fundamental para a adesão da quase totalidade dos membros da etnia hutu ao genocídio dos integrantes da minoria étnica tutsi. Para essa análise são utilizadas as idéias de Hannah Arendt sobre os governos totalitários, teoria que em muitos momentos reflete a realidade de Ruanda. A estratégia militar também é estudada e comprova como ações simples por parte das forças da ONU em Ruanda poderiam ter influenciado os desdobramentos do genocídio, mas não chegaram a ser postas em prática.

Por outro lado, é analisada a questão da obrigatoriedade do cumprimento dos tratados internacionais e como as diretrizes contidas nesses tratados parecem não se aplicar quando se mostram contrárias aos interesses das grandes potências mundiais.

Por fim, é mostrado como essa forte influência externa se constitui em uma grave falha do sistema ONU e como o futuro das Nações Unidas está diretamente ligado à melhoria e à reforma de seu Conselho de Segurança, responsável pela segurança mundial.

ABSTRACT

This paper analyses the genocide that occurred in Rwanda in 1994. A period of 100 days on which one million people were killed in an attempt of ethnic extermination by the country's government. The scope of this study was focused on the participation of the United Nations in the conflict and, thus, demonstrates the influence that great powers have on the Security Council of the UN. For this purpose it was studied a crisis situation that demanded an urgent action of the United Nations, although not a part of the priority list of those powers. It's shown, then, how the United Nations seems to act as a field to the advocacy of the interests of some few countries and not as a multilateral organization that seeks world peace and the defense of human rights, as determined in its foundation chart.

In the same way, it is analyzed the existence of a totalitarian government in Rwanda, responsible for initiating a strong process of massification of the country's population, fundamental condition for the adhesion of the almost totality of the hutu ethnic members to the genocide of the tutsi ethnic minority. This analysis is based on Hannah Arendt's ideas about totalitarian governments, theory that in many moments reflects the reality in Rwanda. The military strategy is also studied and confirms how simple actions by the UN forces in Rwanda could have influenced the outcomes of the genocide, but were not put in practice.

On the other hand, it is analyzed the obligation of fulfillment of the international treaties and how the guidelines contained in these treaties do not seem to apply when opposed to the interests of the world's great powers.

Finally, is shown how this strong external influence constitutes a serious flaw on the UN system and how the future of the United Nations is directly linked to its improvement and to the reform of its Security Council, which is responsible for the world safety.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGNU – Assembléia Geral das Nações Unidas
CS – Conselho de Segurança
ETO - École Technique Officielle (Escola Técnica Oficial)
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FPR – Frente Patriótica Ruandesa
Gen. - General
HRW – Human Rights Watch
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MRND – Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
RTL M – Rádio Télévision Libre dês Mille Collines
SG – Secretário Geral
Ten. – Tenente
TPI – Tribunal Penal Internacional
TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda
UNAMIR – United Nations Assistance Mission for Rwanda
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOMUR – United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia, a princípio, era analisar o Conselho de Segurança após o final da Guerra Fria, momento em que já não havia mais as disputas políticas e a corrida armamentista entre os blocos socialista e capitalista. O mundo já não vivia mais à beira de sua destruição em uma guerra mundial nuclear. No plano internacional, talvez a primeira consequência do final da Guerra Fria tenha sido a exaltação dos Estados Unidos como a maior superpotência econômica e bélica do mundo, à qual o Ministro de Assuntos Estrangeiros francês, Hubert Védrine, chamou de *hyperpuissance* (hiperpotência).

Dentro do Conselho de Segurança, esta mudança significou o final do sistema bipolar de balanço de poder entre aqueles dois blocos. O Conselho então deveria voltar a atuar da maneira como havia sido concebido: um foro multilateral responsável por assegurar a paz mundial e o respeito aos direitos humanos.

É inegável a influência norte-americana dentro do Conselho a partir desse momento, comprovada pelas controvérsias envolvendo a Guerra do Golfo e a rapidez com que os Estados Unidos conseguiram que a ONU organizasse uma força, dita multilateral, que sob comando norte-americano, fez incursões no Iraque e no Kuwait em 1991. Mais tarde chegaria-se ao consenso de que as Nações Unidas foram usadas pelos Estados Unidos para legitimar uma intervenção norte-americana naqueles dois países.

Dessa forma, aquele objetivo inicial de analisar o Conselho de Segurança após a Guerra Fria foi direcionado para um estudo sobre a influência que os Estados Unidos exerceriam, a partir desse momento, dentro dos centros internacionais de tomada de decisão. Nessa mesma linha, a ideia de analisar o genocídio em Ruanda surgiu a partir de um questionamento a respeito dessa realidade pós-guerra fria e da influência exercida pelos Estados Unidos dentro do Conselho de Segurança. Partindo do princípio de que decisões são tomadas com grande velocidade quando alguma ação por parte da ONU é do interesse daquela hiperpotência, o que aconteceria caso algo de grande urgência

demandasse a atenção do Conselho de Segurança mas não interessasse particularmente aos Estados Unidos?

Isso foi o que aconteceu em 1994 quando teve início o genocídio em Ruanda. Contudo, mediante a extensa pesquisa e a análise dos acontecimentos envolvendo a execução daquele genocídio, pôde ser constatado que os Estados Unidos não foram a única potência a exercer forte influência nas decisões do Conselho de Segurança em 1994. A França também desempenhou papel importante dentro do Conselho no que diz respeito ao envio de ajuda internacional a Ruanda. Como viria a ser provado, essa movimentação francesa aconteceu em função da defesa de seus próprios interesses e não buscando de fato impedir a continuação do genocídio.

O Conselho de Segurança parece atuar com maior rapidez, ou com relativa morosidade, de acordo com os interesses das potências mundiais, independentemente da gravidade do assunto em debate. Nem sempre a busca dos direitos humanos parece ser a única força motriz das muitas operações executadas pelo Conselho.

O genocídio em Ruanda causou a morte de um milhão de pessoas em um período de apenas cem dias. Como será mostrado nesta monografia, o Conselho não dedicou a devida atenção aos avisos anteriores ao início do genocídio. Quando este começou, as tropas das Nações Unidas foram quase que totalmente evacuadas do país e, após isso, em função da influência das grandes potências, nenhuma ação foi realizada visando impedir o prosseguimento dos assassinatos.

Ao longo dos próximos capítulos tentará ser provado, mediante o estudo dos fatos que permeiam a realização do genocídio em Ruanda, como o Conselho de Segurança foi desvirtuado de sua real função: a proteção aos direitos humanos e a busca da paz mundial. Além disso, será mostrado também como o Conselho parece atuar em função dos interesses de seus membros permanentes (as grandes potências mundiais) e como isso pode ser negativo quando determinada questão não interessa àquelas potências e põe em risco a vida de milhares de pessoas.

Não obstante, será analisado como foi possível a um país tão pobre como Ruanda a execução de um genocídio que, com relação ao número de vítimas por tempo necessário para a sua execução, chegou a ser três vezes superior à taxa de mortes do holocausto nazista e foi o extermínio em massa mais rápido e eficiente desde os bombardeios nucleares de Hiroshima e Nagasaki. Por fim, será questionada a obrigatoriedade do cumprimento dos inúmeros tratados internacionais existentes e como

as potências internacionais parecem ignorar as regras desses tratados quando seus interesses estão em questão.

Ruanda se mostra como uma incógnita nas relações internacionais contemporâneas, vítima de uma grave falha de atuação da ONU frente a uma situação de séria violação dos direitos humanos. Os fatos ocorridos naquele país em 1994, envolvendo crimes contra a humanidade, desrespeito de diversos tratados internacionais e ineficiência das Nações Unidas, são desconhecidos por boa parte da comunidade internacional, bem como, pela maioria dos internacionalistas e acadêmicos da área de conflitos internacionais e direitos humanos. Esta monografia pretende preencher essa lacuna e fazer conhecer os detalhes dessa tragédia humana.

“(...) ‘aceitado a morte’. Isso acontece a certa altura. A gente espera não morrer com crueldade, mas espera morrer, de todo modo. Não ser morto por um facão, de preferência, mas por um tiro. Se você pudesse, pagaria para ser morto com um tiro. A morte era mais ou menos normal, uma resignação. A gente perdia a vontade de lutar. Houve 4 mil tutsis assassinados em Kacyiru (...). Os soldados os trouxeram aqui, e ordenaram que se sentassem, pois atirariam granadas. E eles se sentaram.”

Laurent Nkongoli, sobrevivente.

1 – HISTÓRICO DO GENOCÍDIO

A impressão transmitida pelos relatórios existentes a respeito do genocídio em Ruanda, ocorrido de abril a julho de 1994, é a mais chocante possível. Relatos de um caos completo, massacres diários e apatia da comunidade internacional, em especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob forte influência dos Estados Unidos.

Para a melhor compreensão do enorme peso existente sobre a inação do Conselho de Segurança, em casos de ameaça à paz e aos direitos humanos, este primeiro capítulo visa a fornecer um histórico do genocídio. Para tanto, serão analisadas diversas versões do mesmo, propiciando pontos de vista distintos a respeito da tragédia.

Dentre as fontes a serem consultadas está a própria Organização das Nações Unidas. Seu Conselho de Segurança elaborou relatórios e resoluções referentes à situação em Ruanda e, também, aos esforços empregados pela organização no sentido de se fazer valer as normas internacionais de proteção aos direitos humanos. Além desta, a Organização Não-Governamental (ONG) *Human Rights Watch*¹ também poderá contribuir com informações não citadas nos informes da ONU. Informações estas que poderiam levantar questões importantes sobre a eficácia da participação da organização no conflito. Por fim, diversos relatos de testemunhas oculares do genocídio, sejam estas sobreviventes da tragédia, ou mesmo membros das forças de paz enviados àquele país, poderão fornecer maiores detalhes sobre o que, de fato, aconteceu em Ruanda e qual foi a participação da comunidade internacional durante as hostilidades.

1.1 – A presença da ONU

Ruanda possui um passado conturbado de disputas entre a maioria étnica hutu e a minoria tutsi, a primeira caracterizada por pessoas de baixa estatura, corpos largos e feições robustas, e a segunda por pessoas de alta estatura, geralmente magras e de feições finas, muito próximas do padrão europeu.²

¹ A ONG Human Rights Watch foi criada em 1978, em Helsinki – Finlândia. Seus objetivos principais são: investigar e expor violações aos direitos humanos em todo o mundo, proteger pessoas de tratamento desumano durante períodos de guerra e levar os responsáveis por violações à justiça. O HRW também fez importantes contribuições ao Tribunal *Ad Hoc* instaurado para julgar os responsáveis pelo genocídio de Ruanda. Maiores informações podem ser encontradas no site: www.hrw.org.

² Human Rights Watch. *Leave None to Tell the History – Genocide in Rwanda*, março/1999. Disponível em: <<http://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/index.htm>>. Acesso em: 01/02/04.

Em 22 de fevereiro de 1993, o General Juvénal Habyarimana, ditador que estava à frente do governo de Ruanda desde 1973, juntamente com o Presidente do país vizinho Uganda, enviou carta ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS). Nessas cartas era solicitada a instalação de observadores militares da ONU ao longo dos 150 Km de suas fronteiras comuns, de forma a prevenir o transporte de suprimentos militares entre os dois países³. A fronteira era extensivamente controlada pela Frente Patriótica Ruandesa – FPR, uma força rebelde composta por tutsis de nacionalidade ruandesa, refugiados em Uganda desde os anos 60. A FPR era liderada por soldados com experiência de batalha adquirida durante a guerrilha ugandense de Yoweri Museveni, que depôs o governo daquele país em 1986.

O primeiro ataque da FPR ao governo de Habyarimana se deu em outubro de 1990, quando o norte do país foi invadido e dominado. Em 1993, o controle da FPR sobre a parte norte do país, o crescimento de seu poder militar e a pressão diplomática exercida sobre o Governo de Habyarimana, fizeram com que o ditador concordasse em dividir poder com a FPR durante as conversações de paz de Arusha - Tanzânia⁴, em 1993.

Nesse meio tempo, atendendo à solicitação dos governos de Ruanda e Uganda, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução 846/93, de 22 de junho de 1993, autorizou o estabelecimento da “United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda – UNOMUR” no lado ugandense da fronteira comum, por um período inicial de 6 meses⁵.

Ao final de setembro de 1993 a UNOMUR alcançou sua formação completa de 81 observadores militares e estava totalmente operacional. O CS definiu que a missão estaria focada no transporte de armas letais e munição através da fronteira entre Uganda e Ruanda.

As conversações de paz de Arusha foram finalizadas com sucesso em agosto de 1993, com a assinatura de um acordo de paz que determinava a instalação de um governo democraticamente eleito, repatriação de refugiados e a integração das forças armadas de ambos os lados.

Em um gesto jamais visto na história das Nações Unidas, uma delegação conjunta das partes em conflito, formada por representantes do governo de Ruanda e da FPR,

³ Organização das Nações Unidas. “*The United Nations and the Situation in Rwanda*”, Nova Iorque, agosto de 1994.

⁴ KUPERMAN, Alan F. Rwanda in Retrospect. *Foreign Affairs*, Vol. 79 nº 1. p. 95

⁵ Organização das Nações Unidas. Resolução nº 846/93, junho/1993, p. 02

Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/scres/1993/scres93.htm>>.

Acesso em: 14/02/04.

viajou a Nova Iorque para solicitar ao presidente do Conselho de Segurança da ONU a instalação de uma força militar neutra, com o objetivo de auxiliar na implementação do acordo de paz. Essa força ficaria sob responsabilidade das Nações Unidas e seria a responsável pela manutenção da segurança pública e o envio de ajuda humanitária durante o período de transição governamental. Tal atitude das partes envolvidas na disputa obteve ótima receptividade entre os membros do Conselho, assim como, pelo Secretário Geral. Ruanda demonstrava sinais de se tratar de uma questão social que seria facilmente contornada com a ajuda da ONU.⁶

Assim, em 24 de setembro de 1993, o Secretário-Geral (SG) das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, recomendou ao CS a instalação de uma “United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR)” cujas obrigações seriam:

- *“Garantir a segurança da capital de Ruanda, Kigali;*
- *Monitorar o cumprimento do acordo de paz, incluindo a expansão da zona desmilitarizada;*
- *Auxiliar no processo de desminagem do país;*
- *Monitorar a segurança no período final da transição, com a aproximação das eleições;*
- *Fornecer segurança durante a repatriação de refugiados”.*⁷

O conceito de zona desmilitarizada, defendido por Boutros-Ghali, é a instalação preventiva de tropas ao longo dos dois lados de uma fronteira comum, mediante anuência das partes envolvidas, como forma de separar agressores em potencial.⁸

Além desses pontos, o Secretário-Geral também recomendou que os oficiais a serviço da UNOMUR fossem submetidos ao comando da nova missão e permanecessem em Ruanda durante todo o processo de transição.

O projeto de instalação da Unamir também previa que a operação seria conduzida em quatro fases, cujos objetivos seriam:

- 1ª fase: estabelecer condições para a instalação do novo governo. Ao final desta fase a força da Unamir totalizaria 1.428 militares;

⁶ MELVERN, Linda. Genocide Behind the Thin Blue Line, *Security Dialogue*, pp.333-346.

⁷ Organização das Nações Unidas. Op. cit, p. 03

Salvo nota em contrário, as citações de fontes em inglês têm tradução minha.

⁸ BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace. p. 19.

- 2ª fase: continuar a monitoração da zona desmilitarizada, garantir a segurança da capital Kigali e auxiliar na desmobilização e integração das forças armadas de ambos os lados. Nessa fase, a força da Unamir atingiria sua força máxima, com um total de 2.548 militares;
- 3ª fase: aumentar o alcance da zona desmilitarizada e, com o final da integração entre as forças armadas, o pessoal a serviço da Unamir seria reduzido para 1.240 militares;
- 4ª fase: nesta última fase a força da missão seria reduzida para seu nível mínimo, aproximadamente 930 militares, e seria responsável por garantir a atmosfera de segurança necessária para os estágios finais da transição, que culminaria com a realização das eleições.⁹

Em 5 de outubro de 1993, através da Resolução 872/93 o Conselho de Segurança das Nações Unidas instituiu a missão de manutenção da paz (peace-keeping mission) Unamir por um período inicial de seis meses.¹⁰ O Secretário-Geral seria responsável por reportar qualquer progresso substancial na implementação do Acordo de Paz de Arusha.

Boutros-Ghali, em seu livro *An Agenda for Peace*, definiu as missões de manutenção da paz como sendo o estabelecimento de tropas a serviço das Nações Unidas em campo, com o consentimento das partes envolvidas, de forma a aumentar as possibilidades de prevenção de conflitos e de construção da paz.¹¹

O comandante da missão, General Brigadeiro Romeo A. Dallaire, chegou a Kigali em 22 de outubro de 1993 e a instalação do primeiro batalhão a serviço da ONU, composto por contingentes vindos da: Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Congo, Egito, Fiji, Gana, Malawi, Holanda, Nigéria, Polônia, Romênia, Federação Russa, Senegal, Togo, Tunísia, Uruguai e Zimbábue, estaria completa ainda na primeira quinzena de dezembro daquele ano.

O General Dallaire viria a se tornar peça chave para a compreensão de como o Conselho de Segurança, sob influência das potências internacionais, tomou decisões equivocadas e deixou de agir em momentos fundamentais do conflito que se seguiria durante o ano de 1994.

⁹ Organização das Nações Unidas. Op. cit, p.03

¹⁰ Ibidem, p. 21

¹¹ BOUTROS-GHALI, Boutros. Op. cit. p.11

O Acordo de Arusha previa que o Chefe de Estado permaneceria no poder até a realização das eleições, assim, Habyarimana foi declarado presidente de Ruanda em 5 de janeiro de 1994. Contudo, a Assembléia Nacional de Transição, que deveria ser eleita e instalada naquele mesmo dia, não o foi devido à impossibilidade das partes de se chegar a um acordo sobre a determinação de seus membros.

A não instalação da Assembléia atrasou os planos da Unamir de completar a primeira fase de seu mandato. Ao mesmo tempo, a situação em Ruanda ficou ainda mais tensa e, nas principais cidades, uma série de demonstrações violentas, assassinato de líderes políticos e de civis começaram a ocorrer.

O Relatório das Nações Unidas sobre a Situação em Ruanda de 1994 omite uma série de fatos ocorridos durante a execução do mandato da Unamir. Assim, para se evitar o estudo enviesado de uma tragédia humana como o genocídio em Ruanda, outras fontes além dos relatórios das Nações Unidas foram consultadas e outra versão da participação da Unamir e do CS no conflito foi tomando forma.

O relatório da ONG *Human Rights Watch* - HRW, *Leave None to Tell the History*, contribui com uma série de informações que mostram que o Conselho de Segurança estava alheio à situação em Ruanda. Diversos membros do Conselho sabiam, com grande antecedência, por exemplo, que havia planos para o extermínio de tutsis em todo o território ruandês. Além disso, o Secretariado da ONU foi informado com antecedência da intenção do Governo de Ruanda de forçar a retirada das forças da Unamir, até mesmo executando alguns de seus soldados, se necessário.

1.2 – O secretariado da ONU ignora avisos

Apesar de se apresentar para as conversações de paz de Arusha e assinar um acordo de paz com a FPR, o governo de Ruanda pretendia, desde o primeiro ataque da FPR em 1990, dizimar a população tutsi que ainda vivia em seu território. A contribuição dada durante as conversações de paz não passava de fachada do governo ruandês, que ao mesmo tempo se preparava para iniciar um processo de limpeza étnica no país.¹² Como comprovação dessa intenção, pode ser citada uma série de ações empregadas

¹² Human Rights Watch. *Leave None to Tell the History – Genocide in Rwanda*, março/1999. Disponível em: <<http://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/index.htm>>. Acesso em: 01/02/04.

paralelamente ao processo de paz que culminaria com a assinatura do Acordo de Arusha. Dentre estas ações estão:

- durante três anos e meio, desde o primeiro ataque da FPR ao norte do país, o Governo de Ruanda trabalhou para aumentar a separação entre as etnias e redefinir a população de Ruanda em “ruandeses” e “ibytso” (que significa “cúmplices do inimigo” em referência à minoria tutsi e a hutus contrários a Habyarimana); tutsis também eram chamados de “inyenze” (que significa “baratas”).
- Todos os habitantes de Ruanda eram obrigados a se registrar de acordo com o grupo étnico junto ao governo¹³;
- Apenas quatro dias após a assinatura do Acordo de Paz de Arusha, o governo de Ruanda criou a “*Rádio Télévision Libre des Mille Collines – RTLM*”. Através da RTLM eram veiculadas informações de que tutsis não dividiriam poder e que as conversações de Arusha não passavam de uma forma para que eles tomassem o controle do Estado e subjugassem hutus de todo o país. O principal objetivo da RTLM era divulgar propaganda genocida e fomentar o medo e o ódio entre os hutus, preparando-os para se levantar contra os tutsis quando a ordem fosse dada;
- Também através da RTLM foi criado e difundido o movimento “Poder Hutu”, que pregava a união étnica entre hutus de toda Ruanda;
- No início de 1992, Habyarimana criou e começou a dar treinamento militar a uma milícia conhecida como os “*Interahamwe*” (aqueles que atacam unidos). Em 1993 o Coronel Théoneste Bagosora, comandante da milícia, concluiu que armas de fogo eram muito caras para serem distribuídas a todos os membros da *Interahamwe* e começou a armá-los com facões e *mazus*¹⁴ (um tipo de taca de madeira cravejado de pregos na ponta).¹⁵

¹³ Cartões de identificação foram introduzidos em 1933 pelo governo da Bélgica e, segundo Andersen (2000), após a independência de Ruanda foram responsáveis por um “apartheid” contra os tutsis.

¹⁴ O site da organização sem fins lucrativos PapaInk possui um acervo com uma série de desenhos feitos por crianças sobreviventes do genocídio. Dentre eles, está um desenho que pode ilustrar a utilização do Mazu, testemunhada por uma daquelas crianças. Ver em anexo.

Disponível em: < <http://www.papaink.org/gallery/home/artist/images/165.html> >.

Acesso em: 04/03/04.

¹⁵ Human Rights Watch. Op. cit. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/index.htm>>. Acesso em: 01/02/04. Essas informações podem ser confirmadas no texto de Linda Melvern, *Genocide Behind the Thin Blue Line, Security Dialogue*, pp. 333-346.

Todos esses sinais não passaram despercebidos pelos membros da Unamir que estavam presentes em Ruanda. Por esse motivo, apenas uma semana após os problemas na eleição dos membros da Assembléia de Transição, temendo as conseqüências dessa série de preparações para um extermínio de tutsis em Ruanda, o General Dallaire enviou, em 11 de janeiro de 1994, um telegrama ao Secretário Geral da ONU¹⁶.

O atual Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, à época do genocídio em Ruanda, era o chefe do Departamento de Operações de Paz da ONU. Foi no escritório de Annan que o telegrama de Dallaire foi recebido e levado ao conhecimento do então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali. O Sr. Iqbal Riza, assessor especial de Annan no Dep. de Operações de Paz, declarou em entrevista que não foi dada grande importância ao fax de Dallaire recebido naquele dia - “*é simplesmente notável um fax como esse ter chegado aqui e não ter sido notado.*”¹⁷

Em seu telegrama, Dallaire informava que havia sido posto em contato com um importante informante do mais alto escalão do governo de Habyarimana. O informante era responsável por dar treinamento militar a uma milícia chamada *Interahamwe*, que possuía armas e poderia estar sendo treinada para o extermínio de tutsis.

O telegrama relatava que o Governo de Habyarimana pretendia forçar a retirada das tropas da Unamir do território de Ruanda, para que não houvesse interferência internacional na execução do plano de extermínio: “*Tropas belgas deveriam ser provocadas e, se recorressem ao uso da força, soldados deveriam ser assassinados para, assim, garantir a retirada belga de Ruanda*”¹⁸.

Além disso, Dallaire informava que, desde a chegada de suas tropas, todos os tutsis foram obrigados a se registrar junto aos *Interahamwe*. O exemplo que Dallaire deu ao SG, sobre a capacidade destrutiva dos *Interahamwe*, foi que em apenas vinte minutos, os assassinos de Habyarimana poderiam executar cerca de mil tutsis.

Por fim, o Gen. Dallaire declarou que seu informante conhecia os locais onde eram guardadas as armas da milícia. Ele pretendia entrar em ação dentro de 36 horas e atacar esses pontos de estoque de armas, para assim, impedir o avanço dos propósitos

¹⁶ Ver telegramas em anexo.

¹⁷ GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda. p.127

¹⁸ FRONTLINE: The Triumph of Evil, How the west ignored warnings of the 1994 Rwanda Genocide and turned its back on the victims.

Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/evil/warning/>>.

Acesso em: 01/02/04 (grifo meu).

genocidas de Bagosora e Habyarimana, solicitando maiores instruções ao SG. Dallaire terminava seu telegrama com a frase em francês: “*Peux ce que Veux. Allons-y*”. Um recado direto ao Secretariado da ONU que significa: “*Podem aqueles que querem. Vamos.*”

Em seu telegrama, o Gen. Dallaire passou uma série de informações ao Secretário Geral, que por sua vez, deveria informar o Conselho de Segurança, de forma a que providências fossem tomadas no intuito de impedir o início das atrocidades planejadas pelo governo de Habyarimana.

A “*Convenção para a prevenção e a punição do crime de genocídio*”, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1948, determina que será considerado crime de genocídio, todo e qualquer ato, cometido em tempo de paz ou de guerra, que vise a destruir, no todo ou em parte, grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos, especificamente nas formas abaixo:

- “*Matando membros do grupo;*
- *Causando sérios danos mentais ou físicos a membros do grupo;*
- *Infligindo deliberadamente sobre as condições de vida do grupo de forma a causar sua destruição física no todo ou em parte;*
- *Impondo mecanismos que visem a prevenir o nascimento dentro do grupo;*
- *Transferindo crianças do grupo para outro grupo*”.¹⁹

Nesse momento do desenrolar da situação em Ruanda, nota-se uma grave falha de ação das Nações Unidas. Em resposta ao telegrama de Dallaire, apesar de todas as informações nele contidas, o SG da ONU informou ao Comandante da Força de Paz em Ruanda que não podia concordar com a operação sugerida, por estar claramente indo contra o mandato da Unamir.

Não obstante, Boutros-Ghali solicita a Dallaire que informe ao presidente de Ruanda sobre as informações conseguidas a respeito das atividades dos *Interahamwe*. O Comandante também deveria assumir que o presidente não estava ciente de tais atividades e, portanto, precisava ser informado que elas constituíam uma clara violação do Tratado de Paz de Arusha.

¹⁹ Assembleia Geral das Nações Unidas. *Convenção para a Prevenção e a Punição do Crime de genocídio*, resolução nº. 260 A (III) de 09 de dezembro de 1948.

Um detalhe importante é o fato de que a milícia não mataria tantas pessoas, e em tão pouco tempo, utilizando pelotões de fuzilamento ou bombas em locais muito movimentados. Os milicianos executariam pessoas da etnia tutsi, nas ruas ou dentro de suas casas, a golpes de facão. Armas de fogo foram consideradas muito caras para distribuir a todos os milicianos. Os facões foram importados da China por homens de negócio hutus, a pedido do Coronel Bagosora. A justificativa dada pelo comandante da milícia para as grandes importações de facões era o objetivo de armar as tropas “de segurança” de Kigali²⁰. Chegou-se à relação numérica incrível de que, em Ruanda, havia um facão novo para um em cada três homens.²¹

É evidente que havia algo de errado na resposta do SG. Diante de uma ameaça de mil mortes em apenas vinte minutos, Boutros-Ghali não poderia somente solicitar a Dallaire que informasse ao presidente de Ruanda que estava a par daquelas atividades. Muito menos deixar de avisar os membros do Conselho de Segurança o quão tensa estava a situação enfrentada pelas tropas da Unamir.

A resposta de Boutros-Ghali, além de ir contra o bom senso, era incoerente com as normas que regem todo o sistema ONU, dentre elas, a “*Convenção para a prevenção e a punição do crime de genocídio*”. Em seu artigo 3º, a Convenção determina que: “*serão atos puníveis: a) genocídio; b) conspiração para cometer genocídio; c) incitação direta e pública para cometer genocídio; d) tentativa de cometer genocídio; e e) cumplicidade com genocídio*”²².

Analisando os fatos que estavam ocorrendo em Ruanda à luz da Convenção sobre genocídio, deduz-se que:

1º - Habyarimana e Bagosora estavam treinando e fornecendo armamento a uma milícia cujo objetivo principal era exterminar todas as pessoas de uma etnia (tutsi) residentes em Ruanda. Além destes, a grande maioria de adultos do sexo masculino pertencente à etnia hutu havia recebido um facão do governo visando esse objetivo em particular. Portanto, as autoridades de Ruanda estavam claramente infringindo o artigo 3º, item “b”, da Convenção: “*Conspiração para cometer genocídio*”.

²⁰ Ver foto em anexo – facão original utilizado durante o genocídio em Ruanda.

²¹ DOYLE, Mark. Ex-Rwandan PM reveals genocide planning. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3572887.stm>

Acesso em: 23/04/04.

²² Assembléia Geral das Nações Unidas. Op. Cit., resolução nº. 260A (III) de 09 de dezembro de 1948.

2º - Através da rádio RTLM e do movimento “Poder Hutu”, era fomentado o ódio entre as etnias, com a exortação da necessidade de livrar a nação das “baratas”. Uma clara “*incitação direta e pública para cometer genocídio*”. Ou seja, mais uma vez, o Governo de Ruanda era o responsável por crime previsto pela Convenção em seu artigo 3º, item “c”.

Nessa situação específica, as únicas opções restantes para que o artigo 3º da Convenção de genocídio de 1948 fosse violado por completo eram: genocídio, *tentativa de cometer genocídio e cumplicidade com genocídio*, que acarretariam a necessidade de se dar início efetivamente aos assassinatos, o quê, estava claro, não levaria muito tempo para acontecer.

Dessa forma, Boutros-Ghali estava diante de uma séria e evidente violação da Convenção, sem mencionar o risco iminente ao qual as tropas da Unamir estavam sendo expostas. Ele fora avisado por Dallaire que, se necessário, membros da missão de paz seriam assassinados para garantir a retirada das forças da ONU do país. Ignorando todos os avisos, deixando de lado o que diz a Convenção sobre genocídio, colocando em risco as vidas de soldados a serviço da ONU e de milhares de tutsis em Ruanda, provavelmente agindo sob influência externa ao secretariado da ONU, o SG negou autorização para a investida proposta por Dallaire, de tomar de assalto os locais de armazenamento das armas e, com isso, desmobilizar o poder de ação da milícia.

Ao final de seu telegrama resposta, o Secretário ainda escreveu: “(...) *queremos reforçar, contudo, que a principal consideração é a necessidade de se evitar entrar em forma de ação que possa gerar repercussões precipitadas. Lembranças.*”²³. Ora, a ONU possuía observadores militares e pessoal a seu serviço em Ruanda desde, pelo menos, setembro de 1993. O Comandante da Unamir já se encontrava no local desde outubro daquele mesmo ano. O telegrama de 11 de janeiro de 1994 é apenas o mais comentado no caso do genocídio em Ruanda, mas muitos outros foram enviados e, ainda que superficial, a imagem retratada era a de um país dividido e à beira de um grande conflito motivado unicamente por diferenças étnicas. Logo, a ONU estava a par do que poderia acontecer se atitudes não fossem tomadas antes da concretização dos planos de

²³ FRONTLINE: The Triumph of Evil, Op. Cit.

Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/evil/warning/>>.

Acesso em: 01/02/04.

extermínio do governo ruandês. Apesar da presença de todos esses fatores, entrar em ação foi um termo expressamente proibido às forças de paz da Unamir.

Linda Melvern²⁴ sustenta que o Secretariado do Conselho de Segurança, tentando não “desagradar” potências como os Estados Unidos e a França, adotou procedimentos para evitar qualquer influência dos membros não permanentes do Conselho na administração das operações de paz. Nenhum dos telegramas do Gen. Dallaire foi apresentado às reuniões do Conselho e informações filtradas eram repassadas a seus membros, escondendo a gravidade dos avisos e a urgência dos pedidos de Dallaire. “*Éramos mantidos no escuro*”²⁵, afirmou o embaixador da Nova Zelândia, Colin Keating, que era o presidente do Conselho de Segurança em abril de 1994, mês em que o genocídio teve início. O embaixador Keating afirmou também que, se os membros do Conselho tivessem sido informados, o Conselho poderia ter agido de forma diferente. Nada mais que especulações poderiam dizer, hoje, que influência essa ação diferenciada poderia ter sobre as consequências do genocídio.

Uma comprovação da denúncia de que informações estavam sendo retidas e que a missão de paz estava sendo administrada sem o conhecimento de todo o Conselho pode claramente ser encontrada contrapondo-se o telegrama resposta do SG da ONU, às resoluções referentes à situação em Ruanda. Segundo a resolução nº 872/93 do Conselho de Segurança, que instituiu o mandato da Unamir, o SG seria o responsável por reportar “*qualquer progresso substancial na implementação do Acordo de Paz de Arusha*”. Obviamente, uma ameaça de genocídio é um progresso substancialmente contrário à implementação de qualquer acordo de paz.

1.3 – O estopim do genocídio

Um jornal de Ruanda chamado Kangura (que significa “fazer despertar”), também criado pelo governo de Habyarimana, mais especificamente por sua esposa Agathe Habyarimana, tida como a verdadeira governante de Ruanda por comandar as ações do marido, estampou uma grande manchete em sua primeira página no mês de março de 1994. “*Habyarimana vai morrer em março*”²⁶, dizia.

²⁴ MELVERN, Linda, *Op. cit*, pp. 333-346.

²⁵ Ibidem, p. 338

²⁶ GOUREVITCH, Philip. *Op. cit*, p. 130

Na matéria, o presidente era acusado de ser conivente com os tutsis e, por esse motivo, um traidor da causa do Poder Hutu. Além disso, os tutsis utilizariam sua morte como estopim para a tomada do poder. O responsável pelo jornal, Hassan Ngeze, afirmava ainda que o *“presidente não será morto por um tutsi, mas por um hutu comprado pelas baratas”*²⁷.

Em viagem ao país vizinho, a Tanzânia, Habyarimana teria prometido anunciar, assim que retornasse a seu país, a criação de um governo de transição, que contaria com a participação de pelo menos cinco ministros indicados pela FPR. Em 6 de abril de 1994, o avião que transportava de volta a Ruanda seu presidente, Juvénal Habyarimana, e o Presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, foi atingido por um míssil e explodiu quando se preparava para aterrissar na capital Kigali, destruindo na queda parte do palácio presidencial. Não houve sobreviventes à explosão e o caso jamais seria realmente investigado para apontar responsáveis. Automaticamente a culpa recaiu sobre os tutsis.

Instantes após a explosão do avião e à confirmação de que Habyarimana estava morto, a RTLM começou a transmitir a notícia a todas as casas de Ruanda, afirmando que: *“os tutsis fizeram’ e estavam prestes a tomar o país”*²⁸. Os tutsis haviam matado o presidente.

Apenas uma hora após a notícia da morte de Habyarimana já haviam sido montados bloqueios nas ruas das cidades e a onda de assassinatos já havia se iniciado. Nas ruas se aglomeravam muitos milicianos da *Interahamwe*, além de soldados e membros da guarda presidencial de elite, munidos de listas com os nomes das pessoas que deveriam ter “preferência” para morrer. A prioridade máxima eram os líderes oposicionistas do Poder Hutu, entre eles a primeira ministra de Ruanda, Agathe Uwilingiyimana, cuja casa foi uma das muitas a ser cercada ainda na manhã do dia 7 de abril.

Também após somente uma hora do atentado contra o presidente, o Coronel Bagosora já estava presidindo uma reunião do então chamado “Comitê de Crise”, que nada mais era que o núcleo extremista do Poder Hutu. Participaram também da reunião o comandante da Unamir e o representante oficial do Secretário Geral da ONU em Ruanda, aos quais Bagosora assegurou que todos os esforços estavam sendo feitos de forma a se contornar a crise.

²⁷ Ibidem, p. 130

²⁸ MELVERN, Linda. Op. cit. p. 338

Em seu livro sobre o genocídio em Ruanda, Philip Gourevitch, jornalista norte-americano, reúne uma série de depoimentos de sobreviventes, assassinos e membros do governo que de alguma forma fizeram parte dessa história trágica. Dentre esses relatos destaca-se o de Paul Rusesabagina, gerente do Hotel dês Milles Colines em Kigali, sobre os primeiros momentos após a morte do presidente, que pode demonstrar a influência que a Unamir exerceu sobre o desenrolar dos fatos:

*“(...) o telefone tocou. Era o holandês que administrava o Hotel dês Milles Collines (...). ‘Volte para a cidade imediatamente’, ele disse a Paul. ‘Seu presidente morreu.’ Paul telefonou a conhecidos da Unamir para pedir uma escolta. Disseram-lhe: ‘De jeito nenhum. Há bloqueios por toda Kigali, e as pessoas estão sendo mortas nas ruas’ (...). Isso foi uma hora depois do assassinato do presidente – só uma hora.”*²⁹

1.4 – O assassinato dos soldados belgas

Ao saber da notícia da morte de Habyarimana, a primeira ministra de Ruanda, Agathe Uwilingiyimana, considerada uma moderada, em um gesto de desafio aos extremistas do Poder Hutu e visando demonstrar que seu governo ainda estava no comando do país, anunciou que faria, às 05:30 hs do dia seguinte, 07 de abril, um pronunciamento oficial na Rádio Ruanda.

Por se tratar da principal força internacional em Kigali, a primeira ministra solicitou aos capacetes azuis da Bélgica uma escolta militar para garantir sua segurança na movimentação entre sua residência e o prédio da rádio, de onde seria feito o pronunciamento. Ambos os prédios se localizavam no chamado “quartelão presidencial”, estando a residência da primeira ministra não muito distante do local do pronunciamento. Nessa mesma área estavam situados os prédios da Embaixada Americana em Ruanda e do complexo sede das Nações Unidas.

O comboio da ONU, composto por dez homens e quatro jipes e sob o comando do Tenente Lotin, teve dificuldade em conseguir chegar à residência da primeira ministra

²⁹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. pp. 134-135

devido aos diversos bloqueios instalados nas ruas de acesso ao “quartelão presidencial”. Esses bloqueios eram organizados por moradores da região, com a participação de membros da *Interahamwe*, além de soldados do exército de Ruanda armados com metralhadoras e granadas.

Chegando à casa da ministra eles se juntam a três soldados da ONU de origem ganense, designados para garantir a segurança da chefe de Estado. A esse ponto, em frente à casa da ministra um grupo começou a se reunir e a apontar armas para os soldados da missão.

Percebendo a tensão e o caos generalizado nas ruas, a primeira ministra desistiu de realizar a transmissão via rádio e solicitou maior proteção das Nações Unidas. Passadas duas horas da solicitação e não tendo sido enviado nenhum reforço ao local, em um ato desesperado, a ministra tentou fugir de sua casa através de uma cerca de bambu nos fundos da propriedade. Seu objetivo era tentar chegar ao complexo da ONU próximo, mas a primeira ministra foi interceptada e executada sumariamente a golpes de facão em plena rua.³⁰

Os soldados a comando do Tenente Lotin, juntamente com os 3 soldados ganenses, permaneceram na casa da ministra e, aproximadamente 10 minutos após sua execução, às 8:30 hs, um major do exército de Ruanda se aproximou da casa e solicitou aos soldados que entregassem suas armas.

Os soldados da ONU se negaram a entregar suas armas e um tiroteio teve início. Constatando que não seria possível resistir por muito tempo ao combate, o Ten. Lotin decidiu entregar as armas ao oficial do exército de Ruanda. Os 13 soldados da ONU foram então conduzidos ao quartel general do exército de Ruanda localizado no centro da cidade, chamado Campo Kigali, e lá se encontraram com um observador militar das Nações Unidas natural do Togo, também detido pelo exército. Dentro do QG do exército de Ruanda Lotin e seus homens foram linchados até a morte naquela mesma manhã.

O mais chocante desse relato é que no exato momento em que os soldados belgas estavam sendo mortos dentro de Campo Kigali, o comandante geral da Unamir, General Dallaire, estava sendo conduzido a uma reunião convocada pelo “Comitê de Crise” chefiado pelo Coronel Bagosora. A reunião se realizou na *Ecole Supérieure Militaire*, localizada a somente 200 metros de Campo Kigali.

³⁰ SUHRKE, Astri. Facing Genocide: The Record of the Belgian Battalion in Rwanda, *Security Dialogue*, p. 40.

Dallaire afirmou que ao chegar ao local da reunião do “Comitê de Crise”, enquanto passava em frente a Campo Kigali, notou uma grande movimentação e viu corpos caídos no chão. Ele percebeu que se tratavam de europeus e solicitou informações sobre o que estava acontecendo. A resposta obtida foi a de que não se tratavam de belgas da missão de paz e que não seria permitido seu acesso ao local em virtude da agitação dos soldados. Após a reunião, Dallaire novamente solicitou que fosse levado ao campo, mas teve seu pedido negado.³¹

Durante a tarde, o observador militar do Togo e os soldados de Gana, foram libertados e informaram ao comando da missão que os soldados belgas haviam sido mortos no campo. Na noite daquele mesmo dia Dallaire foi ao necrotério identificar os corpos dos soldados da Unamir. Os corpos se encontravam em estado tão deplorável que ele, em um primeiro momento, não pode determinar com segurança de quantos soldados se tratavam exatamente.³²

É interessante notar que os soldados foram abordados por um oficial do exército ruandês, que até então estava atuando em conjunto com as forças da Unamir na proteção da capital Kigali e no cumprimento do tratado de paz de Arusha. Além disso, os soldados foram levados para o centro de comando do exército de Ruanda, que era chefiado pelo Coronel Bagosora, e foram mortos exatamente no momento em que Dallaire participava de reunião com o “Comitê de Crise”. Acontecimento estranho também foi o fato de que somente os soldados de origem belga tenham sido linchados, mortos e cortados em pedaços, ao passo que nada de grave aconteceu aos soldados de Gana e ao observador do Togo. Não eram todos membros da mesma missão da ONU? Se tivessem sido assassinados somente pela excitação irracional de uma multidão de soldados, os quatro militares sobreviventes também deveriam ter sido alvo do linchamento.

Parece claro que o objetivo não era pura e simplesmente matar soldados da missão de paz, ou mesmo deixar que fossem linchados a esmo. O objetivo principal dos comandantes do Poder Hutu, cujo líder era Bagosora, era forçar a retirada dos membros da missão de paz da ONU do território de Ruanda. Para colocar em prática seu plano de extermínio da população tutsi, o Poder Hutu não poderia tolerar a interferência de testemunhas internacionais. Assim, por se tratar da principal força militar internacional no país, as vítimas da violência do Poder Hutu foram somente os soldados belgas membros da Unamir.

³¹ Ibidem, p. 41

³² Ibidem, p. 41

É necessário lembrar que esses atos foram previstos por Dallaire ainda em janeiro daquele ano, em seu telegrama às Nações Unidas. Seu telegrama informava expressamente que soldados poderiam ser assassinados para assegurar a retirada da missão internacional do país. Por ter ignorado esse aviso, o Secretário Geral da ONU, Boutros-Ghali, ao responder negativamente às solicitações de Dallaire sem ao menos informar os membros do Conselho de Segurança, como descrito anteriormente, assumiu a responsabilidade pelo risco ao qual suas tropas em Ruanda estavam sendo expostas.

1.5 – O genocídio

Ao mesmo tempo em que estava sendo colocado em prática o plano do Poder Hutu de retirada das tropas da Unamir de Ruanda, em toda Kigali e cidades próximas, os *Interahamwe*, em conjunto com membros da população hutu e de soldados do exército de Ruanda, organizavam bloqueios nas ruas, matavam tutsis que tentavam fugir da violência e invadiam casas de opositores ao governo, chacinando famílias inteiras.

O assassinato de tutsis era chamado de “trabalho” pelos membros da *Interahamwe* e, facções e mazus, chamados de “ferramentas”. Apenas 24 horas após a morte do presidente, a rádio RTLM transmitia aos gritos a frase de incentivo adotada pela milícia: “*Faça o seu trabalho!*”.³³ A violência do ataque do Poder Hutu à população tutsi era tamanha que, após quatro dias de massacres, a quantidade de corpos empilhados nas ruas era tão grande, que a RTLM teve de transmitir uma convocação a todos os donos de caminhões do país, para auxiliar na retirada dos cadáveres das ruas para as valas comuns.³⁴

Devido ao histórico de violência de Ruanda, a população adquirira o costume de, quando em perigo iminente, buscar refúgio em locais considerados sagrados como por exemplo igrejas. Ruanda é um país fortemente católico, dessa forma, historicamente esses locais eram tratados como santuários neutros e, por isso, poupados durante ondas de assassinatos empregados contra a população civil em anos anteriores.

Assim, milhares de pessoas se esconderam em igrejas, quando o genocídio teve início. Essa atitude apenas facilitou o “trabalho” dos *Interahamwe*, que invadiram igrejas lotadas de tutsis e executaram as pessoas que estavam lá refugiadas, independente de se

³³ Human Rights Watch. Op. cit.

³⁴ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 147

tratarem de homens, mulheres, crianças ou idosos.³⁵ Uma das igrejas mais famosas onde esse tipo de crime foi cometido chama-se Nyarubuye.³⁶

Como eram muitas as pessoas a serem executadas, e sendo a execução realizada a golpes de facão (ou seja, extremamente cansativa), após um longo dia de “trabalho”, os assassinos cortavam os tendões-de-aquiles de suas vítimas ainda vivas, para evitar sua fuga durante a noite, e se reuniam para beber e assar a carne dos animais “confiscados”. Outras vezes, quando chegava a noite, jogavam gás lacrimogêneo dentro das construções para, ao ouvirem as tosse e gritos das pessoas escondidas, irem diretamente matá-las. Houve um caso, na Catedral de Kibeho, cenário do maior massacre da região de Gikongoro, em que após vários dias de execuções, os *Interahamwe*, cansados de “trabalhar com as mãos” decidiram trancar as portas e atear fogo na igreja, “*imolando vivos e mortos*”.³⁷

Outro refúgio procurado pela população quando do início do genocídio foram os locais de patrulha das tropas de paz da ONU. As regras de procedimento da Unamir permitiam o uso da força em defesa de “*pessoas sob proteção da ONU em casos de ataque direto e contra pessoas armadas quando vidas estiverem em perigo mortal*”³⁸. Outra passagem importante das regras de procedimento diz que a “Unamir *agirá da forma necessária para prevenir qualquer crime contra a humanidade*”.³⁹

Um dos principais locais sob proteção de tropas da ONU era a escola técnica ETO, onde ainda em 08 de abril, aproximadamente duas mil pessoas refugiadas se aglomeravam. Em 09 de abril, a situação se agravou quando o Tenente Lemaire, oficial das tropas de paz da ONU responsável pela segurança em ETO, recebeu a ordem de se preparar para remoção das tropas. Lemaire se recusou a obedecer a ordem e deixar os dois mil refugiados à mercê de seus executores. Porém, em 11 de abril, o tenente recebeu ordem expressa para retirar sua unidade do local e seguir ao aeroporto de Kigali, para execução da completa retirada das forças belgas de Ruanda. A tropa de Lemaire deixou o local e quase todas as pessoas lá abandonadas foram executadas naquele dia.⁴⁰

Por dias um pequeno grupo de soldados e uma bandeira da ONU foram capazes de manter duas mil pessoas a salvo, para então serem abandonadas à própria sorte. Diante

³⁵ Esses locais foram transformados em memoriais do genocídio e as pessoas lá assassinadas, permanecem até hoje no local onde tombaram, não sepultadas para que a mancha do genocídio não seja esquecida.

³⁶ Ver foto da igreja de Nyarubuye em anexo.

³⁷ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 161

³⁸ SUHRKE, Astri. Op. cit, p. 44

³⁹ Ibidem, pp. 44

⁴⁰ Ibidem, pp. 44

dessa realidade não causa estranheza a atitude de muitos soldados belgas de rasgar, tanto o símbolo da missão de paz Unamir quanto suas boinas azuis, ao chegar ao aeroporto de Kigali para tomar o avião de volta para Bruxelas.

A tragédia dos soldados belgas, mortos ainda no primeiro dia de genocídio, aconteceu de acordo com o planejado pelos membros do Poder Hutu, e suas conseqüências foram exatamente as esperadas. Apenas uma semana após a execução dos dez soldados, todos os membros do batalhão belga em Ruanda haviam retornado à Bélgica. Essa foi a maior vitória “diplomática” do Poder Hutu até então. Porém, essa vitória foi resultado somente da decisão unilateral do governo belga de retirar por completo suas forças do território ruandês, restava ainda, aguardar a reação do Conselho de Segurança frente às execuções dos soldados.

1.6 – A reação do Conselho de Segurança

A Unamir agora contava com um efetivo de 1.515 militares, dos 2.165 originais. Com o aumento da violência nas ruas, a missão estava completamente impossibilitada de exercer o mandato a ela delegado pelo Conselho de Segurança. Dessa forma, o Secretário Geral da ONU apresentou, em 20 de abril, três alternativas de ação ao Conselho de Segurança.

1. *“Assumindo que não havia uma previsão realista de os dois lados do conflito concordarem com um cessar-fogo em um futuro imediato, combates e massacres somente poderiam ser impedidos por um imediato e massivo reforço da Unamir e uma mudança em seu mandato para permitir a coerção das partes envolvidas a um cessar-fogo. Isso faria necessário muitos milhares de soldados adicionais e que fossem concedidos à Unamir poderes sob os auspícios do Capítulo VII⁴¹ da Carta das Nações Unidas.*
2. *Alternativamente, um pequeno grupo, liderado pelo comandante da missão, permaneceria em Kigali para agir como mediador entre as partes em uma tentativa de conduzi-las a um cessar-fogo. (...) O número total de pessoal militar seria de aproximadamente 270.*

⁴¹ O artigo VII da Carta das Nações Unidas versa sobre “Ações com respeito a ameaças à paz, quebra da paz e atos de agressão.”

3. *Finalmente, o Secretario-Geral apontou que a Unamir poderia ser retirada completamente , apesar de não favorecer essa alternativa. O custo dessa retirada em vidas humanas seria muito alto(...)”⁴²*

Assim, no dia 21 de abril de 1994 o Conselho decidiu, através de sua resolução nº 912/94 retirar suas forças de Ruanda, deixando para trás o insignificante número de 270 militares e abandonando à própria sorte centenas de milhares de tutsis. É desnecessário dizer que, contando com tão reduzido número de soldados, as forças da Unamir, que já temiam sair às ruas no primeiro dia de genocídio, nada fariam para garantir a segurança em Ruanda após a redução de seu contingente.

O Poder Hutu havia realizado, provavelmente, muito mais do que prometiam suas expectativas mais otimistas a respeito da idéia de retirar as forças de paz da ONU do país. Com a partida da ONU, os genocidas se deparavam com um caminho aberto e livre de interferências internacionais para a concretização de sua “solução final”, a eliminação total da população tutsi. Contudo, o Poder Hutu ainda queria mais.

Ainda em abril, Bagosora propôs a criação de um “governo provisório” que disfarçava as verdadeiras intenções do núcleo do Poder Hutu. O governo provisório foi aceito por soldados, pelo comando da missão de paz, além da comunidade internacional. Comprovação irrefutável dessa aceitação podia ser encontrada dentro do Conselho de Segurança. Por mais bizarro que possa parecer, em 1994 Ruanda integrava o grupo dos países não-permanentes do Conselho de Segurança, participando de decisões, votações e tendo acesso a todas as informações tramitadas no âmbito do Conselho. Após a morte de Habyarimana e o estabelecimento do governo provisório, um representante direto de Bagosora foi indicado para ocupar a cadeira no Conselho reservada ao país. Nenhum dos membros do Conselho se manifestou contrário à situação (dentre eles o Brasil) e, mesmo durante o genocídio e a explosão de notícias de assassinatos em massa, o governo provisório de Ruanda permaneceu no Conselho.

Interpretação óbvia dessa realidade mostra que a vitória “diplomática” do Poder Hutu não se restringiu à retirada dos soldados da Unamir. O Poder Hutu ainda contava com um representante dentro do órgão das Nações Unidas que seria responsável por qualquer eventual ação de coerção ao genocídio, ou seja, contava com um informante

⁴² Organização das Nações Unidas, Op. cit, pp. 7-8

com status de chefe de Estado e com acesso a informações privilegiadas sobre o desenrolar das atividades humanitárias.

A essa altura os membros da *Interahamwe* tiveram que redobrar seus esforços para terminar seu “trabalho” o mais rápido possível. A sua autorização para matar havia sido ratificada pela Organização das Nações Unidas, mas não se sabia ao certo por quanto tempo o mundo assistiria passivamente àquele assassinato em massa. Não obstante, a saída dos membros da força de paz da ONU serviu como incentivo para aqueles hutus que não haviam ainda aderido à onda de matanças.⁴³ Além da lavagem cerebral realizada diariamente através da rádio RTL, o governo provisório ainda garantia aos assassinos de tutsis a posse sobre os bens e terras de suas vítimas. Apesar disso, aqueles hutus que estivessem interessados somente em pilhar eram repreendidos pelos organizadores da matança. O objetivo principal era matar, a pilhagem das casas servia apenas como “incentivo” para a realização do “trabalho”. Existia também a ameaça de que pessoas que não estivessem colaborando com a matança pudessem no futuro testemunhar contra aqueles que executavam os assassinatos. Assim, forçando os relutantes a matar também, eles passavam de testemunhas a cúmplices do genocídio.

1.7 – EUA atrasam as decisões do Conselho de Segurança

Em 03 de maio de 94, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, assinou um documento intitulado Diretiva de Decisão Presidencial – 25 (DDP – 25). A DDP-25 consistia na reunião de diversos fatores que justificavam o não envolvimento dos Estados Unidos em missões de paz das Nações Unidas. O documento foi gerado a partir do fracasso da missão norte-americana enviada para garantir a paz na Somália, ainda em 1993.

Aproximadamente cinco semanas antes da chegada da Unamir a Kigali, dezoito soldados norte-americanos a serviço das Nações Unidas foram assassinados na Somália. A imagem de seus corpos sendo arrastados pelas ruas da capital Mogadíscio diante de uma multidão enfurecida foi exibida por emissoras de televisão de todo o mundo. Sem dúvida, a mídia norte-americana criticou veementemente o envio dos “*our boys*” para morrer em guerras que não diziam respeito aos Estados Unidos. Contudo, não satisfeitos

⁴³ Human Rights Watch. Op. cit.

em proibir o envio de nacionais norte-americanos em missões de paz internacionais, os Estados Unidos buscavam persuadir outros países a não executar missões que eles próprios evitavam.

A embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Madeleine Albright, foi a grande responsável pela divulgação das diretrizes norte-americanas sobre missões de paz. Albright, de origem tcheca e antiga refugiada do nazismo de Hitler, opunha-se inclusive à permanência dos 270 soldados da Unamir, deixados em Kigali após a retirada maciça dos contingentes internacionais de Ruanda.⁴⁴

O Gen. Dallaire fora deixado em Ruanda com um número de soldados próximo da insignificância. O Comandante da Unamir afirmava que, com cinco mil soldados bem armados e regras de procedimento baseadas no capítulo VII da Carta da ONU, que autorizassem o uso da força para impor um fim às hostilidades, seria capaz de impedir o progresso do genocídio. Após a retirada das forças internacionais, Dallaire foi obrigado a assistir de forma impotente o assassinato de pessoas inocentes, além de ter negados seus apelos para a expansão do mandato da Unamir e o envio de mais soldados para o cumprimento de sua missão.⁴⁵

Em maio daquele ano, Kofi Annan, Chefe do Departamento de Operações de Paz da ONU, que viria a receber o Prêmio Nobel da Paz em 2001, declarou ao Senado americano em Washington que as forças de paz da ONU, *“têm o direito de se defender, e nossa definição de auto-defesa inclui ação militar preventiva para a remoção dos elementos armados que estiverem nos impedindo de fazer o nosso trabalho. Apesar disso, nossos comandantes nos campos de conflito, seja na Somália ou na Bósnia, têm sido muito reticentes quanto ao uso da força”*⁴⁶. Curiosamente a situação em Ruanda não foi mencionada durante aquela reunião e, apesar dos diversos apelos de Dallaire, não os comandantes nos campos de conflito, mas sim as Nações Unidas, estavam sendo muito reticentes quanto ao uso da força.

Em 13 de maio, quando o genocídio em Ruanda se encontrava em seu auge, o Conselho se preparava para votar uma restauração do poder numérico da Unamir mas,

⁴⁴ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.177

⁴⁵ Serão analisadas, nos próximos capítulos, estratégias que a Unamir, mesmo contando com um contingente de apenas 270 homens, poderia ter adotado para tentar proteger ruandeses de serem assassinados durante a execução do genocídio. Estratégias essas que poderiam influenciar profundamente o andamento do massacre e o sistema de comando da população exercido pelo Poder Hutu. Contudo, independente da existência dessas outras possibilidades nenhuma viria a ser posta em prática.

⁴⁶ Ibidem, p.126

graças aos esforços da embaixadora Albright, a votação foi adiada por 4 dias.⁴⁷ Finalmente, em 17 de maio, o Conselho de Segurança aprovou a resolução nº 918/94, por meio da qual o contingente da Unamir era expandido para 5500 soldados.⁴⁸

Oito nações africanas, assistindo ao desinteresse internacional frente ao genocídio, se propuseram nas Nações Unidas a enviar tropas para atuar na intervenção em Ruanda. A única solicitação feita foi a de que os Estados membros da organização fornecessem, para subsidiar a atuação da força, 50 carros blindados de transporte de tropas. O governo norte-americano concordou com os termos propostos, contudo, ao invés de simplesmente fornecer os veículos solicitados, essenciais ao envio das tropas internacionais, decidiu alugá-los às Nações Unidas por 15 milhões de dólares.⁴⁹ Graças à demora para o fornecimento dos carros blindados e às especulações a respeito do tempo necessário para o estabelecimento de uma força com as proporções aprovadas, ainda em 1º de julho, nenhum soldado adicional seria integrado ao contingente da Unamir, que permanecia sitiada em Ruanda.

1.8 – O termo “genocídio”

Nesse meio tempo os membros do governo dos Estados Unidos, assim como o Secretariado das Nações Unidas, evitavam a utilização da palavra “genocídio” uma vez que, segundo a Convenção sobre genocídio de 1948, após os horrores ocorridos durante a 2ª Guerra Mundial, quando fosse detectado um processo de genocídio, os países signatários se comprometiam a agir de todas as formas necessárias para impedir seu prosseguimento.

Dessa forma, a palavra “genocídio” havia sido banida do vocabulário dos comunicados oficiais. Em substituição, ao tratar sobre o assunto, os porta-vozes norte-americanos utilizavam a expressão “atos de genocídio”. Ao passo que o Secretariado da ONU mencionava a existência de um “possível genocídio”.

A porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Christine Shelley, em 10 de junho, concedeu entrevista à imprensa onde tentava justificar a relutância do

⁴⁷ Ibidem, p.178

⁴⁸ Organização das Nações Unidas. Resolução nº 918/94, maio/1994, p. 03-05
Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/scres/1994/scres94.htm>>.
Acesso em: 14/02/04.

⁴⁹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.178

governo em utilizar a palavra “genocídio”. Perguntada sobre quantos “atos de genocídio” são necessários para a efetiva consolidação de um genocídio, Shelley afirmou não estar “*em posição de responder*” e que “*há obrigações que aparecem em conexão com o uso do termo*”⁵⁰. Ou seja, os Estados Unidos, assim como o Secretariado da ONU, evitavam o uso da palavra para que a Convenção sobre genocídio não fosse invocada nas reuniões do Conselho de Segurança, obrigando os Estados membros ao estabelecimento imediato de uma missão para impor um fim ao genocídio que estava ocorrendo em Ruanda.

Ponderando a respeito de tais fatos, conclui-se que, tanto o governo dos Estados Unidos como o Secretariado da ONU, sabiam que Ruanda estava sendo o palco de um genocídio, talvez o mais cruel desde a 2ª Guerra Mundial, mas empregavam esforços não no envio de tropas para cumprir os preceitos da Convenção de 48, mas sim, para se esquivar de qualquer responsabilidade sobre a tragédia, por se tratarem somente de “atos de genocídio”.

Numa manobra de desvio de responsabilidade norte-americana, a assessoria de Bill Clinton divulgou uma nova interpretação da Convenção sobre genocídio, onde, ao invés de obrigar os Estados Membros a coibir o crime de genocídio, a Convenção simplesmente “autorizava” essa ação. Parece claro que os Estados Unidos providenciaram a interpretação alternativa, para que a palavra “genocídio” pudesse ser utilizada indiscriminadamente e, assim, contornar as críticas internacionais sobre o descumprimento da Convenção.⁵¹

1.9 – A França organiza uma missão multilateral

Ruanda, devido à colonização belga, é um país de língua oficial francesa, além do quiniaruanda falado tanto por tutsis como por hutus. A FPR era uma frente guerrilheira rebelde e, aos olhos da França, ameaçadoramente anglófona, vinda da também anglófona Uganda. O governo francês, obviamente, não poderia tolerar perder o “domínio lingüístico e cultural” do país para a ameaça anglo-saxônica vinda de Uganda. Assim, a partir dessa justificativa risível, absurda, banal e descabida, a França, diversas vezes,

⁵⁰ Ibidem, p. 180

⁵¹ Ibidem, p. 181

enviou seus soldados para lutar lado a lado com hutus do exército de Ruanda, combatendo o avanço da FPR no país desde o primeiro ataque em 1990.⁵²

Além disso, o livro de Philip Gourevitch denuncia que o filho do então presidente francês François Mitterrand, Jean-Christophe Mitterrand, era um importante comerciante de armas e, durante algum tempo, comissário de assuntos africanos do Ministério do Exterior francês. A França, através de Jean-Christophe, fornecia armas ao governo de Ruanda, que por sua vez, à medida que as forças rebeldes da FPR avançavam sobre o país, drenava suas reservas comprando armas para melhor equipar seu exército. Tudo leva a crer que o relacionamento da família Mitterrand com o ditador de Ruanda, Juvénal Habyarimana, era extremamente interessante para ambos os lados. Por um lado Habyarimana era um ótimo consumidor das armas francesas vendidas por Jean-Christophe, por outro, obviamente, um defensor da manutenção de seu regime ditatorial no país, corroborando com os interesses francófonos de François Mitterrand e seu governo.⁵³

Com a repercussão internacional do genocídio, com o avanço das forças anglófonas da FPR e com todas as perspectivas apontando para a responsabilização dos líderes do Poder Hutu (herdeiros de Habyarimana) por crimes de genocídio, o governo francês viu ameaçado seu investimento no país.

Dessa forma, à luz de todas essas ameaças aos interesses da França em Ruanda, o governo francês, em 19 de junho, propôs ao Conselho de Segurança o estabelecimento de uma força de paz multilateral liderada pelas tropas francesas. A força atuaria sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU e teria como objetivo “*garantir a segurança e a proteção de civis em risco em Ruanda*”. A força multilateral permaneceria ativa até a conclusão do processo de expansão da Unamir, aprovado ainda em maio, por meio da resolução nº 918/94.⁵⁴

Em 22 de junho, através de sua resolução nº 929/94, o Conselho concordou com o estabelecimento de uma força de paz multilateral, comandada pela França, investida dos poderes contidos no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e com autorização para fazer uso de “*todos os meios necessários*” (all necessary means) para atingir seus objetivos humanitários. A operação foi batizada de *Opération Turquoise* e, já no dia seguinte, em 23 de junho, as primeiras tropas francesas chegaram a Ruanda. As tropas

⁵² Ibidem, p. 182

⁵³ Ibidem, p. 107

⁵⁴ Organização das Nações Unidas, Op. cit, Nova Iorque, agosto de 1994.

foram recebidas com festa pelos *Interahamwe*⁵⁵, que agitavam bandeiras francesas e carregavam cartazes contendo slogans como “*Bem-vindos hutus franceses*”⁵⁶.

A “versão” do genocídio dada pelos governantes franceses a seus soldados enviados a Ruanda era a de que os tutsis, através de seu exército rebelde chamado FPR, estavam empregando um genocídio contra hutus de todo o país. Por esse motivo, as forças francesas estavam sendo enviadas a Ruanda, para combater essa ameaça genocida que tentava conquistar o país e exterminar todos os membros da etnia hutu. A mídia internacional, à época, ainda não conhecia em detalhes a história do conflito de Ruanda e, é de se supor, menos ainda os soldados enviados à frente de combate. Portanto, durante a presença francesa em Ruanda, seus soldados se uniram aos soldados do exército do país e declararam o território já controlado como “Zona Protegida”. A Zona Protegida nada mais era que as áreas que o Poder Hutu ainda controlava, e que agora contava com o auxílio do exército francês para combater o avanço da FPR.

Confirmação do aliciamento das tropas humanitárias francesas aos genocidas do Poder Hutu pode ser encontrada na declaração do próprio ex-presidente francês, Valéry Giscard d’Estaing, que acusou o comando francês de “*protéger alguns daqueles que haviam perpetrado os massacres*”.⁵⁷

Diante de tantos fatos que desabonam a presença das tropas humanitárias da França durante o genocídio, a única interpretação possível para o real objetivo do governo francês é a de que Mitterrand não possuía qualquer intenção de interromper as mortes de tutsis no país. Tudo leva a crer que as reais intenções da França convergiam na busca de dois objetivos principais, que nada mais eram que os próprios interesses franceses no genocídio:

- 1º – Mitterrand buscava garantir a sobrevivência e a permanência no poder dos herdeiros do presidente Habyarimana, que seriam os responsáveis pelo pagamento das dívidas de armas do país, além de suplentes do presidente assassinado na importação de armas francesas.
- 2º – França também buscava parar o avanço da anglófona FPR, tentando impedir que seu “domínio lingüístico” fosse suplantado pela incômoda influência anglo-saxã.

⁵⁵ Ver foto em anexo de *Interahamwes* marchando ao lado de tropas francesas da Opération Turquoise. Anexo C.

⁵⁶ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. .

⁵⁷ Ibidem, p. 185

A *Opération Turquoise* conseguiu somente garantir a continuação do genocídio por um mês adicional. A presença das tropas francesas em Ruanda, durante o genocídio, foi motivada apenas pela promoção dos interesses franceses e não por uma tentativa de se salvar vidas ou fazer cumprir as regras do direito internacional humanitário. Segundo Dorinda Dallmeyer, a *Opération Turquoise* causou “*consequências nefastas para a credibilidade do Conselho de Segurança de ações humanitárias coercitivas que acabam se revelando um subterfúgio para a promoção de interesses nacionais ou ‘hidden agendas’*”.⁵⁸

1.10 – A FPR pára o genocídio e assassinos fogem para o Zaire como refugiados

À medida em que as forças da FPR avançavam sobre o território ruandês, movimentando-se do leste para o oeste e encurralando as forças o Poder Hutu, centenas de milhares de hutus (grande parte destes tendo tomado parte no genocídio) deixavam suas casas temendo retaliações da parte dos tutsis da FPR.

Esses assassinos fugitivos de guerra, aos quais se misturaram todos os líderes do Poder Hutu e da milícia *Interahamwe*, atravessaram a fronteira de Ruanda com o antigo Zaire, dominado pelo também ditador Mobuto Sese Seko. Lá foram organizados pelos organismos internacionais de ajuda humanitária, grandes campos de refugiados que forneciam tratamento médico, alimentação e infra-estrutura básica para os desabrigados da guerra. Porém, apesar de toda a mídia internacional noticiar que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR e outras entidades de socorro a vítimas de guerra, estavam fornecendo ajuda humanitária aos sobreviventes do genocídio de Ruanda, os fatos mostram que, na verdade, o ACNUR fornecia hospedagem, tratamento médico e alimentação gratuita justamente aos assassinos de centenas de milhares de tutsis. Enquanto os reais sobreviventes do genocídio, deixados para trás em Ruanda, não tinham acesso a qualquer ajuda humanitária, fosse essa de tratamento médico ou de fornecimento de alimentos.⁵⁹

⁵⁸ DALLMEYER, D. National Perspectives on International Intervention: from the outside looking in. In: DANIEL, Donald C.; HAYES, Bradd C. (Orgs.). *Beyond Traditional Peacekeeping*.

⁵⁹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.194

Nos campos de refugiados, acobertados pela enorme quantidade de pessoas que haviam também fugido de Ruanda, a antiga hierarquia do Poder Hutu foi mantida e grupos armados deixavam diariamente os campos para cruzar a fronteira de Ruanda e assassinar tutsis sobreviventes.⁶⁰

Foram, na verdade, as forças da FPR que puseram um fim ao genocídio mais trágico da história desde o holocausto da 2ª Guerra Mundial. O mais espantoso é que, em momento algum, a comunidade internacional, as Nações Unidas, o Conselho de Segurança ou as grandes potências mundiais ajudaram, realmente, a combater essa ameaça à humanidade ou tentaram efetivamente impedir que prosseguisse.

O holocausto de Hitler foi o pilar da construção de todo o sistema ONU. Quando pessoas inocentes estavam novamente sendo assassinadas, sob o argumento de seu completo extermínio em função de sua determinação étnica, as vítimas foram abandonadas pelas forças ditas “humanitárias”. A comunidade internacional permaneceu de braços cruzados, os Estados Unidos impuseram entraves ao envio de novas forças de paz, a França enviou tropas sob o pretexto de proteção humanitária, mas seus soldados lutaram do lado dos assassinos e, por fim, esses mesmos assassinos foram acolhidos em campos de refugiados, recebendo toda a atenção e cuidados que a comunidade internacional poderia oferecer.

*“Em 12 de julho, a chefia do Comitê Internacional da Cruz Vermelha declarou que um milhão de pessoas haviam sido mortas no genocídio”.*⁶¹

⁶⁰ Ibidem, p. 197

⁶¹ Ibidem, p. 191

“Evariste Maherane é [hoje] um homem livre. Após seis anos aguardando julgamento, ele confessou e se desculpou em uma audiência em Gacaca. (...) Ele se recorda ter matado um garoto Tutsi de dez anos que havia escapado da igreja [Nyarubuye]. Evariste segurou o garoto ferido, vestido com uniforme escolar de bermuda e camiseta cáqui, pelo pescoço e o golpeou com um tacape. Então eles cavaram um buraco e empurraram a criança para dentro, ainda viva”.

Fergal Keane, Massacre na igreja Nyarubuye.
BBC NEWS

2 – POR QUE O GENOCÍDIO ACONTECEU?

O genocídio em Ruanda terminou deixando um milhão de mortos, centenas de milhares de pessoas feridas e/ou mutiladas, um milhão e meio de refugiados em campos nos países vizinhos, além de seqüelas psicológicas permanentes nas pessoas que testemunharam tamanha barbárie. Multiplicando as conseqüências do genocídio está a comprovação da total ineficácia das missões de paz do Conselho de Segurança, que mostraram não atuar em função de crimes contra a humanidade (o que deveria ser sua prerrogativa fundamental), mas sim, de acordo com os interesses nacionais das potências mundiais.

Ruanda levanta ainda uma questão de extrema importância: devem as autoridades nacionais de cada país confiar em órgãos multilaterais, como a ONU e seu Conselho de Segurança, para assegurar que crimes como o holocausto e o genocídio de Ruanda serão evitados no futuro? Ou, na verdade, no plano internacional, ainda impera o estado de natureza descrito por Hobbes, onde cada Estado deve buscar seus próprios interesses e garantir unilateralmente sua segurança?

Tendo o primeiro capítulo tentado apontar, através do desenrolar dos fatos, os erros de ação e os crimes contra a humanidade cometidos durante o genocídio, o objetivo agora é tentar entender por que esses fatos chegaram a acontecer. Lançando mão de diversas teorias, e visando melhor compreender os fatos relatados, a realidade apresentada no primeiro capítulo será aqui desconstruída. A influência da colonização da Bélgica sobre a sociedade de Ruanda será trazida à tona. Será analisado como foi possível que toda uma população aderisse sem questionamento a uma onda irracional de assassinatos. A existência de um governo totalitário em Ruanda, nos moldes descritos por Hannah Arendt, será exposta. Por fim, serão cogitadas e debatidas estratégias simples que poderiam ter sido adotadas e que, tentará ser provado, poderiam mudar o curso dos eventos que levaram à morte de um milhão de pessoas.

2.1 – A questão da colonização belga

Ao final do século XIX, quase todos os países da Europa detinham poder sobre alguma região do planeta além de seu próprio território. Essa foi a época descrita pelo

historiador inglês Erick Hobsbawn, um dos maiores historiadores de todos os tempos, como “A Era dos Impérios”⁶².

A potência líder no quesito “colônias” era a Inglaterra, que ostentava o seu “Império Britânico”, o império onde o sol jamais se põe. Da Ásia à África, das Américas à Oceania, em quase todos os grandes cantões do mundo havia ingleses explorando suas colônias.

Todos os países europeus, seguindo o exemplo inglês, tinham interesse em sugar ao máximo as comunidades ditas “primitivas” do resto do mundo, em especial as africanas, onde não havia uma organização política tão antiga quanto a das grandes nações asiáticas, tais como China e Índia, isto é, seriam mais facilmente colonizadas.

Dessa forma, Ruanda também enfrentou uma colonização européia, mais especificamente alemã. Em 1894 um conde alemão chamado von Götzen chegou a Ruanda e, já em 1897, a Alemanha começou a instalação de seus primeiros postos administrativos e deu início a um governo indireto⁶³.

Em 1916, como espólio da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações passou a administração de Ruanda para o governo da Bélgica⁶⁴, que naquele mesmo ano enviou suas primeiras forças para o país para garantir a sua “posse”⁶⁵.

Ruanda então se tornou colônia belga e, visando organizar definitivamente o país à luz da avançada cultura e ciência européias, os belgas retomaram a chamada “Hipótese Hamítica” para auxiliar sua administração do país. Ponto pacífico entre os europeus dessa

⁶² HOBBSBAWM, Erick J. A Era dos Impérios (1875 – 1914), passim.

⁶³ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 65

⁶⁴ MELVERN, Linda. Genocide behind the thin blue line. p. 334

⁶⁵ Contrapondo essa situação com a realidade do mundo atual, principalmente analisando o fato com os olhos de uma geração nascida após a onda de descolonização da segunda metade do século XX, chama a atenção a forma como a “comunidade internacional”, representada pela Liga das Nações, simplesmente transferiu a “posse” de um país, que anteriormente era colônia alemã, para um outro país, a Bélgica. Será que o conceito de soberania foi inventado após a 2ª Guerra Mundial? Ou esse conceito não se aplicava a “sub-culturas” e povos primitivos como os oriundos da África negra? Tendo em vista que as avançadas culturas européias já há alguns séculos ostentavam essa característica básica do processo de auto-afirmação do Estado-nação, infere-se que as auto-intituladas nações civilizadas da Europa não se mostravam tão civilizadas ou evoluídas. Quando findou a exploração dessas colônias, da metade do século XX em diante, elas se encontraram roubadas de muitas de suas riquezas naturais, abandonadas por suas metrópoles sem qualquer preparação para se auto-gerir e, o que poderia ser ainda pior, sendo obrigadas a existir dentro dos limites territoriais traçados por aquelas metrópoles, que não se importaram em saber as diferenças lingüísticas, étnicas, religiosas, políticas ou históricas das pessoas que habitavam o continente africano quando traçaram quadrados e triângulos sobre um mapa no Congresso de Berlim em 1884/85. Muitas vezes confinando, em um mesmo território, grupos diferentes e rivais, o que seria a semente dos inúmeros conflitos enfrentados pela África após a segunda metade do século XX.

época era que sem a ajuda das culturas modernas (como a européia) uma sociedade primitiva como a africana estaria condenada à estagnação e ao caos.⁶⁶

Ainda nos anos de 1860 a “ciência das raças” estava em voga na Europa, admirada com as “sub-raças” encontradas em outras partes do mundo. Nesse contexto histórico a Hipótese Hamítica foi proposta em 1863 pelo inglês John Hanning Speke, que ficou conhecido por “descobrir” e batizar de Vitória o grande lago africano e identificá-lo como a fonte do rio Nilo⁶⁷. Em sua Hipótese “científica”, totalmente desprovida de fundamentos, Speke defendia que a pouca civilidade existente na faixa central da África havia sido introduzida por um povo alto, de aparência distinta e que, segundo ele, se trataria de *“uma tribo caucasóide de origem etíope, descendente do rei Davi bíblico e, portanto, uma raça superior aos negróides nativos”*⁶⁸. Essa tribo caucasóide era composta de diversas tribos africanas, dentre elas os watutsis (tutsis), que para Speke, eram originalmente brancos mas, devido à miscigenação com os nativos negróides, tiveram sua pele um pouco escurecida.⁶⁹ Speke ficou abismado com a feiúra física e moral das “raças primitivas” e acreditava ter encontrado uma comprovação viva das escrituras bíblicas.⁷⁰ Ao contemplar esses filhos de Noé ele constatava que *“do mesmo jeito que eles eram então, se apresentam agora”*.⁷¹

Para se ter idéia das bases científicas de Speke, uma seção de seu diário intitulada *“Fauna”* se inicia com as palavras: *“ao tratar desse ramo da história natural, vamos abordar primeiro o homem – o verdadeiro negro de cabelos encaracolados, nariz flácido e boca beijuda” (sic!)*.⁷² À luz da ciência moderna exercida por Speke, ele se indagava impressionado *“Como o negro viveu tantas eras sem avançar parece algo espantoso, quando todos os países que cercam a África são, comparativamente, tão avançados(sic!)”*⁷³. A despeito da presença dos negros selvagens em Ruanda, Speke se

⁶⁶ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 63

⁶⁷ BBC History. Historic figures. John Hanning Speke (1827 – 1864).

Disponível em: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/speke_john_hanning.shtml.

Acesso em: 18/05/2004.

⁶⁸ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 61

⁶⁹ Ibidem, p. 61

⁷⁰ No capítulo nove do livro Gênesis, a Bíblia conta a história de que Noé, aos seiscentos anos embriagou-se e desmaiou nu em sua tenda. Ao acordar Noé ficou sabendo que seu filho Cam o havia visto nu e contado com desdém sobre a situação a seus irmãos Sem e Jafé, que castamente cobriram seu pai enquanto este dormia. Noé reagiu amaldiçoando a descendência do filho de Cam, Canaã, dizendo: “Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!” (Gênesis 9, 25). Em meio às inúmeras interpretações da Bíblia surgiu a inacreditável idéia, compartilhada por Speke, de que Cam teria sido o primeiro homem negro da história e que seria, também em virtude da maldição de Noé, extremamente feio.

⁷¹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 62

⁷² Ibidem, p. 62

⁷³ Ibidem p. 62

deparou com uma “raça superior” identificável por suas faces finas, grandes olhos e narizes afilados, revelando o que ele dizia ser o melhor sangue da Abissínia (Etiópia).

A análise do cientista inglês pode não ser conhecida por muitos ruandeses atualmente, mas a essência dessa análise, extremamente lógica, era compartilhada por grande parte da população do país. A idéia de que os africanos que mais se assemelhavam aos povos europeus possuíam uma superioridade inerente havia se impregnado nas mentes dos ruandeses e, assim, se transformado em verdade inquestionável⁷⁴. A partir desse pensamento se compreende melhor porque antes de matar os tutsis durante o genocídio de Ruanda, muitas vezes seus assassinos hutus lhes decepavam mãos e pés sob o pretexto de “diminuir as diferenças” e revogar a superioridade de uma etnia sobre a outra.

Ao se deparar com uma realidade tão bem explicada pelas teorias do cientista inglês, os belgas iniciaram sua colonização em Ruanda em 1916 enviando inúmeros contingentes militares, mas também, séqüitos de cientistas com a obrigação de dar continuidade aos estudos de Speke.

Os cientistas belgas começaram então um grande censo em Ruanda, onde eram registradas informações como altura, peso, tamanho da caixa craniana e protuberância dos narizes de tutsis e hutus do país. As conclusões cientificamente comprovadas dessa pesquisa mostraram exatamente o que os belgas queriam ver, que os tutsis possuíam dimensões “mais nobres” e mais “naturalmente aristocráticas” do que os hutus⁷⁵. “*No ‘índice nasal’, por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino que o nariz do hutu médio*”(sic!)⁷⁶. Apesar de parecer absurdo, o mito hamítico foi a base utilizada pelos belgas para a reorganização da sociedade do país em função das assim chamadas linhas étnicas.

Em 1933-4 os belgas empreenderam outro censo no país, dessa vez com o objetivo de cadastrar toda a população e emitir carteiras de identidade “étnicas”, que rotulavam cada ruandês como hutu (85%), tutsi (14%) ou twa (1%). Segundo Regine Andersen essas carteiras de identidade permitiram aos belgas aperfeiçoar a administração de um sistema de segregação étnica enraizado no mito da superioridade tutsi, gerando na

⁷⁴ Ibidem p. 64

⁷⁵ Ainda na tentativa de superar os avanços científicos de Speke muitos cientistas começaram a formular interpretações diferentes a respeito da origem do povo tutsi, dentre elas, a de que, por exemplo, os tutsis seriam os habitantes da cidade perdida de Atlântida. Apesar de intrigantes, essas diversas teorias não poderão ser a fundo debatidas nesta monografia.

⁷⁶ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.67

verdade um apartheid entre tutsis e hutus.⁷⁷ Situação semelhante à emissão dessas carteiras de identidade aconteceu na Europa durante a 2ª Guerra Mundial, quando os judeus de diversos países foram obrigados pelo Reich alemão a portar o símbolo da estrela de Davi em suas vestes para que fossem mais facilmente identificados e, assim, melhor “administrados”.

Os tutsis, a partir da nova administração, receberam poderes quase que totais sobre os hutus, podendo deles cobrar impostos e explorar o trabalho. O ponto culminante dessa segregação étnica talvez tenha sido a instituição do regime belga de trabalhos forçados, onde inúmeros hutus trabalhavam nas plantações sob o mando de capatazes tutsis. Em entrevista a um repórter um velho senhor tutsi relembrou como funcionava o sistema colonial belga “*Você açoita o hutu ou nós açoitamos você!*”.⁷⁸

Tutsis e hutus haviam convivido pacificamente em comunidade durante, pelo menos, 400 anos, mas a colonização belga conseguira, em não mais que 20 anos, apagar completamente toda essa história de convivência pacífica. A contribuição belga e a realidade conhecida por todos os habitantes de Ruanda a partir daquele momento era a diferenciação étnica e a exploração da maioria pela minoria. A não participação política, a discriminação, a impossibilidade de progresso e, com a ajuda do mito hamítico, o sentimento entre a população hutu de ser duplamente explorada - a princípio pelos tutsis, que além de minoria não eram originalmente daquela região e, em seguida, pelos belgas que exploravam colonialmente o país – todo esse bombardeio de injustiças fez germinar a semente do ódio de hutus contra tutsis.

Analisando esta situação, pode-se remontar às origens do pensamento liberal, quando o inglês John Locke (1632-1704), em sua principal obra “O segundo tratado sobre o governo civil”, trata sobre a organização política da sociedade e defende, entre outras idéias, que apenas o consentimento dos governados legitima o poder político dos governantes. A escola liberal também foi a escola que inspirou a criação da ONU e seu sistema de igualdade e liberdade.

Membro da escola contratualista, na concepção de Locke a sociedade é fruto de um pacto (contrato social) realizado entre governante e governados de forma que estes, visando a preservação de suas propriedades (vida, liberdade e bens), concordam em seguir as regras daquele e viver em sociedade. O objetivo principal do Estado é, pois, proteger a propriedade privada dos indivíduos e garantir a segurança da comunidade

⁷⁷ ANDERSEN, Regine. How multilateral development assistance triggered the conflict in Rwanda. p. 443

⁷⁸ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.69

frente às ameaças internas e externas. Mas, lembrando a situação dos hutus em Ruanda, o que acontece quando é o próprio governo quem ameaça a vida, a liberdade e/ou os bens dos indivíduos?

Ao explicar essa possibilidade Locke foi dos primeiros autores a defender a idéia do Direito de Resistência. Em situações onde o governo não desempenha sua função social e exerce o poder em função de seu próprio interesse e não do bem público, se transforma em tirania e se coloca em *estado de guerra* com a sociedade.⁷⁹ Essa condição habilita o povo a resistir à opressão e à tirania do governo, o chamado Direito de Resistência.

As teorias tentam explicar e definir a realidade das relações humanas e, assim como idealizado por Locke, deu-se a revolução dos explorados hutus contra o governo tutsi que governava em função de seus próprios interesses. Estimulados por padres belgas de origem flamenga⁸⁰, os hutus começaram uma série de manifestações por mudanças políticas.

Em 1959, após a morte de um ativista hutu por um grupo de tutsis, teve início uma revolução sangrenta no país. Seguiram-se perseguições de hutus contra tutsis, assassinatos e ondas de saques, enquanto as tropas militares belgas assistiam impassíveis. Em 1960, auxiliados por um coronel belga chamado Guy Logiest, houve um golpe de Estado e os hutus tomaram definitivamente o poder.⁸¹

É extremamente importante ressaltar que aquele incidente em 1959 foi o primeiro registro de violência entre tutsis e hutus motivado por razões étnicas em toda a história do país⁸². Assim, quando a mídia internacional ou chefes de Estado desconhecedores da realidade africana afirmam que os conflitos étnicos na África já fazem parte de sua história e de sua cultura, vale lembrar que o catalisador (ao menos desse conflito em especial) não foram as diferenças étnicas ou culturais, mas sim, a colonização belga. Colonização que dividiu um povo que vivia em comunidade há séculos, que favoreceu uma etnia em detrimento da outra por simples diferenças físicas, que escravizou, explorou e impediu a participação política da maioria da população ao passo que a minoria era reverenciada por cientificismos descabidos. Fechando com chave de ouro a

⁷⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. vol. 1, p. 88

⁸⁰ A Bélgica também foi um país dividido por fronteiras “étnicas” onde a minoria valã francófona havia dominado durante séculos a maioria flamenga. Os sacerdotes de origem flamenga se identificaram com a realidade dos hutus e incentivaram suas reivindicações políticas.

⁸¹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. pp. 71 - 73

⁸² Ibidem p. 71

colonização belga e o caldeirão de ódio em que se transformou Ruanda, os colonizadores belgas, que anteriormente oprimiam os hutus do país, permaneceram inertes frente à onda de assassinatos, pilhagens e perseguições de tutsis e ainda auxiliaram os hutus a realizar o golpe de Estado de 1960. Em meio a toda essa crise, a Bélgica decidiu, em 1962, conceder a independência plena a Ruanda, que passou a ser uma República.

A presença da Bélgica em Ruanda durou aproximadamente 46 anos, mas sua influência negativa não se restringiu à exploração colonial e à retirada das riquezas naturais do país, deixou marcas tão profundas que apenas 30 anos após a independência levaram ao genocídio de um milhão de pessoas.

Com base em todas essas informações pode-se dizer que apesar da péssima atuação das Nações Unidas durante o genocídio, apesar do envolvimento negativo de Estados Unidos e França no envio de tropas para tentar impedir os massacres, como mostrado no primeiro capítulo, estes não são os únicos atores externos à realidade de Ruanda que devem dividir parte da responsabilidade sobre o desenrolar dos fatos que levaram ao genocídio. A colonização da Bélgica em Ruanda foi um fator que influenciou de maneira desastrosa as relações entre as etnias e, sem sombra de dúvida, o início do massacre de 1994. A Bélgica também é culpada pelo sangue das centenas de milhares de pessoas assassinadas durante o genocídio.

2.2 – A preparação do genocídio

Pode-se dizer que durante o holocausto a tecnologia e a “pesquisa científica” foram fundamentais para que Hitler fosse capaz de assassinar aproximadamente seis milhões de judeus. Para que esse número fosse alcançado, todo um sistema de campos de concentração, câmaras de gás, fuzilamentos em massa e uma estrutura de fornos para a incineração dos milhares de corpos foram necessários, além de demandar muito tempo dos executores (aproximadamente quatro anos). Apesar disso, não foram essas obras “tecnológicas” que realizaram os assassinatos, mas sim as pessoas por detrás delas. Alguém precisava puxar o gatilho. Era imperativo, por exemplo, haver um responsável por liberar o gás que mataria as 200 pessoas dentro de uma câmara fechada. Além disso, outros tantos “funcionários” seriam necessários para esvaziar a câmara dos corpos sem vida para que a próxima leva fosse despachada. Inúmeros soldados eram fundamentais

para fazer a “segurança” dos campos de concentração e para garantir que ninguém sairia do campo, a não ser pela chaminé, em formato de cinzas. Ou seja, sem a participação de um mínimo de pessoas, o extermínio não teria sido viável para o Reichstag alemão.

O Poder Hutu tinha os mesmos objetivos dos nazistas: solucionar um “problema”, ou seja, exterminar uma raça. Para alcançar esse objetivo, sabia que mesmo não dispondo de toda essa estrutura de extermínio, mesmo desprovido dos recursos necessários para que sistema tão eficiente fosse montado em Ruanda, ainda assim, o extermínio total dos tutsis do país poderia ser alcançado. Manipulando as pessoas que estariam manipulando os facões, a distância tecnológica entre Ruanda e a Alemanha não seria tão grande. Utilizando as pessoas como armas o governo poderia estender sua área de influência indefinidamente. As teorias de Hannah Arendt podem auxiliar na explicação de como, através de seu sistema totalitário, o governo do Poder Hutu pôde manipular os indivíduos dessa forma, fazendo com que o país inteiro se transformasse em um grande campo de concentração e todos os habitantes da etnia hutu agissem de acordo com os objetivos daquele governo, por mais hediondo que pudesse ser o seu “trabalho”. A “Solução Final” do problema e o sucesso do projeto de extermínio estavam garantidos.

2.2.1 – A “Solução Final” do Poder Hutu

Quantas pessoas são necessárias para se executar a golpes de facão um milhão de crianças, mulheres, idosos e adultos? Sem dúvida o trabalho de recrutamento do presidente Habyarimana foi extremamente bem realizado no período de três anos e meio que antecederam o massacre.

Como descrito no primeiro capítulo, desde 1990, ano em que a FPR invadiu o norte de Ruanda, o presidente Habyarimana deu início a uma série de mecanismos para alcançar sua “Solução Final”. Este termo foi originalmente utilizado pelo regime nazista de Hitler, aproximadamente 50 anos antes do genocídio de Ruanda. Em seu livro, o professor titular de história moderna da Universidade de Southampton – Inglaterra, Mark

Roseman, afirma que para Hitler, a Solução Final “*significava de maneira incontestável a morte de todos os judeus europeus*”.⁸³

Analogamente, a “Solução Final” do Poder Hutu significava, sem sombra de dúvida, o extermínio de todos os tutsis de Ruanda. Comprovação desse desejo se encontra ao analisar alguns dados sobre a tragédia (que muito se assemelham ao extermínio de judeus na 2ª Guerra Mundial): aproximadamente trezentas mil crianças foram mortas nos três meses de genocídio⁸⁴ – crianças essas que, é claro, não representariam qualquer ameaça ao governo do país; a população tutsi em Ruanda em 1994 era de 950 mil pessoas, das quais, 800 mil foram assassinadas.⁸⁵

A julgar pelos números, pode-se inferir que o Poder Hutu ficou muito próximo de alcançar seus objetivos. No decorrer do último mês de genocídio as taxas de mortes diminuíram consideravelmente, não em função da atuação internacional para parar o massacre, mas porque já não se encontravam mais tutsis para serem assassinados. Tanto que Gerard Prunier, cientista político que participou da elaboração do esquema de intervenção da força francesa enviada a Ruanda, afirmou que “*a grande preocupação em Paris, à medida que os planos de mobilização eram postos em prática em meados de junho, era se suas tropas encontrariam alguma grande concentração de tutsis para resgatar diante das câmaras de televisão*”(sic!).⁸⁶

Para cumprir sua Solução Final o Poder Hutu lançou mão de diversas formas de manipulação das massas, todas essas empregadas diante dos membros da comunidade internacional presentes em Ruanda, em especial a partir de 1990.

2.2.2 – Recrutando para o genocídio

Após o genocídio foram presos e acusados de crime de genocídio aproximadamente 115 mil hutus mas, com certeza, os responsáveis pelo derramamento de sangue de 1 milhão de pessoas somam muitos mais.

⁸³ ROSEMAN, Mark. Os Nazistas e a Solução Final, A conspiração de Wannsee: do assassinato em massa ao genocídio. p.90

⁸⁴ UNICEF. Rwanda: Ten years after the genocide.

Disponível em: http://www.unicef.org/infobycountry/rwanda_genocide.html.

Acesso em: 19/05/04.

⁸⁵ RÉMY, Jean-Philippe. Hanté par le génocide, le Rwanda organise une difficile commémoration. *Le Monde*. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3212,36-360118,0.html>.

Acesso em: 19/05/04

⁸⁶ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 183

Como foi possível então mobilizar tantas pessoas, com tanto empenho, durante tanto tempo, para executar seus vizinhos, amigos e, às vezes, até membros de suas próprias famílias? Esse foi um processo longo e bem concatenado com os objetivos de Habyarimana. Com base nas evidências, o método parece consistir em alcançar três objetivos principais:

- 1º - Determinar de forma clara e objetiva quem é o “inimigo”, de modo a que todos possam facilmente identificá-lo, culpá-lo por todos os problemas existentes e, com o tempo, alimentar internamente o ódio do “outro”. Para se executar o holocausto nos anos 40 essa também foi uma estratégia utilizada por Hitler – *“Era politicamente interessante selecionar um único inimigo que todos podem reconhecer: ele é o único culpado... E esse inimigo são os judeus”*.⁸⁷ – Da mesma maneira o Poder Hutu fez uso desse princípio para que o genocídio em Ruanda pudesse acontecer. - *“Hutus eram (...) intimados a ter ‘unidade e solidariedade’ contra ‘seu inimigo tutsi comum’, a estudar e espalhar ‘a ideologia hutu’ da revolução de 1959”*.⁸⁸
- 2º - Eliminar quaisquer possibilidades de misericórdia para com o “outro”, desumanizar esse antagonista de forma a que seu extermínio seja encarado pela população comum como uma função social e o resultado de sua morte seja a melhoria do mundo em que se vive. Grandes esforços foram empregados nesse sentido através da propaganda nazista da 2ª Guerra. Para unir o povo alemão contra a ameaça dos judeus, estes eram citados como pragas que infestam e poluem o mundo. Como destaca Roseman em seu livro – *“O judeu era ora um verme, ora uma praga, uma aranha sanguessuga, um rato, um bacilo nocivo ou um vampiro”*.⁸⁹ Seguindo os mesmos passos de seus predecessores nazistas, os hutus se empenharam em desumanizar ao máximo todos os integrantes da etnia tutsi *“os tutsis eram conhecidos em Ruanda como inyenzi, que quer dizer baratas”*⁹⁰. Para facilitar, também, o entendimento e garantir que todos os hutus seguissem os planos do governo, foram utilizadas outras formas de se incutir no senso comum da população a insignificância dos tutsis, formas inspiradas em modelos religiosos (como outrora também fizeram os nazistas), como por

⁸⁷ LUKACS, John. O Hitler da história. P.182.

⁸⁸ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.106

⁸⁹ ROSEMAN, Mark. Op. cit. p. 13

⁹⁰ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 39

exemplo os dez mandamentos – “*‘Os Dez Mandamentos Hutus’ circularam amplamente e tornaram-se imensamente populares (...) O oitavo e mais citado dos mandamentos dizia: ‘Os hutus têm de parar de sentir pena dos tutsis’*”⁹¹.

- 3º - Inserir na massa o pavor de que, se “aquilo” tomasse o poder, a vida de todos estaria em perigo e que a fome e a desgraça assolariam a todos. Dessa forma a massa se uniria para enfrentar seu “agressor” e se defender de suas ameaças. O assassinato “daquilo” significaria, então, um grito de desespero das reais “vítimas” da situação, sua única forma de auto-defesa. Esse medo foi extensivamente fomentado durante o holocausto. Hannah Arendt analisa essa realidade e afirma que “*Os nazistas demonstraram que se pode levar todo um povo à guerra com o lema ‘de outra forma pereceremos’ (...) mesmo em época que não seja de miséria, de desemprego ou de frustradas ambições nacionais.*”⁹² A idéia de uma grande conspiração dos judeus foi utilizada como estandarte alemão para se “justificar” o assassinato em massa que estava sendo posto em andamento. “*Em novembro de 1938 Himmler previu que haveria uma batalha entre alemães e judeus. Se ganhassem, os judeus seriam implacáveis impondo a fome e o massacre à Alemanha.*”⁹³ – Não por acaso em Ruanda, com o auxílio fundamental da rádio RTLM, era diariamente alimentado entre os hutus o medo de que os tutsis se preparavam para dominar o país a qualquer momento, começando pelos chefes de Estado. Essa situação foi abordada no primeiro capítulo e pode ser comprovada no relato de um hutu que tomou parte no extermínio de tutsis em 1994: “*Nós [hutus] pensamos que se eles [tutsis] foram capazes de matar o chefe de Estado [presidente Habyarimana], como pessoas comuns poderiam sobreviver?*”⁹⁴.

Essas três características: o direcionamento do ódio para o “inimigo”, a sua desumanização e sua grande ameaça, podem ser confirmadas nas palavras de Linda Melvern: “*Os tutsis eram demonizados, e a raiva dos pobres era direcionada para eles. Os tutsis eram retratados como estrangeiros e inteligentes e uma ameaça permanente*

⁹¹ Ibidem, p. 106

⁹² ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. p. 397

⁹³ ROSEMAN, Mark. Op. cit. p. 27

⁹⁴ Taken over by Satan. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3582011.stm>.

Acesso em: 19/05/04. Ver em anexo.

para os hutus.”⁹⁵ Foi empregando esses métodos que o governo de Habyarimana pôde, em pouco mais de três anos, mobilizar toda a população hutu do país a assassinar todas as “baratas” tutsis para que elas não tomassem o poder. A questão era étnica, logo, se um bebê conseguisse sobreviver, no futuro ele reivindicaria um direito soberano intrínseco à sua etnicidade e então novamente o sangue hutu seria derramado. As crianças tutsis também precisavam ser assassinadas!⁹⁶ Todos precisavam ser exterminados para que a exploração vivida pelos avós dos assassinos não voltasse a se repetir.

Mas esses não foram os únicos métodos utilizados por Habyarimana, o controle de indivíduos é muito mais complexo. Enquanto o homem é capaz de pensar, refletir e diferenciar o certo do errado, nem todos se deixarão levar por esse tipo de propaganda. Era preciso alterar profundamente a forma como se davam as relações humanas em Ruanda e isso requeria esforços ainda maiores. Por esses e outros motivos chega-se à conclusão de que em Ruanda não havia somente um governo autoritário, como muitos existentes em outros países da África e também da América Latina. Nem mesmo a violência da ditadura de Pinochet, no Chile, ou a segregação racial do Apartheid da África do Sul, se comparam aos horrores perpetrados pelo Poder Hutu em Ruanda, seja em número de mortos, na crueldade das execuções ou no volume da adesão popular à causa do governo. Toda essa máquina de propaganda, de massificação, de exclusão social e política, de isolamento do indivíduo, de fomento do medo, do ódio e da desumanização de um grupo específico, são características explícitas do que Hannah Arendt descreveu como sendo um governo totalitário.

2.2.3 – O “totalitarismo” em Ruanda

Em seu livro *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt descreve em detalhes a formação de um governo totalitário, a maneira como o governo isola o indivíduo para

⁹⁵ MELVERN, Linda. Genocide Behind the Thin Blue Line. *Security Dialogue*. p. 336-337

⁹⁶ Com a proximidade do aniversário de 10 anos do genocídio de Ruanda, os preparativos para a inauguração do Museu do genocídio estavam apressados quando surgiu uma dúvida. Como representar o assassinato das centenas de milhares de crianças? Ao invés de imagens e sons desse tipo de assassinato, decidiram, para criar um vínculo maior com as pessoas que visitassem o museu, colocar fotos das crianças bem, em situações do dia-a-dia (aniversários, natal etc), acompanhadas de suas histórias. Como por exemplo a história da pequena Irene Mutoni: “*Irene Mutoni, dois anos. Sua comida favorita era banana com arroz, seu brinquedo favorito era um cachorro de pelúcia, sua primeira palavra foi papai e ela morreu afogada em água fervendo*”. O'REILLY, Finbarr. *Rwanda rushes to open genocide museum for memorial*. Reuters.

Disponível em: <http://www.alertnet.org/thefacts/reliefresources/108117258485.htm>

Acesso em: 06/04/04.

fazer dele simplesmente parte da massa e como esse isolamento afeta profundamente as noções de certo e errado desse indivíduo, alterando seus critérios de tomada de decisão e seu bom senso. Arendt, que era judia, viveu a época da 2ª Guerra Mundial e sua análise se baseia na realidade do mundo no período entre as duas grandes guerras e no pós-segunda guerra recente. De maneira mais que surpreendente as interpretações de Arendt sobre aquele momento histórico se assemelham bastante com o ocorrido em Ruanda, especialmente a partir de 1990.

Em sua visão, resgatada de interpretações do período grego, Arendt definiu três esferas principais das relações sociais do indivíduo:

- 1º - Labor – representa a busca do ser humano por satisfazer suas necessidades vitais. É o instinto animal de sobrevivência, comum a todos os seres vivos;
- 2º - Trabalho – é a relação do homem com o produto de seu trabalho, a produção de um mundo artificial de coisas onde o homem deixa a marca de sua existência e ao mesmo tempo, enquanto exerce essa função, se isola do plano das relações com outros homens.
- 3º - Práxis – é o plano onde se dão as relações entre os homens, onde, através do confronto de idéias o homem é capaz de se definir enquanto sujeito e, dessa forma, mostrar sua visão do mundo e confrontá-la com as visões dos demais membros de seu grupo. É por meio dessa troca de idéias que se forma o senso comum e que são definidas as relações entre certo e errado em uma sociedade. É o plano político da existência humana.⁹⁷

Arendt acredita que, de forma consciente ou não, os movimentos totalitários existentes na história recente apresentam um formato comum. Eles atacam os pontos fundamentais da auto-affirmação do indivíduo, aumentando a tendência que este tem de se isolar das relações com outros sujeitos mas, ao mesmo tempo, transformando-o em mais um integrante da massa, que se comporta de forma uniforme de acordo com os interesses do governo totalitário.

Para atingir esse objetivo o governo totalitário precisa minar as esferas públicas onde, por meio do confronto de idéias com outros indivíduos, o homem se define como membro do grupo. As relações políticas entre os homens cessam e nada resta ao

⁹⁷ ARENDT, Hannah. A condição humana. p. 15.

indivíduo senão o labor e o trabalho, momento em que ele se transforma no que Arendt denominou de “animal laborans”, cuja única função é trabalhar para sustentar sua sobrevivência.⁹⁸

Uma vez isolado das relações com os demais membros do grupo e, guardadas as devidas proporções entre Ruanda e outros países capitalistas, não podendo se identificar com o fruto de seu trabalho, tendo em vista que a organização capitalista afasta o homem de seu objeto de trabalho⁹⁹, o indivíduo enfrenta a solidão, um sentimento de total desprendimento do mundo onde não se possui raízes com o real e não existe a possibilidade de interação com outros indivíduos ou consigo mesmo. Esse fenômeno é a forma mais cruel e profunda de solidão à qual o homem pode ser condenado. Nesse momento é que o governo totalitário abre seus braços para o indivíduo, impondo sua doutrina e ideologia e conclamando-o a se unir aos demais indivíduos no seio do Estado para que, participando de um movimento, ele possa se identificar com algo que dará sentido à sua existência.¹⁰⁰

Esses pontos estão presentes na história de Ruanda e podem auxiliar na compreensão de como foi possível para milhares de cidadãos comuns se unirem para executar um dos mais horrendos atos de barbárie já cometidos pelo homem.

O ditador Habyarimana instituiu um partido único em Ruanda, o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND), do qual todos os cidadãos eram membros vitalícios a partir do momento de seu nascimento. Em consonância com a maioria dos países pobres da África, Ruanda possuía uma baixa escolaridade entre seus habitantes e, somando-se a esse fato, a alta taxa de desemprego e a recessão causada pela queda, nos anos 80, no preço internacional dos principais produtos exportados pelo país – café e chá, desenharam o cenário perfeito para a massificação da população.

Assim como na teoria de Arendt, a impossibilidade de troca de idéias com outros indivíduos, a inacessibilidade ao conhecimento, a não participação dos indivíduos na atividade política do país e o desemprego crescente deixou à mercê de Habyarimana centenas de milhares de ruandeses. Isolados da esfera social de troca de idéias e de discernimento do certo e errado, o senso crítico da população foi usurpado pela doutrina

⁹⁸ Ibidem, p. 95.

⁹⁹ Segundo a teoria de Karl Marx, a revolução industrial e a organização capitalista da sociedade afastaram o homem do objeto de seu trabalho. O trabalho do homem não era mais fazer um sapato ou construir uma mesa. A industrialização fez com que o trabalho do homem fosse apenas apertar um parafuso ou encaixar duas peças em uma linha de montagem. O homem já não se identificava com o produto de seu trabalho, processo que Marx denominou “alienação”. Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã.

¹⁰⁰ ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. p. 401

genocida do Poder Hutu e a propaganda étnica do governo foi extremamente bem recebida pela massa.

Arendt acredita serem características de todo movimento totalitário: o terror, a pseudo-ciência e a propaganda. O primeiro necessário para manter a massa controlada e coibir ações dos que estão fora dela, a segunda a invenção de justificativas, ditas científicas, para as atitudes do governo totalitário e a terceira voltada para maquear no plano internacional o que se passa internamente no país e, ao mesmo tempo, para incutir na população as idéias do governo.¹⁰¹

O terror em Ruanda era sentido todos os dias pela população hutu. Através da rádio estatal RTLTM os avanços da FPR eram utilizados pelo governo de Habyarimana para amedrontar as pessoas e mostrar a elas que havia uma conspiração dos tutsis para dominar o país e subjugar todos os hutus, trazendo de volta a exploração da época da colonização belga.

A pseudo-ciência no contexto ruandês, já citada anteriormente, não foi criação de Habyarimana, ele provavelmente cresceu e foi educado (assim como toda a população de Ruanda) em meio às constatações da Hipótese Hamítica, contribuição “científica” do século XIX e que foi a base para a separação étnica entre tutsis e hutus no país. Essa teoria foi por muito tempo utilizada como justificativa para a exploração de hutus por tutsis por se tratarem estes de uma etnia dita superior àqueles e, por esse motivo, dignos de regalias perante o Estado colonial. Essa pseudo-ciência foi revivida por Habyarimana para embasar a criação do movimento Poder Hutu, defendido como a única forma pela qual os hutus poderiam se unir para combater a ameaça tutsi. Desnecessário é dizer que, em virtude da maleabilidade da massa em um sistema de totalitarismo, o Poder Hutu foi rapidamente apoiado por cidadãos de todo o país, assustados com a possibilidade de seus próprios vizinhos e parentes tutsis estarem envolvidos nos planos de conquista da FPR e, por isso, se tratarem de ameaças à sua segurança.

Por último, aparece a propaganda como peça chave para a existência de um governo totalitário. Segundo Arendt a propaganda é destinada para um público de fora, seja àqueles ainda não integrados à massa controlada ou aos países não totalitários do plano internacional.¹⁰² Uma das grandes estratégias do Poder Hutu foi infiltrar no Conselho de Segurança das Nações Unidas um representante do governo instalado após a morte do presidente Habyarimana, dessa forma, a comunidade internacional pôde

¹⁰¹ Ibidem, p. 390 – 392 e 402 – 404

¹⁰² Ibidem, p. 391

constatar que “todos” os esforços estavam sendo feitos pelo governo provisório para se contornar a crise. O mundo se deixou enganar pela propaganda enganosa do Poder Hutu e, com isso, este ganhou mais tempo para buscar a sua “Solução Final”.

Por outro lado está a propaganda interna do Poder Hutu, idealizada para melhor comandar a massa e reger em uníssono o desenrolar do genocídio. Nesse contexto, as transmissões da rádio estatal RTLM foram condições *sine qua non* para o avanço do massacre. Era através da rádio que as mentiras sobre a conspiração tutsi ganhavam ares de realidade e assustavam as pessoas. Assim como foi mostrado no primeiro capítulo, foi também através da RTLM que foi dada a notícia de que os tutsis haviam matado o presidente Habyarimana e que estariam dando início à conquista do país. Ao saber disso hutus em todas as principais cidades do país saíram às ruas para organizar bloqueios e sacrificar todos os tutsis que pudessem ser encontrados. O governo havia preparado a população hutu para, caso o pior acontecesse e o país fosse ameaçado pelos tutsis, se levantar contra a ameaça e lutar por sua liberdade e sobrevivência. Note-se que a partir dessas características do governo totalitário apresentadas por Arendt o terror e a propaganda se fundem e se completam reciprocamente.

Foi assim que já nas primeiras horas do dia 07 de abril de 1994, pouco tempo após a notícia de que o avião do presidente Habyarimana havia sido derrubado, matando todos os seus passageiros, milhares de hutus saíram às ruas armados e deram início ao genocídio. Invadiram as casas de seus vizinhos tutsis e chacinaram famílias inteiras a golpes de facões fornecidos pelo governo.¹⁰³

O senso comum em Ruanda naqueles meses de genocídio em 1994 era o de que tutsis deveriam ser mortos independente de idade, sexo e afinidade política. Eles eram as “baratas” e deveriam ser eliminados. O Poder Hutu havia alcançado seus objetivos como poucos governos na história. Diferentemente, por exemplo, do acontecido na Segunda Guerra Mundial, onde os responsáveis pelo assassinato de judeus eram somente os oficiais militares do Reichstag alemão, em Ruanda todo cidadão hutu era um agente direto do Estado, não apenas delator mas executor. Suas ações eram ordenadas pelo Estado através da RTLM e matando quanto mais tutsis fosse capaz o hutu cumpria seu dever para com a nação e para com seus irmãos hutus. Essas características, muito raras na história, chamaram a atenção do pesquisador Christian P. Scherrer, do Instituto de

¹⁰³ DOYLE, Mark. Ex-Rwandan PM reveals genocide planning. BBC News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3572887.stm>. Acesso em: 20/05/04.

Pesquisa sobre Paz de Copenhagem, que “rotulou o genocídio em Ruanda de ‘crime de obediência’ e enfatiza que o extermínio foi facilitado pela existência de um sistema totalitário [em Ruanda], onde pela primeira vez na história da humanidade, uma população desempenhou um papel direto, ativo e massivo frente um decreto Estadual de genocídio.”¹⁰⁴ Alan Kuperman afirma que uma grande parte dos tutsis já haviam sido assassinados ainda em 21 de abril “talvez 250.000 em apenas duas semanas. Isso seria a mais rápida taxa de genocídio já registrada na história.”¹⁰⁵

Vera Teles afirma que “Arendt propõe uma indagação acerca da experiência de uma época que foi capaz de produzir o fenômeno totalitário e de uma sociedade que foi, de alguma forma, conivente, ou, no mínimo indiferente à perseguição e morte de 6 milhões de judeus”.¹⁰⁶ Ruanda vivenciou a mesma situação descrita por Teles 50 anos após o holocausto e as reações foram as mesmas, se não piores. Piores porque à época da 2ª Guerra Mundial os países “aliados” uniram suas forças para combater os países do “eixo” (Alemanha, Itália e Japão) e conseguiram impedir o avanço das forças de Hitler. Em Ruanda, quando um grupo de países africanos, percebendo a imobilidade das potências do Conselho de Segurança da ONU, se prontificou a enviar contingentes ao país para combater o genocídio, solicitando apenas o fornecimento de 50 carros de combate blindados, as grandes potências – em especial os Estados Unidos – se ativeram a somente discutir quem pagaria o aluguel de tais veículos e de qual cor estes deveriam ser pintados (debatendo também a questão de quem pagaria por esta pintura).¹⁰⁷

Arendt diz que as relações do indivíduo com o Estado totalitário são mantidas enquanto este dá continuidade à sua doutrina e mantém a massa unida em torno de um movimento. No momento em que essa relação entre indivíduo e Estado se desfaz ou o Estado é acusado de qualquer crime, os indivíduos não demonstram qualquer fanatismo ideológico. – “É no momento da derrota que a fraqueza inerente da propaganda totalitária se torna visível. Sem a força do movimento, seus membros cessam imediatamente de acreditar no dogma pelo qual ainda ontem estavam dispostos a sacrificar a vida.”¹⁰⁸ Eles foram compelidos a fazer parte do movimento e todas as suas

¹⁰⁴ Apud. ANDERSEN, Regine. How multilateral development assistance triggered the conflict in Rwanda. P.442

¹⁰⁵ KUPERMAN, Alan. Rwanda in Retrospect. *Foreign Affairs*. p. 98

¹⁰⁶ TELES, Vera. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. pp. 23 - 48

¹⁰⁷ BRADSHAW, Steve. When good men do nothing. BBC News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3577575.stm>.

Acesso em: 14/04/04.

¹⁰⁸ ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. p. 413.

ações nesse período não são de sua responsabilidade, mas sim, do Estado que agia por meio deles. Após sua prisão, quando interrogados a respeito de seu envolvimento nos massacres, alguns dos prisioneiros afirmavam também terem sido possuídos por Satã e que este era o verdadeiro responsável pelas mortes. Justificativa interessante para assassinos nacionais de um país altamente católico onde alguns milhares de pessoas foram executadas e estupradas dentro de igrejas.

Assim como aconteceu no julgamento de Adolf Eichmann, oficial do Reich alemão, os hutus presos por envolvimento no genocídio de Ruanda não mostram qualquer remorso por suas ações. Não havia senso crítico sobre o que acontecia no país naqueles meses de 1994, não havia discernimento entre certo e errado. Certo era o que o governo dizia ser o certo. Não havia bom senso. As pessoas estavam apenas “seguindo ordens”. Uma vez que através do processo de isolamento promovido pelo Estado totalitário as pessoas perderam seu senso crítico e seu bom senso, as ordens do Poder Hutu de eliminação da minoria tutsi eram obedecidas sem qualquer questionamento.

Com relação a Eichmann “*os atos eram monstruosos, mas o responsável era comum*”¹⁰⁹. A essa discrepância Arendt dá o nome de banalização do mal, uma forma pela qual pessoas comuns praticam crimes horrendos a mando do Estado indo contra suas próprias crenças e contra o próprio bom senso, não discernindo entre bem e mal ou entre verdade e mentira.

2.3 – O genocídio poderia de fato ter sido impedido?

Uma questão muito debatida é até que ponto uma intervenção internacional poderia de fato ter impedido o desenrolar do genocídio. Tendo o genocídio completado recentemente 10 anos, e estando um milhão de pessoas já há muito mortas, esse debate, que não passaria de especulação, não contribuiria em nada com a realidade enfrentada por Ruanda atualmente nem, muito menos, poderia alterar os fatos ocorridos em 1994.

De qualquer maneira, é válida a tentativa de se determinar o que teria acontecido se alguma ajuda internacional que visasse de fato interromper o genocídio tivesse sido enviada ao país – ao contrário da Operação Turquoise francesa, já apresentada no primeiro capítulo. Isso poderá contribuir para o debate sobre a necessidade de

¹⁰⁹ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: a banalização do mal. Passim.

reformulação do sistema das Nações Unidas a ser abordado no próximo capítulo dessa monografia. Além disso, argumentos factíveis a respeito da importância, necessidade e urgência de uma intervenção em Ruanda em 1994 poderão também ser levados em conta no futuro, caso algo semelhante volte a ocorrer (ou ao menos deveriam).

2.3.1 Estratégias para impedir o genocídio

Em seu artigo, Alan Kuperman,¹¹⁰ defende que os “se’s” a respeito do genocídio de Ruanda e as possibilidades de ter sido evitado não são justificáveis.

No tocante ao envio de ajuda internacional Kuperman analisa a influência que uma missão de paz norte-americana poderia exercer sobre o desenrolar do genocídio em 1994. Seu objetivo é mostrar que, por mais que todos os esforços tivessem sido empregados para impedir o massacre (o que não aconteceu), esse não poderia ser impedido em virtude de uma série de detalhes.

Visando mostrar uma certa inevitabilidade do genocídio de Ruanda, Kuperman elabora três diferentes formas de intervenção – máxima, moderada e mínima – para, a partir daí especular os prós e contras de cada uma das possibilidades.

Tipos de intervenção:

- Máxima – contaria com 13.500 soldados e somaria 27 mil toneladas de peso. Necessitaria de 40 dias para sua total mobilização em solo hostil e conseguiria salvar 125 mil tutsis (além dos 150 mil que conseguiram de fato sobreviver ao genocídio), o que corresponderia a 25% a menos no total de mortes;
- Moderada – contaria com 6 mil soldados e somaria 10 mil toneladas de peso. Necessitaria de 21 dias para sua total mobilização em solo hostil e conseguiria salvar 100 mil tutsis, o que corresponderia a 20% a menos no total de mortes;
- Mínima - contaria com 2.500 soldados (fora de Ruanda) e somaria 4.500 toneladas de peso. Necessitaria de 14 dias para sua total mobilização e conseguiria salvar 75 mil tutsis, o que corresponderia a 15% a menos no total de mortes. (nesse tipo de intervenção seriam realizados somente ataques aéreos utilizando para isso helicópteros do exército americano);

¹¹⁰ KUPERMAN, Alan. Rwanda in Retrospect. *Foreign Affairs*, 2000. pp. 94-118

Grosso modo, Kuperman acredita que uma grande intervenção levaria muito tempo para ser organizada (lembrando que o genocídio durou no total 100 dias) e seria muito cara, além de colocar em risco a vida de soldados norte-americanos. Uma intervenção média também levaria um tempo considerável, seria também extremamente cara e os soldados se concentrariam na capital Kigali, deixando o resto do país à própria sorte. Finalmente uma intervenção mínima seria mais facilmente organizada mas, como nas outras opções, não influenciaria de forma substancial o número de mortes do genocídio. Quando se chega à cifra de um milhão de mortos em questão de 3 meses, 100 mil vidas deixam de representar 100 mil pessoas e se transformam em porcentagens e estatísticas – apenas contribuem para a produção de mais “se’s”.

Kuperman vai mais além em suas hipóteses. Ele defende que se uma operação internacional bem armada e com autorização para utilizar a força para impor um fim às hostilidades fosse anunciada, as conseqüências seriam ainda piores. Em sua visão, assim como aconteceu nos campos de concentração durante o holocausto, ao saber de tal operação os hutus redobriariam seus esforços para terminar o “trabalho” o mais rápido possível, de forma a eliminar possíveis testemunhas e assegurar o cumprimento da “Solução Final” do Poder Hutu.¹¹¹

Não obstante, o autor afirma que se as tropas da UNAMIR em Ruanda tivessem atuado de forma mais incisiva durante o massacre, haveria retaliação por parte dos hutus e que mais mortes entre membros da força de paz poderiam acontecer.

Questionando todas as possibilidades apontadas por Kuperman, teorias muito simples, algumas delas seculares, poderiam invalidar sua análise e levam a crer que o genocídio poderia sim ter sido evitado ou ter diminuída sua eficácia e seu poder destrutivo.

A partir da morte dos dez soldados belgas, ainda no primeiro dia de genocídio, Ruanda não se tratava mais de um país em crise e em processo de negociação de paz, mas sim, de um campo de batalha onde se travava uma guerra civil. Inúmeros estrategistas militares elaboraram teorias sobre a guerra, as formas de se alcançar a vitória em combate e que ações devem ser empregadas para melhor se administrar esse complexo fenômeno humano.

¹¹¹ KUPERMAN, Alan. Rwanda in retrospect. *Foreign Affairs*. pp. 111-113.

Dentre esses diversos autores, o alemão Carl von Clausewitz se mostra como dos mais proeminentes e mais estudados até os dias de hoje. Em seu único livro, *Da Guerra*, Clausewitz tenta desconstruir o fenômeno da guerra, aponta seus reais objetivos e tenta elencar as ações que podem ser adotadas para se vencer o oponente.¹¹²

Para Clausewitz o objetivo da guerra é desarmar o inimigo, destruindo sua capacidade de combater, para que assim seja compelido a realizar a vontade de seu algoz.¹¹³ Contudo, foi empiricamente observado por ele que o inimigo nunca é totalmente desarmado, ou perde sua capacidade de se rearmar (por exemplo a Alemanha, que vencida na primeira guerra, em menos de 30 anos foi capaz de se rearmar de tal forma que fez o mundo mergulhar em uma segunda guerra ainda mais sangrenta que a primeira). Para que fosse totalmente desarmado e perdesse sua capacidade de se rearmar, seria necessário eliminar totalmente o inimigo, possibilidade que Clausewitz classificou de Guerra Ilimitada, o que requereria um emprego maciço da violência, aproximando-se da violência absoluta.¹¹⁴

A partir dessa idéia, deduz-se que o genocídio seria uma das faces macabras da Guerra Ilimitada idealizada por Clausewitz, uma vez que seu objetivo não é conquistar uma faixa de terra ou subjugar um inimigo. No genocídio em Ruanda, por exemplo, assim como na Guerra Ilimitada, o desejo era eliminar todos os tutsis do país. Como citado anteriormente, mesmo as crianças deveriam ser assassinadas para se evitar que no futuro se levantassem contra os hutus. Os tutsis deveriam perder totalmente sua capacidade de se rearmar e isso só seria possível mediante sua morte! Todos deveriam morrer, de crianças a idosos. Ruanda, então, era um campo de batalha possuidor das características mais extremas possíveis em um cenário de guerra. Características tão absurdas da Guerra Ilimitada que possivelmente nem mesmo Clausewitz foi capaz de presenciar.

Rebatendo, pois, as hipóteses de inevitabilidade de Kuperman, a teoria de Clausewitz sobre as características da guerra podem mostrar como o genocídio foi algo evitável e como ações muito simples poderiam alterar drasticamente seu resultado.

Clausewitz, assim como grande parte dos doutrinadores militares, aponta que em uma guerra as informações são extremamente importantes para o desenrolar do

¹¹² CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. pp. 07-87

¹¹³ *Ibidem*, p. 10

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 15

combate.¹¹⁵ Em um genocídio como o de Ruanda as comunicações foram, sem sombra de dúvida, fundamentais para sua execução, principalmente tendo em vista sua tamanha velocidade e violência (cem dias / um milhão de mortos). Isso levou muitos autores¹¹⁶ a criticar duramente as forças da UNAMIR que permaneceram no país. Se a UNAMIR tivesse destruído a rádio estatal RTLM, em uma ação até certo ponto simples para a força deixada em Ruanda pelo Conselho de Segurança, o sistema de comunicações entre o Poder Hutu e seus “agentes” (cidadãos hutus) seria cortado. Cortando-se esse elo de comunicação seria retirada também uma das necessidades vitais de um governo totalitário segundo Hannah Arendt: a propaganda. Seria cortado o fluxo de estímulos à população hutu para continuar matando e ainda seriam levantadas dúvidas sobre a real situação dos avanços da FPR sobre o país ou de possibilidade de uma intervenção internacional. É pouco provável que a continuação da propaganda do Poder Hutu por um sistema “boca a boca” causaria o mesmo efeito. O Estado não mais informaria a população sobre o que é certo e errado e, ainda segundo Arendt, uma das características das massas no totalitarismo é que os indivíduos simplesmente seguem ordens, não são imbuídos de fanatismos ou convicções ideológicas firmes que os levam a realizar ações sem um prévio comando do governo. Com a destruição da RTLM a matança seria rapidamente interrompida.

Outro ponto importante da teoria de Clausewitz, corroborado pelas idéias de Hannah Arendt e ignorado por Kuperman em sua análise, diz respeito ao número de soldados necessários para impor um fim ao massacre. Como citado no primeiro capítulo o Gen. Dallaire afirmou que, com 5 mil soldados e autorização para usar a força, ele teria conseguido parar o genocídio. Lembrando que também no primeiro capítulo foi citado que um grupo muito reduzido de soldados membros da UNAMIR foi capaz, durante vários dias, de garantir a sobrevivência de 2 a 4 mil pessoas refugiadas em escolas e estádios de futebol em Ruanda. Duas considerações são importantes a respeito dessa realidade:

¹¹⁵ Ibidem, p. 79 – 81.

¹¹⁶ Diversos autores trabalham a questão da imobilidade da UNAMIR após a retirada da maior parte de seu contingente. Obviamente que 270 soldados frente a 6 milhões de hutus é uma proporção capaz de assustar qualquer comandante, porém, ações simples poderiam ter influenciado os desdobramentos do genocídio. Entre os autores que trabalham essa temática estão: Philip Gourevitch, Linda Melvern, Regine Andersen, a Ong Human Rights Watch, além de diversos jornalistas que analisaram a situação em Ruanda e que também apontaram essa deficiência nas forças da ONU no país.

- 1º - o Poder Hutu não enfrentaria diretamente a força da ONU tentando matar todos os seus 270 soldados porque, com certeza, isso macularia a imagem internacional do governo provisório do país e, novamente segundo Arendt, a propaganda de um governo totalitário frente a comunidade internacional é fundamental para sua existência¹¹⁷. Dessa forma essa possibilidade não seria cogitada;
- 2º - se, relevando-se a afirmação anterior, as forças da ONU fossem de fato atacadas, segundo Clausewitz, durante o desenrolar de um combate o lado que está se defendendo de um ataque é relativamente mais forte por estar lutando para manter uma situação, não necessitando se expor como o lado que ataca.¹¹⁸

Logo, com os 5 mil soldados solicitados por Dallaire, tendo como base as interpretações acima, a UNAMIR poderia sim ter imposto um fim ao genocídio e, protegendo pessoas refugiadas em grandes centros de concentração de tutsis durante os meses de matança, as cifras de Kuperman poderiam ser muito diferentes. A morte de um milhão de pessoas não foi inevitável e as “forças de paz” deixadas em Ruanda não fizeram mais do que assistir de perto o banho de sangue dos hutus.

Ainda haveria outra opção simples e que seria capaz de comprometer o avanço dos assassinatos em Ruanda. O genocídio foi empregado através de golpes de facão, ponto já abordado anteriormente. Contudo, o exército de Ruanda precisava combater a FPR, que tentava tomar o país avançando do norte. Para resistir a essa ameaça eram necessárias armas e munição que eram fornecidas pelo governo e compradas da França. Diante dessa situação, uma medida que não colocaria em risco nenhum soldado, não resultaria em gastos excessivos e seria extremamente eficiente seria a imposição pelas Nações Unidas de um embargo de armas a Ruanda. Esse embargo foi realmente “imposto”¹¹⁹ mas somente pela resolução nº 918¹²⁰, de 17 de maio de 1994, ou seja, mais de um mês após o início dos assassinatos e dois dias após a estimativa da Cruz Vermelha

¹¹⁷ ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. p. 391.

¹¹⁸ CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. p. 22.

¹¹⁹ Mesmo após a imposição do embargo a Ruanda, diversos carregamentos de armas foram transportados ao país com a conivência da França. As armas eram levadas ao país vizinho, Zaire, para então cruzarem a fronteira com Ruanda e suprir as necessidades dos genocidas de Bagosora. GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p.183

¹²⁰ Organização das Nações Unidas. Resolução nº 918/94, maio/1994, p. 03-05

Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/scres/1994/scres94.htm>>.

Acesso em: 14/02/04.

Internacional de que meio milhão de tutsis já haviam sido mortos¹²¹. Clausewitz mostra que durante a guerra o abastecimento das tropas é fundamental para o bom desempenho do exército e o sucesso no combate.¹²² Se o embargo tivesse sido imposto assim que foi detectada a execução de um genocídio em Ruanda, a fonte de abastecimento bélico do Poder Hutu seria cortada e a FPR, real responsável pelo fim dos massacres, teria maiores chances frente às forças de Bagosora.

Em resumo, Kuperman defende que mesmo grandes intervenções militares não poderiam de forma geral mudar o destino de um milhão de pessoas mortas em 1994, mas como foi aqui especificado, pela mera aplicação de teorias consagradas de estratégia militar, ações simples e de baixo custo poderiam ser empregadas rapidamente, sem colocar em risco a vida de soldados e resultando na diminuição do número de mortos do genocídio. Infelizmente todas essas possibilidades hoje são apenas cogitadas na esfera dos “se’s” a respeito de Ruanda e, muito provavelmente, caso algo semelhante volte a ocorrer, o mundo assistirá novamente inerte a mais um holocausto.

¹²¹ Timeline: 100 days of genocide. BBC News.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3580247.stm>
Acesso em 18/04/04.

¹²² CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. p. 421 – 422.

“ ‘Ouvi dizer que você está interessado no genocídio’, disse o americano. ‘Você sabe o que é genocídio?’ Pedi a ele que me contasse. ‘Um sanduíche de queijo’, disse ele. ‘Pode escrever. Genocídio é um sanduíche de queijo.’ Perguntei-lhe o que queria dizer com isso. ‘Quem se importa com um sanduíche de queijo?’, disse. ‘Genocídio, genocídio, genocídio. Sanduíche de queijo, sanduíche de queijo, sanduíche de queijo. Quem dá a mínima? Crimes contra a humanidade. Onde está a humanidade? Você? Eu? Você viu algum crime cometido contra você? Ora, só um milhão de ruandeses. Você já ouviu falar na Convenção do genocídio?’ Respondi que sim. ‘Aquela convenção (...) daria um bom embrulho para um sanduíche de queijo.’ ”

*Oficial da inteligência militar norte-americana.
Kigali, Ruanda.*

3 – O GENOCÍDIO EM RUANDA E O FUTURO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Frente a esta análise profunda do genocídio em Ruanda, questionamentos sobre a ajuda internacional e a influência que os fóruns multilaterais exercem sobre as relações internacionais são levantadas sem grande esforço. Desdobramento deste questionamento vem a ser a real multilateralidade desses organismos, a obrigação do cumprimento dos tratados internacionais e a influência que as grandes potências exercem sobre suas decisões.

Este terceiro e último capítulo da monografia pretende, a partir do estudo dos fatos ocorridos em Ruanda e das lições aprendidas pela ONU no genocídio (ou não!), analisar o futuro dos organismos internacionais de manutenção da paz e segurança mundial. Questionar a função e obrigatoriedade (de fato) dos tratados internacionais e das resoluções das Nações Unidas. Analisar a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda – TPIR, seus métodos e resultados. Por fim, ponderar a respeito do cenário pós-conflito e do reconhecimento por parte das Nações Unidas de que mais poderia ter sido feito para se evitar o genocídio (muito mais!).

3.1 – A ONU e o Conselho de Segurança

O ceticismo sobre os “se’s” do genocídio se deve ao fato de que todo o cenário de matança desenfreada, totalitarismo, massificação da população e propaganda voltada para ludibriar a comunidade internacional, verificado em Ruanda, já haver ocorrido em outros momentos da história. Exemplo óbvio dessa afirmação e resultado de experiências anteriores muito semelhantes ao genocídio em Ruanda é a mera existência da Organização das Nações Unidas.

A ONU foi criada sobre as cinzas do holocausto de Hitler. A morte de seis milhões de judeus moveu a “comunidade internacional” a se sentar “civilizadamente” e organizar um sistema de instituições internacionais capaz de impedir que aqueles horrores voltassem a ocorrer. Não por menos a primeira frase da carta de criação da ONU diz:

“NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossas vidas, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.”¹²³

No que diz respeito ao genocídio em Ruanda, tendo sido analisados no primeiro e no segundo capítulos os detalhes que permearam o massacre e a participação da ONU e do Conselho de Segurança no conflito, pode-se afirmar que todos os pontos abordados nesse primeiro parágrafo do documento que criou aquela Organização foram ignorados ou descumpridos. Nominalmente: Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; Direitos fundamentais do homem; igualdade de direito (...) das nações grandes e pequenas; respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

O caso de Ruanda leva a se concordar com a teoria de Martin Wight, quando o autor, ao analisar a influência política da Organização das Nações Unidas, afirma que a existência de um capítulo sobre esse tema em seu livro não passa de mera cortesia uma vez que a ONU exerceu, no período pós 2ª Guerra Mundial, influência ainda mais insignificante que sua antecessora Liga das Nações, que não deteve poder de influência nenhum sobre a política de seu período.¹²⁴ A Organização das Nações Unidas, principalmente após o fim da guerra fria, se desvirtuou de sua função principal, estampada e definida naquele primeiro parágrafo de sua carta de criação.

Com respeito ao Conselho de Segurança, após o final da Guerra Fria, este deixou de ser a arena onde se dava o equilíbrio de poder entre as duas principais superpotências do planeta no pós 2ª Guerra - Estados Unidos e União Soviética -, época em que a principal preocupação mundial era evitar uma guerra nuclear entre os pólos socialista e capitalista, que culminaria provavelmente com a destruição do mundo.

¹²³ Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco – 1945. Disponível em: www.un.org. Acesso em: 14/05/04

¹²⁴ WIGHT, Martin. A política do poder. p. 175

Com o fim da bipolaridade e o surgimento dos Estados Unidos como a maior superpotência do planeta, a destruição do mundo em uma guerra nuclear não era mais a grande preocupação no Conselho de Segurança. Nesse momento, o Conselho deveria voltar a funcionar de acordo com os objetivos para os quais fora criado à sombra das atrocidades da 2ª Guerra Mundial. No período pós Guerra Fria a paz coletiva, prevista na Carta da ONU, viria evitando-se ou forçando o fim de genocídios, guerras civis e todas as formas de ameaça aos Direitos Humanos. O que pode ser comprovado nas palavras do diplomata brasileiro Paulo Nogueira Batista, que presidiu os trabalhos do Conselho de Segurança nos anos de 1988 e 1989 e pôde testemunhar a *"diminuição gradual das tensões Leste-Oeste, com um 'renascimento' da ONU quanto a questões políticas. O Conselho passou a ser aceito como um foro para discutir-se (...) questões críticas de paz e segurança e tornou-se um instrumento para a implementação de acordos a respeito de algumas dessas questões."*¹²⁵ Antes, a função do Conselho era proteger o mundo de uma catástrofe nuclear, agora, o trabalho do Conselho seria proteger o homem do próprio homem.

Contudo, o Conselho passou a agir com maior agilidade quando o tema debatido era do interesse das grandes potências da atualidade (Estados Unidos, França, Inglaterra, China e Rússia), que não por coincidência são os países permanentes do Conselho de Segurança. Essa situação também ocorreu em Ruanda. Nas palavras de outro diplomata brasileiro, Antônio Aguiar Patriota, ao falar da aprovação pelo Conselho da resolução que autorizava o envio da missão francesa "Opération Turquoise" que, como citado no primeiro capítulo, na verdade mascarava a verdadeira intenção da França de assegurar seus interesses em solo ruandês: *"O número significativo de abstenções e a escassa adesão africana à iniciativa [Opération Turquoise] lançavam dúvidas sobre sua legitimidade e impedia que a operação sequer pudesse ser designada como 'multinacional' "*¹²⁶. Mesmo apresentando sinais de que a missão era uma forma de legitimar o envio de uma força francesa a Ruanda, para defender os interesses de seu país, a operação foi votada e foi aprovada pelo Conselho de Segurança. Será que se a proposta de envio de uma força com essas mesmas características tivesse partido de um país não tão influente no Conselho, como o Iraque por exemplo, esta teria sido aprovada da mesma maneira? É muito provável que não. O que leva a crer que o Conselho parece

¹²⁵ BATISTA, Paulo Nogueira. Presidindo o Conselho de Segurança da ONU. *Política Externa*, p. 86

¹²⁶ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *"O Conselho de Segurança das Nações Unidas após a Guerra do Golfo: A Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva"*. p. 116

agir de acordo com os interesses de seus membros permanentes, o resto do mundo, a paz mundial e a proteção dos direitos humanos possuem papel secundário.

Nas situações em que não havia grande interesse dessas potências, ou em momentos onde o que interessava era a não adoção de quaisquer medidas por parte do Conselho de Segurança, decisões eram tomadas muito lentamente e, em função dessa demora, milhares de pessoas morriam. Exemplo disso é a influência exercida pelos Estados Unidos no início do genocídio em Ruanda, como citado no primeiro capítulo, quando uma missão para reestruturação da UNAMIR foi postergada em virtude da atuação da representante norte-americana no Conselho, Madeleine Albright.

À luz de tudo o que precede, parece claro que, se o mundo não deseja se entregar ao estado de natureza de Hobbes, se a cooperação multilateral é de fato importante e um desejo dos países e se a paz internacional e a proteção dos direitos humanos são um objetivo para as nações, é imperativo que o sistema ONU seja revisado e reformado. Existem atualmente inúmeros tratados internacionais elaborados visando a convivência pacífica entre as nações, a cooperação para o desenvolvimento e o respeito à soberania. A reestruturação do sistema ONU seria então uma tentativa para que estes tratados internacionais fossem respeitados por todos os seus membros, incluindo-se nesse grupo as grandes potências mundiais.

3.2 – A questão da obrigatoriedade dos tratados internacionais

“Elsner: Como você descreveria os eventos que estão acontecendo em Ruanda?”

Shelly: Baseado nas evidências que vimos de observações no local, nós temos todas as razões para acreditar que atos de genocídio ocorreram em Ruanda.

Elsner: Qual a diferença entre ‘atos de genocídio’ e ‘genocídio’?”

Shelly: Bem, acredito que — como você sabe, há uma definição legal deste... claramente nem todas as matanças que ocorreram em Ruanda são matanças às quais se pode aplicar aquele rótulo... Mas, sobre a distinção entre as palavras, nós estamos tentando chamar o que vimos até agora da melhor maneira que podemos, e baseado, novamente, nas evidências, temos todas as razões para acreditar que atos de genocídio ocorreram.

Elsner: Quantos atos de genocídio são necessários para se gerar um genocídio?

Shelly: Alan, essa não é uma pergunta que eu esteja em posição de responder”.¹²⁷

Como abordado no primeiro capítulo e mostrado na passagem acima, o governo dos Estados Unidos, para que a Convenção sobre genocídio de 1948 não fosse invocada, banuiu o termo “genocídio” de seus comunicados oficiais, utilizando em seu lugar a expressão “atos de genocídio” em uma tentativa de desvirtuar a realidade dos fatos que estavam acontecendo em Ruanda em 1994. Essa atitude do governo norte-americano dá a impressão de que, apesar da existência de uma convenção internacional criada para que crimes de genocídio fossem combatidos no futuro, quando não é do interesses das grandes potências, as diretrizes contidas em tratados e convenções como essa podem ser esquecidas, e escusas tão óbvias justificam a inação por parte da comunidade internacional. Infere-se dessa situação que, na visão do governo norte-americano com relação a Ruanda, “atos de genocídio” não suscitariam a existência de um genocídio propriamente dito, logo, não seria uma necessidade ou uma obrigação o emprego de todos os meios necessários para impedir que um processo de extermínio como esse continuasse.

As palavras de Christine Shelly e os “atos de genocídio” que estavam sendo observados pelo governo dos Estados Unidos em 1994 levam à imposição de um questionamento: qual é a função e a utilidade de um tratado internacional?

No que diz respeito ao genocídio em Ruanda, essa dúvida também aborda a questão da aplicabilidade e obrigatoriedade de tratados internacionais como a Convenção sobre a prevenção do Crime de genocídio de 1948. Quando se deu o momento em que as decisões manifestadas nessa convenção deveriam ser colocadas em prática, esforços maiores foram empregados para se evitar o termo que “obrigaria” a adoção de uma série de medidas e o gasto de milhões de dólares em decorrência disso, do que para impedir a continuação dos massacres. Apesar dos quase 60 anos desde a criação da ONU, fatos como estes sugerem que todavia persiste no plano internacional a anarquia e o estado de natureza, tal como foi descrito pelo cientista político inglês Thomas Hobbes.

¹²⁷ Entrevista concedida pela porta-voz norte-americana Christine Shelley, em 10 de junho de 1994, sobre o genocídio em Ruanda. POWER, Samantha. Bystanders to Genocide. *The Atlantic online*. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/issues/2001/09/power.htm> . Acesso em: 15/04/04.

Hobbes (1588-1679) acreditava que o homem é essencialmente um ser mesquinho, egoísta, mau e, acima de tudo, anti-social. Em sua visão o homem utiliza sua racionalidade (único ponto de diferença entre o ser humano e os animais) para conseguir aquilo que quer. Em uma sociedade sem leis e sem um Estado forte o bastante para coibir os abusos dos indivíduos uns para com os outros, o homem se valeria da força para assegurar seus interesses. A liberdade total era dada ao homem para fazer tudo aquilo que bem entendesse para alcançar seus objetivos. Esse é o estado de natureza do homem segundo Hobbes, momento em que o indivíduo mais se aproxima de sua origem animal e sobrevive segundo a lei do mais forte. Nesse passado remoto, o homem não vivia em sociedade, não haviam leis e nenhum direito lhe era garantido, nem mesmo o direito à vida. No estado de natureza, o homem acabaria se tornando o que Hobbes chamou de lobo do próprio homem, o que o levaria a sua ruína.¹²⁸

Esse estado de natureza, onde a espécie humana pereceria, só poderia ser contornado mediante a criação de um Estado. Tal como Locke, citado no segundo capítulo, Hobbes faz parte da escola contratualista e acredita que os homens haviam se reunido e decidido abrir mão de parte de sua liberdade para que o Estado pudesse garantir sua segurança. Transpondo as idéias de Hobbes para o plano internacional, tem-se que este permanece em constante estado de natureza.

O plano internacional, para os realistas, é um cenário totalmente anárquico, o que significa a ausência de uma autoridade supranacional. Paul Viotti analisa essa questão e afirma que “*Não existe autoridade governamental mundial para forçar compromissos ou acordos entre estados.*”¹²⁹. E vai mais além: “*A menos que um Estado ou alguma forma superior de autoridade internacional venha a dominar o mundo, a anarquia continuará a ser a característica definidora do sistema internacional.*”¹³⁰

Não existe ainda uma instituição supranacional capaz de retirar parte da soberania dos países para, a partir daí, assegurar a sua segurança. Desse ponto de vista, como mostra Viotti, também não existe instituição capaz de compelir os Estados a cumprirem as obrigações registradas nos tratados e convenções internacionais, como se estes representassem obrigações legais. Contudo, de forma alguma isso quer dizer que os Estados do mundo entrariam em guerra total entre si, em virtude da não existência de uma polícia global. A escola realista inclusive acredita que isso só não acontece em

¹²⁸ RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. Em WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da Política. pp. 53 - 77

¹²⁹ VIOTTI, Paul R.. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond. p. 69

¹³⁰ Ibidem, p. 71

virtude da existência no plano internacional de um equilíbrio de poder, ou seja, os países não iniciam essa guerra de todos contra todos por saberem que isso os destruiria. Ao invés disso, os Estados aplicam grandes partes de seus orçamentos na pesquisa e na indústria bélica, para que caso o pior aconteça eles estejam preparados¹³¹. A escola realista defende que não se pode confiar em outros Estados e que nunca se sabe o momento em que um aliado irá se aproveitar de sua proximidade para investir contra o país. As relações internacionais para os realistas se dão no âmbito de suspeitas constantes entre os Estados.¹³²

O ponto a ser compreendido aqui é que, independente do conteúdo dos inúmeros tratados internacionais existentes, a tendência dos Estados, principalmente daqueles que detêm o maior poderio militar (força), é buscar todos os meios para que seus objetivos sejam alcançados. Essa tentativa se dará primeiramente no plano multilateral e da cooperação mas, caso não sejam atendidas as demandas do Estado, este buscará outros meios para que seus interesses sejam assegurados.¹³³ O que daria ainda mais força à afirmação de Clausewitz, já citado no segundo capítulo, cuja frase mais famosa constata que *“a guerra é uma simples continuação da política por outros meios.”*¹³⁴

Na visão de Fonseca Jr., ao analisar as idéias do livro “A Sociedade Anárquica” de Redley Bull, a obrigação de se cumprirem os tratados internacionais, essência do Direito Internacional, existe em função das necessidades e interesses de poder dos Estados.¹³⁵ O conteúdo de qualquer acordo internacional só será cumprido mediante a

¹³¹ Note-se que segundo as relações internacionais, da maneira como se dão atualmente, são exatamente as grandes potências do mundo as que mais investem em defesa. Para países como Estados Unidos, França, Inglaterra, China e outros, sobretudo para os norte-americanos, o mundo é um local de grande suspeita e onde a defesa nacional deve ser prioridade. A balança do poder deve estar equilibrada de tal sorte que, em caso de alguma ameaça externa, o país seja capaz de se defender. Atualmente os Estados Unidos ainda dispõem de um arsenal de armas que seria capaz de destruir o mundo mais de uma vez.

¹³² VIOTTI, Paul R.. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond. p. 69

¹³³ Confirmação dessa realidade pode ser vista nas ações do governo norte-americano durante a recente guerra do Iraque em 2003. Foi feita uma tentativa pelas vias diplomáticas para que a operação fosse autorizada. Porém, quando a comunidade internacional, representada pela ONU e pelo Conselho de Segurança, este último o responsável por “autorizar” ou não esse tipo de iniciativa, se opuseram à intervenção dos Estados Unidos naquele país, independentemente de qualquer desaprovação, o governo Bush levou a cabo seus planos de invasão e dominou o Iraque. Outro exemplo é a França, que acompanhava de perto o desenrolar do genocídio, mas somente quando viu ameaçados seus interesses, devido aos avanços da FPR, propôs nas Nações Unidas o envio de uma força de paz ao país. Essa força foi batizada de Opération Turquoise e seria liderada pelo exército francês. Como não haviam outras opções, a missão foi autorizada pelo Conselho de Segurança mas, caso não tivesse sido, segundo a visão realista, a França faria uso de outras formas para intervir no país e garantir seus interesses, assim como fizeram os Estados Unidos no Iraque.

¹³⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. p. 27.

¹³⁵ FONSECA Jr., Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais. p. 53

avaliação das possibilidades por parte do Estado e, caso a melhor oportunidade resida no não cumprimento das diretrizes do tratado, este será imediatamente posto de lado.

Esta não é, obviamente, a única interpretação possível para as relações entre Estados na atualidade, mas se mostra muito factível quando colocada lado-a-lado com as ações dos países, mais uma vez, principalmente dos países que detêm um maior poderio bélico: as grandes potências mundiais.

No outro lado da moeda, podem ser citadas as reflexões dos membros da escola racionalista, que defendem a coexistência pacífica entre os Estados e o respeito aos tratados internacionais. Na visão racionalista, cujo principal autor é o jurista holandês Hugo Grotius, apesar da não existência de um Estado supranacional capaz de obrigar os demais Estados soberanos a cooperar e respeitar determinado acordo internacional, o sistema internacional não entra em colapso. As relações entre os países não se dão somente mediante regras de prudência (o que os realistas chamam de equilíbrio de poder), mas sim, são permeadas pela existência de regras tácitas e inerentes às sociedades que compõem a comunidade internacional, tais como a moral e o direito.¹³⁶

Os racionalistas vão de encontro às perspectivas realistas (e pessimistas) de Hobbes e acreditam que os instintos mais profundos do homem são bons, positivos e caminham na direção da vida em sociedade e da paz. Além disso, no que diz respeito aos Estados, a organização destes em formas políticas como a democrática suscita um comportamento internacional, a princípio, pacífico. Por fim, e em consonância com as idéias liberais já citadas no segundo capítulo, os racionalistas acreditam que o comércio internacional e as trocas econômicas entre países movem as relações internacionais para um cenário de relativa paz e cooperação, não sendo do interesse dos Estados a interrupção dos fluxos econômicos.¹³⁷ Logo, os interesses dos países, que em última instância estão ligados à economia, dependem da coletividade e da cooperação

Baseado nas posições dessas duas escolas a respeito do cenário internacional e do papel dos tratados internacionais, uma reflexão pode ser feita. De fato, ao longo dos anos, uma série de avanços têm sido feitos mundialmente no âmbito da cooperação internacional e da convivência pacífica entre os Estados. As relações econômicas interligam cada vez mais os países e pode-se dizer que atualmente não existe economia nacional de qualquer país que esteja completamente imune e alheia às oscilações do mercado internacional de capitais. Ou seja, o mundo não vive apenas sob a égide do

¹³⁶ Ibidem, p. 59.

¹³⁷ Ibidem, p. 60.

conflito entre Estados e a busca irracional pelos interesses nacionais não é uma constante nas relações internacionais na atualidade, o que mostra que é possível e necessária a convivência pacífica entre os países.

Contudo, e não menos importante, também têm acontecido no plano internacional o que, inspirado na entrevista de Christine Shelley apresentada anteriormente, poderia ser chamado de “atos de realismo”. Mesmo frente ao cenário de cooperação e integração entre os países, ainda persistem ações dos Estados carregadas da irracionalidade, do expansionismo e da exaltação dos interesses nacionais acima de tudo, características do que Hobbes chamou de estado de natureza. Sobretudo no que diz respeito às ações das grandes potências mundiais. Assim, o mundo parece ser mais racional do que os realistas acreditam mas, ao mesmo tempo, apresenta espasmos de irracionalidade que fazem com que as relações internacionais retrocedam à época colonial.

Todo esse debate sobre a função dos tratados e organismos internacionais não diz respeito somente a Ruanda, essa é uma situação à qual todos os países do mundo estão sujeitos e que seria de responsabilidade da ONU assegurar que essa linha de cooperação e respeito às normas internacionais fosse mantida, tal como atestado em sua carta de fundação. Se a ONU foi criada para “*preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra*” e “*estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos*”¹³⁸, no caso de Ruanda, o mínimo ao que se deveria atentar seria o respeito a tratados como a Convenção sobre genocídio de 1948, expressão da vontade da comunidade internacional após o holocausto. Se os realistas estão mesmo errados, o mundo precisa impedir que os órgãos internacionais sejam conduzidos de acordo com os interesses das grandes potências, porque senão, como já não existe um outro bloco para equilibrar a “balança do poder” em que os realistas acreditam, o mundo estaria à mercê inquestionável das grandes potências, uma ditadura mundial camuflada em forma de fórum multilateral.

3.3 – O Tribunal Penal Internacional para Ruanda

Apesar da grande adesão da população hutu ao genocídio, fruto de toda a massificação e totalitarismo do regime etnicista do Poder Hutu, a matança não foi

¹³⁸ Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco – 1945. Disponível em: www.un.org. Acesso em: 18/05/04

resultado de uma revolta popular espontânea. Como mostrado nos capítulos anteriores, os crimes cometidos em 1994 tinham um grupo principal de idealizadores e executores. Em Ruanda essas pessoas eram conhecidas como *genocidaires* e, à medida em que a FPR avançava sobre o território do país, durante os meses de genocídio, estes mentores se misturavam à multidão de assassinos hutus de menor destaque que fugia para o Zaire como se se tratassem de refugiados da guerra.

Novamente seguindo o mesmo padrão do que aconteceu após a 2ª Guerra Mundial, quando os oficiais do Reichstag alemão fugiram da Alemanha para diversos pontos no planeta¹³⁹, ao ser imposto um fim ao genocídio em Ruanda, os *genocidaires* também conseguiram escapar das forças da FPR e se espalharam por diversos países.

Tão logo se deu a posse do novo governo de Ruanda em 1994, foi elaborada uma lista contendo o nome de quatrocentos dos mais importantes *genocidaires* (tais como Bagosora, os correspondentes da rádio RTLM e outros tantos responsáveis diretos e indiretos pela morte de um milhão de pessoas). Uma vez elaborada a lista, foi solicitada ajuda às Nações Unidas para a perseguição e prisão dos maiores responsáveis pelo genocídio ao redor do mundo, para que fossem julgados por seus crimes. Ao invés de prestar esse auxílio, a ONU decidiu criar o Tribunal Penal Internacional para Ruanda - TPIR, aprovado na resolução nº 955, de 8 de novembro de 1994, que nada mais era que uma subdivisão do Tribunal criado na Iugoslávia. Nas palavras de um diplomata ruandês: *“Pedimos ajuda para agarrar as pessoas que fugiram e julgá-las adequadamente em nossos próprios tribunais (...) mas o Conselho de Segurança simplesmente começou a escrever ‘Ruanda’ sob o nome ‘Iugoslávia’ por toda parte.”*¹⁴⁰

A criação do TPIR foi recebida como um insulto pelo governo de Ruanda.¹⁴¹ Afinal, essas pessoas eram de nacionalidade ruandesa, haviam coordenado e executado um genocídio dentro do território de Ruanda, matando ruandeses e infringindo, antes de qualquer tratado internacional, as leis internas daquele país. Logo, a criação do TPIR era um atestado internacional de incompetência para o sistema judiciário de Ruanda. Talvez motivada ainda por um resquício do cientificismo irracional que imbuía os pensamentos do inglês John Hanning Speke e compartilhado por muitos países da comunidade

¹³⁹ Eichmann, por exemplo, foi capturado na Argentina e levado a Jerusalém para ser julgado por seus crimes durante o holocausto. Josef Mengele, responsável por inúmeras experiências com crianças no campo de concentração de Auschwitz durante a guerra, fugiu para a Argentina e depois para o Brasil, onde permaneceu até o final de sua vida.

¹⁴⁰ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 295 – De fato, comparando-se as resoluções que criaram os dois tribunais é fácil constatar que o texto é exatamente o mesmo, com a exceção dos nomes dos países.

¹⁴¹ Ibidem, p. 296

internacional até hoje. Ainda no século XIX Speke afirmava que, sem a ajuda de culturas evoluídas (como a dele), os povos da África estariam condenados ao caos.¹⁴²

Além disso, o tribunal não era nem mesmo situado em Ruanda. A sede do TPIR foi construída em Arusha, Tanzânia, considerado território “neutro” para o julgamento de tais crimes, mas também distante das testemunhas, dos interessados, das vítimas e dos assassinos presos em Ruanda, ou seja, afastado de tudo o que poderia subsidiar a existência de um tribunal internacional como aquele.

Na opinião dos ruandeses, a criação do TPIR significava apenas um paliativo para tranquilizar a crise de consciência da comunidade internacional, e não uma tentativa de se julgar de fato os responsáveis por tamanha tragédia. Segundo Charles Murigande, “*o tribunal foi criado essencialmente para aplacar a consciência da comunidade internacional, que não havia estado à altura de suas convenções sobre genocídio. Ela quer dar a impressão de estar fazendo alguma coisa, o que muitas vezes é pior do que simplesmente não fazer nada.*”¹⁴³

Mesmo após o final do genocídio, mesmo tendo ocorrido todos os fatos que desabonavam a participação internacional no massacre, relatados nos dois capítulos anteriores, os órgãos multilaterais do mundo se mostravam no pós-genocídio novamente um empecilho à solução dos problemas de Ruanda e não uma fonte de apoio para a reconstrução do país, o que deveria ser sua real função.¹⁴⁴

Até mesmo quando se conseguia que os *genocidaires* fossem levados a julgamento no TPIR outro problema era levantado. A ONU havia proibido o TPIR de sentenciar os responsáveis pelo massacre à morte. Na verdade, o que realmente aconteceu foi que as regras de procedimento para os tribunais de Ruanda não passavam de cópias da versão elaborada para a instalação do Tribunal na Iugoslávia, que não permitia a existência de tal penalidade.

Não será possível discutir nesta monografia o mérito das regras elaboradas para a existência do tribunal da Iugoslávia mas, um dado importante deve ser levantado: segundo as leis de Ruanda, a pena capital é uma pena à qual criminosos estão sujeitos,

¹⁴² Ibidem, p. 63

¹⁴³ Ibidem, p. 296. (grifo meu)

¹⁴⁴ Para causar um sentimento ainda maior de revolta a todos os tutsis e a todas as pessoas que tomam conhecimento da história de Ruanda, vale lembrar ainda que, ao mesmo tempo em que todos esses fatos aconteciam, no país vizinho, Zaire, aproximadamente dois milhões de hutus (entre eles milhares de assassinos que tomaram parte no genocídio) eram sustentados nos campos de refugiados pelos organismos internacionais de ajuda humanitária, sob a justificativa de se tratarem de refugiados dos massacres. Campos esses que por muito tempo funcionaram como bases de apoio para que o Poder Hutu se reestruturasse e voltasse a agir.

logo, parece obvio que os responsáveis pelo genocídio, que, novamente, eram de origem ruandesa, haviam assassinado ruandeses, em território ruandês e indo contra as leis de Ruanda, deveriam primeiramente ser julgados segundo as leis de seu país e em seu próprio sistema judiciário. À luz das ciências jurídicas essa afirmação parece muito lógica e factível.

Partindo do princípio básico de que todos os países são soberanos de seu território e possuem autonomia e independência para elaborar seu conjunto de leis segundo os costumes de sua sociedade, a criação do TPIR parece duplamente equivocada:

- primeiramente por não autorizar o julgamento dos *genocidaires* pelos tribunais de Ruanda, uma demonstração de que talvez o sistema judiciário do país não fosse bom o suficiente (como os sistemas de países evoluídos como os da Europa ou dos Estados Unidos), ou não seria capaz de fornecer um julgamento justo aos responsáveis pelos massacres. Ambas alternativas podem estar relacionadas aos mesmos conceitos de incapacidade das culturas africanas em que John Speke se baseava ainda no séc. XIX.
- por outro lado, por não julgar os responsáveis segundo as leis de Ruanda, que bem ou mal, independente do que defenda qualquer corte de justiça, são as leis daquele país e devem ser respeitadas.

Paul Kagame, atual presidente de Ruanda, afirma sobre a criação do TPIR e suas regras de procedimento que: “(...) *quando Ruanda protestou que o tribunal deveria [pelo menos] adotar a pena de morte por respeito às leis de Ruanda, a ONU aconselhou Ruanda a abolir a sua pena de morte. Kagame chamou esse conselho de ‘cínico’*”.¹⁴⁵

O ponto aqui discutido não é a validade da pena de morte ou que esta deva ser adotada em tribunais internacionais criados para julgar quaisquer crimes, a questão que está sendo abordada é, na verdade, a ingerência da comunidade internacional no sistema judiciário de Ruanda e o desrespeito à soberania do país e às suas leis.

Para que se possa notar como o equivoco na criação do TPIR e as regras por ele adotadas não dizem respeito somente a Ruanda, bem como, comprovar que nas relações

¹⁴⁵ Ibidem, p. 298. (grifo meu.)

internacionais e no sistema ONU não existe, de fato, a idéia de “*igualdade de direito (...)* das nações grandes e pequenas”, defendida ainda no primeiro parágrafo da Carta de criação das Nações Unidas, uma comparação pode ser feita.

Ruanda possui a pena de morte no âmbito de seu ordenamento jurídico, logo, criminosos que se encaixarem em crimes onde esta pena seja aplicável serão executados. Apesar disso, Ruanda não é o único país a adotar esse tipo de pena, inúmeros países no mundo também adotam a pena capital. Contudo, os fatos levam a crer que, dependendo do país a ser analisado, questionamentos sobre esses métodos serão levantados ou não.

Por exemplo: os Estados Unidos também adotam a pena de morte em muitos de seus estados. Partindo da hipótese de que caso algum dia um nacional norte-americano coordene a execução de um genocídio dentro do território dos Estados Unidos, matando cidadãos nacionais daquele país e, obviamente, infringindo as leis do estado onde esses crimes estiverem sendo cometidos, qual será o seu destino? Como tenta provar esta monografia, em se tratando de grandes potências, as regras internacionais parecem mudar ou não se aplicar, assim, como mostrado anteriormente, independente das informações contidas em tratados internacionais, essas potências parecem agir de acordo com os seus próprios interesses e se utilizam de todos os meios possíveis para alcançar seus objetivos.

A partir de 2002 o Tribunal Penal Internacional – TPI passou a funcionar e os EUA decidiram não participar de sua criação, bem como, celebraram uma série de acordos bilaterais com diversos países do mundo para que, caso algum cidadão norte-americano venha a ser acusado de crimes pelos quais caiba um julgamento pelo TPI, que esse cidadão seja entregue às autoridades norte-americanas e não posto à disposição daquele tribunal.

Para evitar que, em casos de países com os quais os Estados Unidos não celebraram esse tipo de acordo bilateral, algum cidadão norte-americano seja entregue ao TPI para julgamento, foi aprovada no congresso norte-americano o *American Servicemembers Protection Act*¹⁴⁶, uma lei que prevê que serão utilizados todos os meios necessários para que este cidadão seja “resgatado” do país onde se encontra e seja levado de volta aos Estados Unidos para ser julgado por seus crimes segundo as leis de seu país¹⁴⁷. O criminoso norte-americano será seqüestrado do país onde se encontra para que

¹⁴⁶ USA for the Internacional Criminal Court.
Disponível em: <http://www.usaforicc.org/index.html>
Acesso em: 26/05/04.

¹⁴⁷ Dentre as regras contidas nesta lei norte-americana estão: A proibição de cooperação dos Estados Unidos com o TPI; A restrição da participação dos Estados Unidos em missões de manutenção da paz das

uma corte alheia ao ordenamento jurídico dos Estados Unidos não seja a responsável por julgá-lo. E mais além, ainda em 2002, quando o TPI conseguiu o número mínimo de ratificações para começar a funcionar, a resposta em tom de ameaça dos norte-americanos foi: *“Os Estados Unidos já informaram ao Conselho de Segurança da ONU que não participariam em operações de manutenção da paz se seus cidadãos não ficassem fora da jurisdição do TPI.”*¹⁴⁸

No âmbito do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, está previsto no artigo 17º que só serão aceitos casos em que o Estado que detenha jurisdição sobre o mesmo não manifestar vontade ou não detiver capacidade para a realização do julgamento.¹⁴⁹ Logo, frente à hipótese de um cidadão norte-americano cometer os mesmos crimes que os *genocidaires* de Ruanda, à luz dos fatos aqui relatados, parece improvável que as Nações Unidas desconsiderariam o sistema judiciário dos Estados Unidos. É razoável acreditar, então, que a ONU não levaria o responsável por esse possível genocídio diretamente a um tribunal internacional. Comparando essa hipótese com os fatos envolvendo a criação do TPIR em 1994, novamente, os indícios apresentados no exemplo acima dão a entender que as regras internacionais não se aplicam quando os interesses das grandes potências estão em jogo. Por outro lado, infere-se também que somente países com baixo poderio bélico ou econômico são obrigados a acatar as decisões constantes dos tratados internacionais.

O TPIR parece mesmo ter sido criado para que a comunidade internacional sentisse que algo estava sendo feito com relação ao genocídio de Ruanda, o que não necessariamente quer dizer que se estava ajudando. Atualmente, as estatísticas reforçam ainda mais o entendimento de que o tribunal não foi criado para de fato julgar os responsáveis e condená-los segundo reza a lei, mas sim, foi um engodo da ONU com relação a Ruanda e ao genocídio. O TPIR ostenta desde sua criação um saldo de trabalho e resultados que pode ser considerado como muito negativo. Ao longo dos oito anos desde sua entrada em funcionamento, o TPIR já representa um gasto de,

Nações Unidas; A proibição do compartilhamento de informações entre EUA e o TPI; A proibição de assistência militar norte-americana a países que tiverem ratificado o estatuto do TPI; e a autorização ao Presidente dos Estados Unidos para utilizar “todos os meios necessários e apropriados” para libertar do cativeiro qualquer representante norte-americano ou aliado que esteja detido pelo, ou em nome do, TPI.

¹⁴⁸ Tribunal Penal Internacional nasce em atmosfera de crise. France Presse.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u42915.shl>

Acesso em: 22/05/04.

¹⁴⁹ Estatuto de Roma. Tribunal Penal Internacional. Ministério da Justiça.

Disponível em: http://www.mj.gov.br/sal/tpi/decreto_capII.htm

Acesso em: 23/05/04

aproximadamente, meio bilhão de dólares aos cofres da ONU (mantidos com o dinheiro de toda a comunidade internacional¹⁵⁰) e, até hoje, foi capaz de julgar e condenar somente dezessete pessoas.¹⁵¹

3.3.1 – O sistema de confissões

Como já citado anteriormente, para se executar um milhão de pessoas a golpes de facão foi necessária uma massiva adesão da população ao projeto de extermínio do Poder Hutu. Em Ruanda, na lista de acusados detidos por crimes de genocídio, estão presos aguardando julgamento aproximadamente 130 mil pessoas.

Uma análise comparativa desse número poderá mostrar o quão delicada é a situação dos julgamentos dos criminosos de menor destaque em Ruanda. Tomando como base para comparação a população carcerária brasileira, tal como foi estimada pelo censo carcerário realizado em 1995, chegamos à tabela abaixo:

Tabela 1 – População carcerária Brasil X Ruanda¹⁵²

	BRASIL	RUANDA
Número de habitantes do país	169.799.170	7.235.000
População carcerária	148.000	130.000
Relação habitantes por preso	1147:1	55:1

Com base nos dados acima, lembrando que mesmo o Brasil, com o tamanho de sua população e de sua capacidade econômica, enfrenta grandes problemas na

¹⁵⁰ Os países membros de organizações internacionais como as Nações Unidas, são obrigados a pagar anualmente uma taxa para a manutenção da instituição e a execução de seus projetos. Dessa forma, as despesas referentes às penas de criminosos como os *genocidaires* de Ruanda serão pagas com o dinheiro dos países membros da ONU.

¹⁵¹ Q&A: Rwanda's long search for justice. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3246291.stm>.

Acesso em 12/05/2004

¹⁵² Fontes segundo natureza dos dados:

Habitantes brasileiros - IBGE, Censo Demográfico 2000.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>.

Acesso em: 11/05/2004

Habitantes de Ruanda - FAO. Rwanda:Population.

Disponível em: <http://www.fao.org/giews/english/basedocs/rwa/rwapop1e.stm>.

Acesso em: 11/05/2004

População carcerária brasileira - BARROS, Ângelo Roncalli de Ramos. A execução penal e o sistema penitenciário – política penitenciária nacional. Ministério da Justiça.

Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen/PDF/PalestraDrAngelo.pdf>.

Acesso em: 11/05/2004

População carcerária ruandesa - WALKER, Robert. Rwanda still searching for justice. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3557753.stm>.

Acesso em: 11/05/2004

administração de seu sistema penitenciário, imagina-se como deve ser a situação das prisões de Ruanda onde estão amontoados 130 mil acusados de envolvimento no genocídio. Para construir uma imagem do que significa tamanha quantidade de presos em um sistema carcerário tão precário, pode ser citada como exemplo uma prisão localizada em Gitarama: “*Em Gitarama, mais de 6 mil homens estavam amontoados num espaço construído para alojar 750. Isso fazia com que houvesse quatro prisioneiros por metro quadrado (sic!)*”.¹⁵³

Obviamente, apesar da situação já caótica, o número de assassinos é muito maior do que 130 mil. Quando se reuniam para matar, os hutus se aglomeravam em enormes massas armadas de facões e *mazus* que invadiam igrejas, escolas e hospitais para assassinar o máximo de tutsis possível, mas muitas vezes o número de assassinos superava o número de vítimas. Nas palavras de um dos assassinos que participou do massacre na igreja de Nyarubuye e que hoje aguarda julgamento em Ruanda. Gitera Rwamuhuzi: “*Algumas pessoas nem mesmo encontraram alguém para matar porque haviam mais assassinos que vítimas.*”¹⁵⁴ Segundo o atual presidente de Ruanda e antigo comandante da FPR, Paul Kagame, estima-se que aproximadamente um milhão de pessoas participaram direta ou indiretamente do genocídio.¹⁵⁵

Tal como o Brasil, Ruanda também enfrenta problemas para administrar e levar a julgamento tamanha quantidade de acusados. A grande maioria de responsáveis pelo genocídio não está sendo levada ao TPIR porque, afinal, o verdadeiro objetivo para a criação deste tribunal pareceu ser o de mostrar para o mundo que as Nações Unidas estavam presentes no processo pós-genocídio, o que não significou, no entanto, grandes preocupações quanto aos resultados. Da mesma maneira, como o julgamento da massa não traria a mesma repercussão internacional para a ONU que o julgamento dos grandes mentores do genocídio, coube ao governo de Ruanda julgar os criminosos menores.

Manter 130 mil pessoas presas representa um enorme gasto para os cofres de Ruanda, que também não pode generalizar a natureza dos crimes dos acusados e precisa realizar os julgamentos estudando-os caso a caso. Frente a esse dilema, o sistema adotado em Ruanda foi o de confissões. Nesse sistema, o indivíduo acusado de participação no genocídio é levado à presença de cortes especiais criadas na região onde este tenha

¹⁵³ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 288

¹⁵⁴ “Taken over by Satan”. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3582011.stm>.

Acesso em: 11/05/04

¹⁵⁵ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 286.

cometido seus crimes. Essas cortes, que receberam o nome de Gacaca, são compostas pelas pessoas mais velhas da região, por familiares das pessoas assassinadas e por testemunhas do massacre. Se o acusado, perante os anciãos da região e os familiares das pessoas que ele tenha matado ou mutilado, confessar seus crimes e se desculpar publicamente, ele será imediatamente posto em liberdade.¹⁵⁶

Imagine-se qual pode ser a reação de um sobrevivente do genocídio diante de tal realidade. Inúmeros são os casos de tutsis que tiveram toda a sua família assassinada diante de seus olhos pelo vizinho da casa ao lado e que conseguiram sobreviver às mutilações por um acaso do destino, mas que até hoje carregam as marcas da violência. O que deve sentir uma pessoa que passou por tudo isso e que vê que seu antigo vizinho hutu está de volta para morar na casa ao lado e irá tranquilamente retomar sua vida como se nada tivesse ocorrido ou como se sua pena já tivesse sido cumprida? Confessar algum crime em frente a pessoas de mais idade e sobreviventes significa a liberdade em Ruanda, por mais hediondo que seja o crime, como por exemplo o crime de Evariste Maherane, que confessou ter espancado com um *mazu* um garoto de 10 anos e tê-lo enterrado vivo em frente à igreja de Nyarubuye. Evariste foi libertado e hoje é um homem livre. As filas para Gacaca não param de crescer.

Apesar de amargo, esse foi o único remédio encontrado pelas autoridades de Ruanda para contornar o problema da superlotação de suas cadeias. Executar com a pena de morte 130 mil pessoas acusadas de genocídio também não traria justiça a Ruanda e consistiria, em última instância, na caracterização de um outro genocídio.

Para melhor se compreender esse impasse enfrentado pelo governo de Ruanda, consulta pode ser feita a uma das mais antigas manifestações do direito, que tinha como característica básica a dureza de suas penas. No código de Hamurabi, cujas passagens mais famosas talvez sejam seus artigos nº 196 e 200, as máximas do “Olho por olho”, “Dente por dente”¹⁵⁷, talvez não estivesse prevista a possibilidade macabra de Ruanda. Segundo Hamurabi e seu código, para que fosse obtida a “justiça” em Ruanda, outro milhão de pessoas deveriam ser assassinadas, o que não faria do Estado um ente menos cruel, implacável e irracional que a massa de hutus assassinos que hoje se encontram presos por tais crimes. Essa não seria um opção viável para o julgamento dos

¹⁵⁶ Q&A: Rwanda's long search for justice, BBC News.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3246291.stm>.
Acesso em 12/05/04.

¹⁵⁷ Código de Hamurabi. Rede de Direitos Humanos.
Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>.
Acesso em 12/05/04.

responsáveis pelos assassinatos, logo, o sistema de confissões foi a única alternativa para que se buscasse justiça em Ruanda. O mal de um genocídio não acaba quando se interrompem os assassinatos, ele se desdobra em muitas linhas de propagação e é por isso que deve ser fortemente combatido pelas nações de todo o mundo.

3.4 – As seqüelas do genocídio

Fenômeno do comportamento humano, extremamente multifacetado e complexo, a guerra, já vem sendo estudada e analisada há muitos séculos sem, todavia, ter sido possível finalizar essa pesquisa. A guerra é uma manifestação humana tão complexa que se torna impossível a análise de todas as infinitas variáveis que podem se aplicar sobre o seu desenrolar.¹⁵⁸

Em nível similar de complexidade e ao mesmo tempo sem a linha histórica de estudos da guerra, o genocídio, também está presente nas relações humanas e a tentativa de melhor compreendê-lo, principalmente após a criação de organizações e tratados internacionais para que fosse evitado, pode auxiliar na tentativa de se prevenir sua repetição no futuro.

Tendo os dois primeiros capítulos abordado as questões referentes ao desenrolar do genocídio em Ruanda e seus antecedentes, cabe agora uma análise sobre as seqüelas deixadas por essa tragédia humana.

Falar sobre as seqüelas de um genocídio e observar todos os seus aspectos, esgotando seus possíveis desdobramentos e determinando os fatores que podem iniciá-lo, seu alcance, sua violência, a amplitude de suas conseqüências e as formas para que seja evitado no futuro é tarefa quase impossível. Porém, mesmo que não sejam totalmente analisadas as nuances de mais essa manifestação de irracionalidade do homem, algumas notas pontuais a respeito do genocídio podem ser elaboradas.

3.4.1 – O mal não se restringe a números

O genocídio de Ruanda não significou apenas um milhão de pessoas mortas no transcorrer de três sangrentos meses, assim como, o produto do holocausto de Hitler não

¹⁵⁸ CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. Passim.

foi apenas a morte de seis milhões de judeus em aproximadamente quatro anos. A realidade parece ir de encontro aos pensamentos de Stalin, responsável pela morte de mais de dez milhões de pessoas, que definiu: “*Uma única morte é uma tragédia, um milhão de mortes é uma estatística*”¹⁵⁹.

O genocídio não tira, pura e simplesmente, a vida de muitas pessoas em virtude de questões étnicas, religiosas, políticas ou quaisquer outras razões pelas quais um grupo de pessoas deseje exterminar outro. Esta é apenas uma das faces de seu terror. O genocídio destrói também a vida das pessoas que felizmente, ou não, conseguiram se salvar da onda de massacres. Em Ruanda, existem milhares de pessoas sobreviventes do genocídio que se encontram hoje mutiladas. Muitas tiveram ambos os braços decepados, ou ambos os pés, estas últimas sendo condenadas a andar sobre os joelhos para o resto da vida.¹⁶⁰

Além disso, e talvez ainda mais cruel do que a mutilação dos sobreviventes, existe o vazio deixado pelo genocídio. Após os assassinatos, esses sobreviventes se encontram completamente sozinhos no mundo uma vez que todos os seus familiares provavelmente foram assassinados. Famílias inteiras, amigos, colegas de trabalho, conhecidos, não há mais ninguém do convívio diário de antes dos massacres. Não há discriminação na escolha das vítimas de um genocídio, todos devem morrer e, para aquelas pessoas que conseguiram escapar, a falta de uma referência no mundo, a falta do outro, do interlocutor necessário para que o indivíduo possa se identificar enquanto membro de uma sociedade, deixa o sobrevivente completamente desligado do mundo. O testemunho de Etienne Niyonzima talvez possa exemplificar essa realidade fria e latente do genocídio: “*Minha mulher, (...) ainda está viva, mas (..) não tem mais os braços. A milícia abandonou-a achando que ia morrer sozinha. Todas as 65 pessoas da família dela em Gitarama foram assassinadas.*”¹⁶¹

Hannah Arendt, citada no segundo capítulo, analisa a questão da solidão do indivíduo e como esta foi exacerbada pelo totalitarismo na Alemanha.¹⁶² O movimento de massificação empregado pelos alemães foi a maneira pela qual os indivíduos foram isolados do convívio social e puderam identificar no partido nazista um ideal a ser

¹⁵⁹ Apud. GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 235.

¹⁶⁰ O fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado, esteve em Ruanda pouco tempo depois do genocídio em 1994 e lá retratou cenas da vida cotidiana dos ruandeses no pós-guerra civil. Entre as fotos dessa viagem, publicadas em seu livro “Exodus”, encontra-se a foto de duas ruandesas que foram mutiladas dessa forma, caminhando sobre seus joelhos em alguma pequena cidade perdida no interior do país.

¹⁶¹ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 27. (grifo meu)

¹⁶² ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. Passim.

seguido e que poderia lhes proporcionar uma razão de existir. Após a guerra, os judeus sobreviventes do holocausto também se viram completamente isolados do resto do mundo porque muitos, senão todos, os seus conhecidos haviam sido mortos. Inúmeros são os casos de ruandeses que enfrentaram e ainda enfrentam essa mesma realidade vivida pelos judeus no pós-guerra. A mancha do totalitarismo, analisado por Arendt, não desaparece com o fim do regime totalitário, os crimes cometidos por esse governo permanecem ecoando nas vidas daqueles que conseguiram sobreviver ao seu horror.

Em Ruanda, comenta-se que os sobreviventes do genocídio foram “*‘condenados a viver’, uma vida morta onde a memória os tortura, a pobreza os exauri e eles não vêm justiça alguma por vir.*”¹⁶³ Muitas vezes, essa solidão chega a ser tão insuportável que, incapaz de tirar a vida do assassino de seus parentes que retorna para casa após confessar seus crimes nas cortes de Gacaca, o sobrevivente é tomado por um único sentimento, o desespero total, no sentido mais puro da palavra. A solidão do pós-conflito em Ruanda pode ser considerada como igual àquela descrita por Hannah Arendt e que se dá durante a existência de um processo de massificação de um governo totalitário. Após o genocídio, o indivíduo está de fato sozinho no mundo e sua vida não possui mais sentido uma vez que lhe foram tomados seus conhecidos e familiares. O desespero da solidão e das lembranças do horror é tão intenso que o único alívio para seu sofrimento é encontrado em sua própria morte. Após o genocídio a depressão era uma verdadeira epidemia em Ruanda. Paul Kagame testemunhou um exemplo dessa realidade e conta que:

*“Um soldado (...) tinha recentemente escrito uma carta, ‘me contando que era o único que restava da sua família, e que sabia que algumas pessoas mataram sua família durante o genocídio, e que havia decidido não responsabilizar ninguém mais por aquilo. Em vez disso, ele decidiu acabar com a própria vida, porque não via mais sentido em viver’. A carta foi encontrada depois do suicídio do soldado. Kagame interpretava que ‘ele tinha alguém em mente para matar, mas em vez de fazer isso decidiu matar a si próprio’.”*¹⁶⁴

¹⁶³ BRADLEY, Paul. Hope in Rwanda: The magnificent Esther. BBC News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3521844.stm>. Acesso em 12/05/04

¹⁶⁴ GOUREVITCH, Philip. Op. cit. p. 367-368

Além disso, não só de solidão padecem os sobreviventes do genocídio. Muitas atrocidades foram cometidas durante os massacres em 1994. Apesar de toda a organização do Poder Hutu na matança de tutsis, grosso modo, Ruanda vivia naqueles meses de 1994 em um estado de natureza hobbesiano e, assim sendo, tudo era permitido àqueles que dispusessem dos meios necessários para impor suas vontades. Dessa forma, muitas pessoas foram estupradas, torturadas, mutiladas e talvez a marca de tanta violência as acompanhe até sua morte.

3.4.2 – O mal psicológico

Outro ponto que deveria motivar as Nações Unidas e todos os países da comunidade internacional a combater o genocídio com o mesmo ímpeto que, durante os massacres de 1994, foi demonstrado para se evitar este termo, é o fator psicológico ao qual as pessoas são expostas ao testemunhar tamanha tragédia. Segundo o UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, de cada seis crianças que estavam em Ruanda durante o genocídio, cinco haviam presenciado algum assassinato¹⁶⁵, muitas vezes o de seus próprios pais. Exemplo dessa realidade pode ser encontrado na matéria de Paul Bradley¹⁶⁶, onde são mostrados dois tipos de crianças vítimas psicológicas do genocídio: o primeiro, um garoto tutsi que testemunhou o assassinato de seus pais e, devido a seu trauma, permaneceu um ano sem falar. A imagem de seus pais assassinados acompanha-o diariamente, assim como o medo. Ele sabe que o que aconteceu em 1994 pode voltar a acontecer e que ele estará na lista dos que provavelmente não sobreviverão. Ele não pode esquecer o genocídio, sua história de vida passa por ele com a morte de seus pais e estará para sempre com ele em seus pensamentos, condenando-o a um constante estado de preocupação quanto a seu futuro; o segundo, um garoto hutu, testemunhou a ativa participação de seus pais nos assassinatos que transcorreram em Ruanda. Ele não é capaz de conceber tamanha brutalidade e também está traumatizado em virtude das ações de seus pais no passado¹⁶⁷. Do ponto de vista das crianças, parecem ser duras as realidades

¹⁶⁵ GOUREVITCH. Op. cit. p. 263

¹⁶⁶ BRADLEY, Paul. Hope in Rwanda: The magnificent Esther. BBC News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3521844.stm>. Acesso em 12/05/04.

¹⁶⁷ Segundo o UNICEF, milhares de crianças em Ruanda foram vítimas de brutalidade e estupro e, outras milhares de crianças – algumas até menores de sete anos – foram forçadas a participar de operações militares durante o genocídio e obrigadas a cometer atos violentos contra suas vontades.

dos dois lados do genocídio, tanto o lado dos familiares daqueles que foram assassinados, quanto o lado dos filhos daqueles que executaram os assassinatos.

Nesse momento se apresenta outra face do genocídio. Como essas crianças crescerão? Que tipo de adultos elas se tornarão tendo sido expostas a tamanho trauma? Casos existem de assassinos psicopatas da sociedade moderna que, por muito menos do que presenciaram estas crianças, se transformaram em *serial killers* e causaram imenso sofrimento¹⁶⁸. Dessa forma, não é impossível que essas crianças venham a desenvolver graves desvios psicológicos e, no futuro, venham a causar sofrimento tão grande quanto ao qual foram expostas. Não se pode descartar a forte possibilidade de que uma dessas crianças, ou um dos muitos jovens que presenciaram a violência do genocídio, venha a ser o responsável por iniciar um outro genocídio no futuro. Seja para vingar a morte de seus pais tutsis ou, por outro lado, para terminar o “trabalho” que seus pais hutus não foram capazes de terminar e que agora alcançará sua Solução Final.

O mal do genocídio não morre com a geração das vítimas de sua violência, ele transpassa as fronteiras de Ruanda e do tempo. A responsabilidade pelas mortes em 1994 é compartilhada pelos Estados Unidos, pela França, pela Bélgica, pelas Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança e também por toda a comunidade internacional. Todos esses se mantiveram inertes durante a tragédia e não é improvável a possibilidade de que essa tragédia venha a, no futuro, cobrar as responsabilidades desses atores internacionais. Foram milhares de mortes que motivaram a criação das Nações Unidas e a defesa dos Direitos Humanos, não importando a nacionalidade, a cor da pele ou a conta bancária das pessoas cujas vidas estão sendo ameaçadas. O mal do genocídio deve ser evitado agora e sempre, assim como defende a “*Convenção para a prevenção e a punição do crime de genocídio*” de 1948.

O genocídio, mesmo quando se dá em lugares onde as grandes potências do mundo não vêm interesse algum, como foi o caso de Ruanda, afeta a todos os demais países. Esse mal deve ser evitado de todas as formas e por todos os países do mundo, para

UNICEF. Rwanda: Ten years after the genocide.

Disponível em: http://www.unicef.org/infobycountry/rwanda_genocide.html.

Acesso em: 23/05/04.

¹⁶⁸ Ted Bundy, por exemplo, um famoso *serial killer* dos Estados Unidos, confessou ter assassinado 28 garotas, mas estimativas apontam que o número de suas vítimas gira em torno de 33 a 100 garotas. Bundy afirmava que a pornografia o havia forçado a cometer seus crimes. SCOTT, Shirley Lynn. What makes serial killers tick?

Disponível em: http://www.crimelibrary.com/serial_killers/notorious/tick/victims_1.html?sect=19

Acesso em: 23/05/04.

que a vida seja de fato um direito natural do homem na atualidade e no futuro – assim como defendido na Carta das Nações Unidas.

3.5 – A comunidade internacional e sua parcela de culpa: algo mudou nos últimos dez anos?

As grandes potências mundiais e a ONU, como se tentou provar, sabiam do que estava se passando em Ruanda e nada fizeram para que o massacre fosse impedido. Linda Melvern mostra inclusive que três meses antes do genocídio a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos – CIA, elaborou um relatório afirmando que meio milhão de pessoas morreriam em Ruanda.¹⁶⁹

Confirmação da parcela de responsabilidade desses atores internacionais pode ser encontrada nas declarações de seus líderes. Os responsáveis pela inação da comunidade internacional agora assumiam sua culpa diante das atrocidades que se perpetraram incólumes em Ruanda. Exemplo dessa realidade pode ser encontrado nas palavras do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que ainda durante seu mandato na Casa Branca fez uma visita a Ruanda e afirmou: “*A comunidade internacional precisa sustentar sua parte de responsabilidade por esta tragédia.(...) Em todo o mundo haviam pessoas como eu sentadas em escritórios que não consideraram o vigor e a velocidade com a qual vocês estavam sendo tragados por esse inimaginável terror.(...) Genocídio pode ocorrer em qualquer lugar. Não é um fenômeno africano. Nós precisamos ter uma vigilância global. E nunca mais devemos ser tímidos diante de sua evidência*”.¹⁷⁰

Da mesma maneira, o atual Secretário-Geral das Nações Unidas, que à época do genocídio chefiava o Departamento de Operações de Paz da ONU, Kofi Annan, por ocasião da cerimônia que marcou os dez anos do genocídio, também admitiu sua responsabilidade e das Nações Unidas na tragédia: “*A comunidade internacional é culpada por pecados de omissão.*”; “*Eu acreditava à época estar fazendo o meu melhor*

¹⁶⁹ MELVERN, Linda. Op. cit. p. 337

¹⁷⁰ Clinton meets Rwanda genocide survivors. CNN – World News.
Disponível em: <http://www.cnn.com/WORLD/9803/25/rwanda.clinton/>.
Acesso em: 15/05/04.

*(...) mas eu me dei conta após o genocídio que havia mais que eu poderia e deveria ter feito para soar o alarme e organizar ajuda."*¹⁷¹

De nada adiantam as manifestações de Kofi Annan e Bill Clinton, de nada adiantam os infindáveis minutos de silêncio ao redor do mundo em compaixão pelas vítimas do genocídio, se a lição não tiver de fato sido aprendida. Infelizmente pouco parece ter mudado nas relações internacionais no que diz respeito à influência das potências mundiais nos centros de tomada de decisão.

A estrutura do Conselho de Segurança e sua subserviência ou, em última instância, sua irrelevância mediante os interesses das grandes potências parece seguir da mesma forma que há dez anos. Em 1994 o Conselho não ignorou o lobby norte-americano para que nada fosse feito com relação a Ruanda, autorizou uma missão de paz liderada pela França que apenas maqueava suas reais intenções e perdeu tempo discutindo quem pagaria pela pintura dos carros de combate a serem enviados ao país para apoiar uma real missão de paz. Da mesma maneira, a idéia de que são indiferentes para as potências mundiais as decisões do Conselho de Segurança pode ser comprovada na ação não autorizada das forças norte-americanas no Iraque em 2003.¹⁷²

Difícilmente o Conselho se mostra contrário a demandas das grandes potências internacionais, mas quando isso ocorre, como no caso do Iraque acima citado, essas potências simplesmente ignoram a opinião do Conselho e dão continuidade a seus projetos. Outro exemplo da indiferença da opinião da comunidade internacional frente aos objetivos das potências são os testes atômicos perpetrados pela França em 1996 no atol de Mururoa.

Todos esses fatos levam a duas linhas de interpretação sobre a existência da Organização das Nações Unidas (que na verdade deveria ser a garantia da paz mundial e a proteção aos direitos humanos):

¹⁷¹ UN chief's Rwanda genocide regret. BBC News.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3573229.stm>.

Acesso em 15/05/04.

¹⁷² No ano de 2002, os Estados Unidos levantaram no Conselho de Segurança a suspeita de que o Iraque mantinha estoques de armas de destruição em massa. Os Estados Unidos então sugeriram uma intervenção no país para que seu ditador, Saddam Husein, fosse impedido de utilizar tais estoques contra outros países ou contra a própria população iraquiana. Para averiguar a denúncia norte-americana, o Conselho decidiu enviar ao país um grupo de inspetores de armas da ONU. Estes inspetores permaneceram no Iraque por três meses visitando diversos locais onde tais armas poderiam estar escondidas ou poderiam ser produzidas, mas nada encontraram. O relatório do chefe do grupo de inspetores, Hans Blix, constatava que o Iraque não possuía nenhum estoque de armas de destruição em massa em seu território. A intervenção da ONU sugerida pelos Estados Unidos então estava descartada. Frente a esse impasse, ignorando a decisão do Conselho de Segurança de não enviar tropas ao país de Saddam Hussein, em 2003, o governo dos Estados Unidos decidiu de forma unilateral enviar suas tropas para o Golfo Pérsico e invadiu o Iraque, rapidamente dominando o país, depondo seu ditador e controlando a produção de petróleo iraquiano.

- ou, por um lado, os tratados internacionais e todo o sistema ONU existem para que o mundo se iluda e acredite estar vivendo um momento de cooperação internacional, multilateralidade e paz, quando na realidade nenhuma dessas regras se aplica em situações em que os interesses das grandes potências mundiais estão em jogo.

- Ou, por outro lado, todos os tratados internacionais existem para que os países do mundo possam encontrar uma forma de convivência pacífica mas o sistema ONU ainda não dispõe dos meios necessários para que suas regras sejam cumpridas por todos os seus países-membros. Logo, as regras internacionais se aplicam somente aos países mais pobres ou que detêm menor poderio bélico.

De qualquer forma, ambas alternativas mostram que há algo de errado com a ONU e seu Conselho de Segurança. O que leva a se concordar com o General Romeo A. Dallaire, comandante da força de paz deixada em Ruanda durante o genocídio, que afirmou que acredita nada ter mudado desde a realização do genocídio em Ruanda: *"Eu ainda acredito que se uma organização decidisse eliminar os 320 gorilas da montanha [que habitam as montanhas de Ruanda] ainda haveria maior reação por parte da comunidade internacional para restringir ou para impedir isso do que haveria ainda hoje para proteger milhares de seres humanos sendo massacrados no mesmo país."*¹⁷³

O Conselho precisa ser reestruturado para que suas decisões não sejam enviesadas pelos interesses das grandes potências. Os tratados internacionais precisam ser respeitados por todos os seus países signatários e, mesmo quando contrárias aos interesses de seus membros permanentes, as resoluções do Conselho de Segurança devem agir para que a paz e a proteção dos Direitos Humanos sejam, como foi idealizado ainda nos anos 40, seus objetivos principais.

¹⁷³ UN chief's Rwanda genocide regret. BBC News..
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3573229.stm>.
Acesso em 15/05/04

A influência e a participação internacional no genocídio em Ruanda não descartam de nenhuma forma a responsabilidade dos reais executores do massacre. Antes de tudo os hutus foram os responsáveis pela morte de um milhão de pessoas e, por isso, a justiça deve ser buscada e os assassinos levados a julgamento por seus crimes. Apesar da colonização belga e do apoio logístico proporcionado pelo governo da França, a decisão de exterminar os tutsis em Ruanda partiu do alto escalão do Poder Hutu e as medidas necessárias com relação a este objetivo foram tomadas pelos seus integrantes. Em última instância, a participação internacional se restringiu a observar inerte aos massacres, o que de forma alguma isenta os atores internacionais da responsabilidade por essas mortes. Apesar disso, a omissão pode ser tão grave quanto o assassinato, mas a parte ativa do massacre coube aos hutus de Ruanda.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo principal analisar a influência das grandes potências mundiais nas decisões das Nações Unidas, mais especificamente do Conselho de Segurança. A partir do estudo do genocídio em Ruanda, tentou ser mostrada a forma como os tratados internacionais parecem se aplicar somente a nações com menor poderio bélico ou econômico.

Nesse sentido, constatou-se também que, mesmo quando tratados internacionais e decisões do Conselho de Segurança se mostram contrárias aos interesses daquelas potências, isso não impede que esses Estados utilizem-se de todas as formas necessárias para que seus objetivos sejam alcançados. Exemplo claro dessa afirmação parecem ser os esforços dos Estados Unidos dentro do Conselho de Segurança visando retardar ao máximo o envio de tropas internacionais a Ruanda. Além disso, a tentativa norte-americana de impedir que a Convenção sobre o crime de genocídio de 1948 fosse invocada, utilizando a expressão “atos de genocídio” ao invés de somente “genocídio” para descrever os eventos que aconteciam em Ruanda em 1994, pode também comprovar essa constatação.

Através de diversas teorias, estudou-se a forma como foi possível que toda a população de um país viesse a aderir a um sistema de assassinatos em massa, visando o extermínio de uma etnia. Ruanda foi objeto de um governo totalitário, assemelhando-se muito ao que foi descrito por Hannah Arendt, e o processo de massificação da população do país foi cuidadosamente empregado pelo governo do Poder Hutu.

Além disso, foi mostrado como no Conselho de Segurança as informações são manipuladas e filtradas de forma a não desagradar seus membros permanentes, o que muitas vezes pode significar a omissão do Conselho em situações de grande urgência. Realidade agravada quando as potências mundiais utilizam sua influência para retardar a adoção de medidas por parte do Conselho em virtude da defesa de seus próprios interesses.

As missões de paz da ONU foram também analisadas e, no caso de Ruanda, mostraram-se, a princípio, ineficientes frente a uma situação de crise e, em um segundo momento, uma forma de disfarçar e legitimar as reais intenções das potências mundiais, tal como aconteceu quando a Opération Turquoise foi enviada ao país.

Por fim, foi questionada a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda e seus reais objetivos, se seriam de fato o julgamento dos responsáveis pelos assassinatos ou uma tentativa de mostrar à comunidade internacional que a ONU estava auxiliando na solução do genocídio. Além disso, foi mostrada a forma como ainda existe no cenário internacional uma diferenciação no tratamento de Estados grandes e pequenos, no que diz respeito ao cumprimento dos tratados internacionais, contrariando até mesmo a Carta de fundação das Nações Unidas.

Analisando esses fatores que circundam a execução do genocídio em Ruanda, parece impossível ignorar o sentimento de que muitos erros foram cometidos por parte da comunidade internacional e do Conselho de Segurança. Talvez o maior de todos esses erros tenha sido a omissão daquele organismo internacional. Sem sobra de dúvida, os verdadeiros responsáveis pelo genocídio foram os hutus, comandados pelos membros do Poder Hutu, mas o Conselho de Segurança não pode se abster de parte dessa responsabilidade em virtude de não ter tentado impedir o prosseguimento dos assassinatos, tal como foi previsto pela Convenção sobre o crime de genocídio de 1948.

À luz desses fatos, a condição africana de periferia global parece ser mesmo verdadeira. Os acontecimentos em Ruanda levam a crer que os problemas internos do continente africano parecem não dizer respeito a nenhum dos demais países do mundo e, mesmo quando se tratam de vidas humanas, a reação por parte dos foros multilaterais não é tão rápida quanto deveria. Talvez a primeira conclusão proporcionada pelo estudo do genocídio seja a de que a África precisa da ajuda da comunidade internacional e que esta não pode simplesmente ignorar esses pedidos de ajuda, principalmente, quando deixar de agir possa significar a vida ou a morte de milhares de pessoas. No âmbito de foros de tomada de decisões como as Nações Unidas, os interesses das potências mundiais não podem ser mais importantes do que a proteção dos direitos humanos e a tentativa de se alcançar a paz mundial.

Após o holocausto dos judeus foram criadas organizações para que nunca mais o mundo testemunhasse a tentativa de se exterminar um grupo de seres humanos. Mas aconteceu novamente e teve lugar na África. Durante essa tentativa de extermínio, a comunidade internacional se manteve inerte e deixou milhares de pessoas à própria sorte. Passados dez anos desde a tragédia, essas organizações deveriam ter melhorado seus sistemas de representação em órgãos tão fundamentais como o Conselho de Segurança, para que sua atuação fosse mais eficaz em momentos de crise futuros. Contudo, muitas coisas parecem seguir da mesma maneira que há dez anos. Todavia persiste a forte

influência das potências mundiais no Conselho de Segurança e, quando esta influência não se mostra eficaz, poucas são as opções à disposição da comunidade internacional para tentar impedir que as regras internacionais de convivência pacífica e não ingerência sejam respeitadas. Em virtude disso, cada vez mais as Nações Unidas perdem sua credibilidade frente à opinião pública internacional e fazem levantar questionamentos sobre seu futuro e sua real função no presente.

Entre os pontos que não puderam ser tão minuciosamente analisados nesta monografia, e que poderiam ser abordados em futuras pesquisas, de forma a auxiliar e complementar as interpretações aqui apresentadas, encontra-se a questão da representação da comunidade internacional dentro do Conselho de Segurança. De que forma o aumento no número de países permanentes poderia melhorar a atuação do Conselho e como isso afetaria as relações de influência dos atuais membros permanentes.

Outro ponto interessante, cujo estudo poderia somar em muito no que diz respeito às relações internacionais e à convivência pacífica entre Estados, é a obrigatoriedade do cumprimento dos tratados internacionais. Quais as estratégias que podem ser adotadas pela ONU para que as regras contidas nos inúmeros tratados internacionais já assinados até hoje sejam, de fato, respeitadas por todos os seus signatários? A resposta a esta questão poderia marcar o início de um novo momento nas relações internacionais e talvez o abandono do sistema de influências comandado pelas atuais potências mundiais.

O genocídio ocorrido em Ruanda em 1994 servirá para sempre como exemplo para as Nações Unidas de que não se deve ignorar apelos em virtude dos interesses de alguns países. Os direitos humanos foram uma das maiores vitórias conquistadas pela comunidade internacional nas últimas décadas e não devem ser colocados de lado em virtude dos objetivos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. A influência destes Estados nos centros de tomada de decisão é uma realidade que deve ser combatida de todas as formas possíveis, para que assim, as lições aprendidas durante a Segunda Guerra Mundial não sejam esquecidas e o mundo possa evitar que tragédias como o holocausto e o genocídio em Ruanda voltem a ocorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Regine. How multilateral development assistance triggered the conflict in Rwanda. **Third World Quarterly**, vol. 21, n.º 3, 2000, pp. 441 – 456.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **As origens do totalitarismo**: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BATISTA, Paulo Nogueira. Presidindo o Conselho de Segurança da ONU. **Política Externa**, dezembro, vol. 1 n.º 3, 1992, pp. 86 – 99.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 95ª ed. revista por Frei João José Pedreira de Castro, São Paulo: Ave Maria, 1995.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for Peace**: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping. United Nations, New York, 1992.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DALLMEYER, D. National Perspectives on International Intervention: from the outside looking in. In: DANIEL, Donald C.; HAYES, Bradd C. (Orgs.). **Beyond Traditional Peacekeeping**. New York: Sr. Martin's Press, 1995.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**: Histórias de Ruanda. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Erick J. **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUPERMAN, Alan F. Rwanda in Retrospect. **Foreign Affairs**, Janeiro/Fevereiro, vol. 79, n.º 1, 2000, pp. 94 – 118.

LUKACS, John. **O Hitler da história**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1998. vol. n.º 1, pp. 79 – 110.

MELVERN, Linda. Genocide Behind the Thin Blue Line. **Security Dialogue**, vol. 28(3), 1997, pp.333 – 346.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, agosto de 1994.

_____. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, abril de 1995.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília – DF: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

RESOLUÇÃO n.º 846/93, de 22.06.93. Cria a United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda (UNOMUR). In Organização das Nações Unidas. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, agosto de 1994, pp. 25 – 26.

RESOLUÇÃO n.º 872/93, de 05.10.93. Cria a United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR). In Organização das Nações Unidas. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, agosto de 1994, pp. 26 – 28.

RESOLUÇÃO n.º 918/94, de 17.05.94. Condena a violência em Ruanda; Expande o mandato da UNAMIR para incluir a segurança e a proteção de civis em risco em Ruanda; autoriza a expansão da força da UNAMIR para 5.500 soldados; e impõe um embargo de armas ao país. In Organização das Nações Unidas. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, agosto de 1994, pp. 35 – 38.

RESOLUÇÃO n.º 955/94, de 08.11.94. O Conselho de Segurança decide criar um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo genocídio e outras sérias violações das leis internacionais humanitárias cometidas no território de Rwanda e Estados vizinhos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1994. Para este fim adota o Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda. In Organização das Nações Unidas. **The United Nations and the Situation in Rwanda**, Department of Public Information. Nova Iorque, abril de 1995, pp. 66 – 75.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1998. vol. n.º 1, pp. 51 – 77.

ROSEMAN, Mark. **Os Nazistas e a Solução Final**: A conspiração de Wannsee: do assassinato em massa ao genocídio. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALGADO, Sebastião. **Exodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUHRKE, Astri. Facing Genocide: The Record of the Belgian Battalion in Rwanda. **Security Dialogue**, vol. 29(1), 1998, pp. 37 – 48.

TELES, Vera da Silva. Espaço Público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo social. Revista de sociologia da USP**. São Paulo, vol. 2 (1): p. 23 – 48, 1990.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory**: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond. 3ª ed. MA - Estados Unidos: Allyn & Bacon, 1998.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Trad. Carlos Sérgio Duarte. Col. Clássicos do IPRI, São Paulo: Funag/IPRI, EdunB, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para a prevenção e a punição do crime de genocídio**. Aprovada e proposta para assinaturas e ratificações pela Resolução n.º 260 A (III), de 09 de dezembro de 1948. Entrada em vigor em 12 de janeiro de 1951, de acordo com o artigo XIII.

Disponível em: http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/p_genoci.htm.

Acesso em: 06 mar. 2004

BARROS, Ângelo Roncalli de Ramos. **A execução penal e o sistema penitenciário – política penitenciária nacional**. Ministério da Justiça.

Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen/PDF/PalestraDrAngelo.pdf>

Acesso em: 11 mai. 2004.

BBC HISTORY. **Historic figures**: John Hanning Speke (1827 – 1864).

Disponível em: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/speke_john_hanning.shtml

Acesso em: 18 mai. 2004.

BBC NEWS. **Q&A: Rwanda's long search for justice**, 28 jan. 2004.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3246291.stm>.

Acesso em 12 mai. 2004.

_____. **Taken over by Satan**, 02 abr. 2004.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3582011.stm>.

Acesso em: 19 mai. 2004

_____. **Timeline: 100 days of genocide**, 06 abr. 2004.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3580247.stm>.
Acesso em 18 abr. 2004.

_____. **UN chief's Rwanda genocide regret**, 26 mar. 2004.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3573229.stm>
Acesso em 15 mai. 2004.

BRADLEY, Paul. Hope in Rwanda: The magnificent Esther. **BBC News**, 02 abr. 2004.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3521844.stm>
Acesso em 12 mai. 2004.

BRADSHAW, Steve. When good men do nothing. **BBC News**, 30 mar. 2004.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3577575.stm>.
Acesso em: 14 abr. 2004.

CNN. World News: **Clinton meets Rwanda genocide survivors**, 25 mar. 1998.
Disponível em: <http://www.cnn.com/WORLD/9803/25/rwanda.clinton/>
Acesso em: 15 mai. 2004.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.
Disponível em: <http://www.un.org/aboutun/charter/preamble.htm>.
Acesso em: 10 mar. 2004

DOYLE, Mark. Ex-Rwandan PM reveals genocide planning. **BBC News**, 26 mar. 2004.
Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3572887.stm>.
Acesso em: 23 abr. 2004.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION - FAO. **Rwanda: Population**.
Disponível em: <http://www.fao.org/giews/english/basedocs/rwa/rwapop1e.stm>.
Acesso em: 11 mai. 2004.

FRANCE PRESSE. Tribunal Penal Internacional nasce em atmosfera de crise. **Folha OnLine**, 1º jul. 2002.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u42915.shl>
Acesso em: 22 mai. 2004.

FRONTLINE. **The Triumph of Evil**: Out going code cable, 11 January 1994.
Disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/evil/warning/cable.html>.
Acesso em: 01 fev. 2004

_____. **The Triumph of Evil**: The UN's response, 11 January 1994.
Disponível em: www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/evil/warning/unresponse.html.
Acesso em: 01 fev. 2004.

_____. **The Triumph of Evil**: How the west ignored warnings of the 1994 Rwanda Genocide and turned its back on the victims.
Disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/evil/warning>.
Acesso em: 01 fev. 2004

HUMAN RIGHTS WATCH. **Leave None to Tell the History: Genocide in Rwanda.** Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/index.htm>. Acesso em: 01 fev. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do Universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>. Acesso em: 11/05/2004

KEANE, Fergal. Massacre at Nyarubuye church. **BBC News**. 04 abr. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/3582267.stm>. Acesso em: 15 mai. 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Assuntos Legislativos. Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sal/tpi/estatuto.htm>. Acesso em: 23 mai. 2004.

O'REILLY, Finbarr. Rwanda rushes to open genocide museum for memorial. **Reuters**, 29 mar. 2004. Disponível em: <http://www.alertnet.org/thefacts/reliefresources/108117258485.htm>. Acesso em: 15 abr. 2004.

PAPA INK. **Witness to Genocide: The Children of Rwanda.** Disponível em: <http://www.papaink.org/gallery/home/artist/images/165.html>. Acesso em: 04 mar. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em www.un.org. Acesso em: 15 mai. 2004.

POWER, Samantha. Bystanders to Genocide: Why the United States let the Rwandan Tragedy Happen. **The Atlantic Monthly**. Boston, set. 2001. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/issues/2001/09/power.htm>. Acesso em: 15 abr. 2004.

REDE DE DIREITOS HUMANOS. **Código de Hamurabi.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>. Acesso em: 12 mai. 2004

RÉMY, Jean-Philippe. Hanté par le génocide, le Rwanda organise une difficile commémoration. **Le Monde**. França, 06 abr. 2004. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3212,36-360118,0.html>. Acesso em: 19 mai. 2004.

SCOTT, Shirley Lynn. **What makes serial killers tick?** Crime Library. Disponível em: http://www.crimelibrary.com/serial_killers/notorious/tick/victims_1.html?sect=19. Acesso em: 21 mai. 2004.

UNITED NATION'S CHILDRENS FUND - UNICEF. **Rwanda:** Ten years after the genocide. Disponível em: http://www.unicef.org/infobycountry/rwanda_genocide.html. Acesso em: 19 mai. 2004

USA FOR THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **The American Servicemembers Protection Act.**

Disponível em: http://www.usaforicc.org/facts_ASPA.html.

Acesso em: 26 mai. 04

WALKER, Robert. Rwanda still searching for justice. **BBC News**, 30 mar. 2004.

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/3557753.stm>.

Acesso em: 11/05/2004

ANEXO - A

TELEGRAMAS UNAMIR

outgoing code cable
11 January 1994

TO: BARIL/DPKO/UNATIONS

FROM:

NEW YORK

DALLAIRE/UNAMIR/KIGALI

FAX NO: MOST IMMEDIATE-CODE CABLE-

212-xxx-xxxx

FAX NO: 011-xxx-xxxxx

INMARSAT:

SUBJECT: REQUEST FOR PROTECTION OF
INFORMANT

ATTN: MGEN BARIL

ROOM NO: 2052

TOTAL NUMBER OF TRANSMITTED PAGES

INCLUDING THIS ONE: 2

.....
1. Force commander put in contact with informant by very very important government politician. Informant is a top level trainer in the cadre of interhamwe-armed militia of MRND.

2. He informed us he was in charge of last Saturdays demonstrations which aims were to target deputies of opposition parties coming to ceremonies and Belgian soldiers. They hoped to provoke the RPF BN to engage (being fired upon) the demonstrators and provoke a civil war. Deputies were to be assassinated upon entry or exit from Parliament. Belgian troops were to be provoked and if Belgians soldiers restored to force a number of them were to be killed and thus guarantee Belgian withdrawal from Rwanda.

3. Informant confirmed 48 RGF PARA CDO and a few members of the gendarmerie participated in demonstrations in plain clothes. Also at least one Minister of the MRND and the sous-prefect of Kigali were in the demonstration. RGF and Interhamwe provided radio communications.

4. Informant is a former security member of the president. He also stated he is paid RF150,000 per month by the MRND party to train Interhamwe. Direct link is to chief of staff RGF and president of the MRND for financial and material support.

5. Interhamwe has trained 1700 men in RGF military camps outside the capital. The 1700 are scattered in groups of 40 throughout Kigali. Since UNAMIR deployed he has trained 300 personnel in three week training sessions at RGF camps. Training focus was discipline, weapons, explosives, close combat and tactics.

6. Principal aim of Interhamwe in the past was to protect Kigali from RPF. Since UNAMIR mandate he has been ordered to register all Tutsi in Kigali. He suspects it is for their extermination. Example he gave was that in 20 minutes his personnel could kill up to 1000 Tutsis.

7. Informant states he disagrees with anti-Tutsi extermination. He supports opposition to RPF but cannot support killing of innocent persons. He also stated that he believes the president does not have full control over all elements of his old party/faction.

8. Informant is prepared to provide location of major weapons cache with at least 135 weapons. He already has distributed 110 weapons including 35 with ammunition and can give us details of their location. Type of weapons are G3 and AK47 provided by RGF. He was ready to go to the arms cache tonight-if we gave him the following guarantee. He requests that he and his family (his wife and four children) be placed under our protection.

9. It is our intention to take action within the next 36 hours with a possible H HR of Wednesday at dawn (local). Informant states that hostilities may commence again if political deadlock ends. Violence could take place day of the ceremonies or the day after. Therefore Wednesday will give greatest chance of success and also be most timely to provide significant input to on-going political negotiations.

10. It is recommended that informant be granted protection and evacuated out of Rwanda. This HQ does not have previous UN experience in such matters and urgently requests guidance. No contact has as yet been made to any embassy in order to inquire if they are prepared to protect him for a period of time by granting diplomatic immunity in their embassy in Kigali before moving him and his family out of the country.

11. Force commander will be meeting with the very very important political person tomorrow morning in order to ensure that this individual is conscious of all parameters of his involvement. Force commander does have certain reservations

on the suddenness of the change of heart of the informant to come clean with this information. Recce of armed cache and detailed planning of raid to go on late tomorrow. Possibility of a trap not fully excluded, as this may be a set-up against this very very important political person. Force commander to inform SRSG first thing in morning to ensure his support.

13. Peux Ce Que Veux. Allons-y.

the un's response
11 January 1994

TO: BOOH-BOOH/DALLAIRE, UNAMIR ONLY
NO DISTRIBUTION
FROM: ANNAN, UNATIONS, NEW YORK
NUMBER: UNAMIR: 100
SUBJECT: Contacts with Informant

.....
1. We have carefully reviewed the situation in the light of your MIR-79. We cannot agree to the operation contemplated in paragraph 7 of your cable, as it clearly goes beyond the mandate entrusted to UNAMIR under resolution 872 (1993).

2. However, on the assumption that you are convinced that the information provided by the informant is absolutely reliable, we request you to undertake the initiatives described in the following paragraphs.

3. SRSG and FC should request urgent meeting with the President. At that meeting *you should inform the President that you have received apparently reliable information concerning the activities of the Interhamwe militia which represents a clear threat to the peace process.* You should inform him that these activities include the training and deployment of subversive groups in Kigali as well as the storage and distribution of weapons to these groups.

4. You should inform him that these activities constitute a clear violation of the provisions of the Arusha peace agreement and of the Kigali weapons-secure area. You should assume that he is not aware of these activities, but insist that

he must ensure that these subversive activities are immediately discontinued and inform you within 48 hours of the measures taken in this regard, including the recovery of the arms which have been distributed.

5. You should advise the President that, if any violence occurs in Kigali, you would have to immediately bring to the attention of the Security Council the information you have received on the activities of the militia, undertake investigations to determine who is responsible and make appropriate recommendations to the Security Council.

6. Before meeting with the President you should inform the Ambassadors of Belgium, France and the United States of your intentions and suggest to them that they may wish to consider making a similar démarche.

7. For security considerations, we leave it to your discretion to decide whether to inform the PM(D) of your plans before or after the meeting with the President. When you meet with the PM(D), you should explain to him the limits of your mandate. You should also assure him that, while the mandate of UNAMIR does not allow you to extend protection to the informant, his identity and your contacts with him will not be repeated nor be revealed.

8. If you have major problems with the guidance provided above, you may consult us further. We wish to stress, however, that the overriding consideration is the need to avoid entering into a course of action that might lead to the use of force and unanticipated repercussions. Regards.

ANEXO – B

NOTÍCIAS SOBRE O GENOCÍDIO

Massacre at Nyarubuye church



By Fergal Keane

BBC Panorama reporter

Nyarubuye church.

Nine days earlier the plane carrying Rwanda's Hutu President, Juvenal Habyirimana, had been shot down flying into the capital Kigali.

Within hours the slaughter of members of the Tutsi minority as well as moderate Hutus had begun.

Among the killers marching to the church were Gitera Rwamuhuzi and his friend Silas Ngendahimana.

The Tutsis, including Flora Mukampore, had fled to the church believing they would be safe.

The local Mayor, Sylvestre Gacumbitsi, gave orders to the police to shoot, and then the peasants moved in to kill - hacking, slashing and bludgeoning their neighbours to death. Between five and ten thousand Tutsis were killed.

Rotting bodies

When I reached the scene weeks later the rotting bodies lay twisted terribly, skulls smashed open, faces frozen in the last terrible expression of violent death. How could men do this, I asked myself.

It is a question that has haunted me for a decade. Ten years after the slaughter I met some of the killers. Most are in jail but will soon be released under the government's Gacaca programme after confessing their crimes and apologising.

Gitera Rwamuhuzi is the most confident of his group and the natural leader. He smiled and shook my hand warmly.

He is an intelligent, complex man - and a ruthless killer. Before the genocide he was a local criminal gang enforcer and is said to have killed as many as 100 people, with his gang responsible for 300 deaths.

He has confessed only to three murders. "Whoever is telling you that story is exaggerating to try to make my name look bad," he says.

Gitera describes lying on the ground at Nyarubuye while the soldiers opened fire. He saw a Tutsi man trying to escape from the church and ran over and struck him on the head, killing him.

He blames Satan, a common theme among the prisoners. Responsibility is passed out of their hands to some supernatural force. There are no guilty men, only victims of dark forces.

But he also believed he was going to be killed by the Tutsis. "We thought that if they had managed to kill the head of state how were we ordinary people going to survive?" he says.

The killers came on a spring afternoon, as many as 7,000 men crowding down the narrow lane towards



Nyarubuye church was the scene of a notorious massacre

“They helped me to sit up and I noticed the maggots falling off me

Flora

Gitera describes killing his next door neighbours.

"They looked traumatised. They were people who had lost weight because they had not eaten for days. After killing the mother the toddler fell by her side," he says, crying.

Cyasa Habimana refuses to be photographed with the others, believing he is a man of greater substance. He also reads from his diaries, believing they justify him.

The Interahamwe militia group leader says he was a tool of more powerful men. He is cunning but with no imagination, an ex-army sergeant with a reputation as a hard man and a good organiser. He was persuaded to train the Interahamwe by an army colonel.

Cyasa does not blame the devil. He says the colonel gave him a new set of tyres for his truck and threatened to kill him if he did not comply.

He says he was not at Nyarubuye but was involved in attacks elsewhere in the area in which thousands of Tutsis died.

To the survivors, Cyasa was a monster, devoid of pity. He is now under sentence of death. Silas Ngendahimana was tending his crops of sorghum when he heard that the president's plane had been shot down.

At Nyarubuye church Silas carried a large impiri, a club studded with nails which he used to beat a Tutsi woman to death.

"You have to understand mercy wasn't part of the deal. The government had given them up to us to be killed," he says.

He points to his prison issue pink shirt, saying: "There was a water tap that was running and mixing with the blood. The ground was pink like this shirt."

Evariste Maherane is a free man. After six years awaiting trial, he confessed and apologised at a Gacaca hearing. He sits at home near Nyarubuye with his wife, children and grandson.

Buried alive

He remembers killing a 10-year-old Tutsi boy who had escaped from the church.

Evariste held the wounded boy, dressed in his school issue khaki shorts and shirt, by the neck and battered him with a club. Then they dug a hole and pushed the child in, still alive.

NYARUBUYE CHURCH MASSACRE

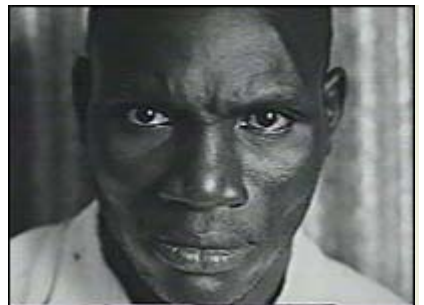


Gitera: A Killer's Story

Flora: A Survivor's Story

**Panorama: The
Killers**

**BBC One, Sun 4
Apr 2215 BST**



**“ You have to
understand mercy
wasn't part of the
deal. The
government had
given them up to
us to be killed ”**

Silas Ngendahimana

Evariste had a 10-year-old son of his own at the time, and is haunted by the memory of the Tutsi child's arms and legs flailing in the smothering earth. "It was a time of hatred. Our heads were hot. We were animals", he says.

When we last met during the genocide, Flora had a serious head wound and I thought she had suffered brain damage. A decade later she is still suffering, but is lucid in her descriptions and has forgotten nothing.

She was at Nyarubuye church. The killers, including Gitera, hacked towards her with machetes, axes and hoes. I remember Gitera telling me: "It was as if we were competing over the killing."

Flora was knocked to the ground by bodies falling on top of her and the Interahamwe assumed she was dead. Later, one of the killers spotted her moving and smashed her head with a hammer.

But she survived among the rotting corpses for over a month before being found. "They helped me to sit up and I noticed the maggots falling off me," she recalls.

Flora lost 17 members of her family in the genocide and is furious that Gitera and others are being offered freedom.

"We have been patient, we have been strong - but a killer like that? I don't believe in the death penalty, but surely he should have been locked up for good," she says.

Rape victims

Another girl, who Panorama is not naming, was 20 at the time of massacre. She was hiding when Mayor Gacumbitsi drove past.

"He was a friend of my father", she says: "When I saw him I thought that no harm can come to me."

But Gacumbitsi was angry. He raped her and told the six policemen to do the same. "We are going to rape you to death," she remembers him saying.

She is only alive because a Hutu man, Gacumbitsi's deputy Matthew Fashingabo, and his wife gave her shelter and smuggled her out of the country.

Why had he acted with such bravery? "Because I know that we are all human beings," he says.

Marie was captured near Nyarubuye by Hutus who took her as a sex slave and raped her more than 100 times.

Marie contracted Aids from her rapists and afterwards discovered that she was pregnant. That baby died of Aids and Marie is now in the final stages of the disease.

She says: "I don't know why this happened to me. I was a good person. It wasn't my fault I was born a Tutsi."

“ I don't know why this happened to me. I was a good person. It wasn't my fault I was born a Tutsi ”

Marie was raped 100 times and is now dying of AIDS

'Taken over by Satan'

In 1994 in the village of Nyarubuye, Rwanda, the Hutu majority went on a killing spree in the local church, slaughtering neighbours and friends.

Gitera Rwamuhuzi is one of those who took part in the genocide. This is his story.



Gitera Rwamuhuzi: 'I saw everything'

“Before the genocide, life was normal. For us, as long as there was a harvest good enough to save us from buying food from the market, I would say that we were happy. I heard that Tutsis were regarded as superior towards Hutus. For example a Hutu could only change his social status by serving in a Tutsi's household. The rest were low-class Hutus. Because the RPF were blamed for the death of President Habyarimana, we thought that they had started with the high-ranking officials and that they were going to end up doing the same to us ordinary people. We thought that if they had managed to kill the head of state, how were ordinary people supposed to survive? On the morning of 15 April 1994, each one of us woke up knowing what to do and where to go because we had made a plan the previous night. In the morning we woke up and started walking towards the church.

“Some people did not even find someone to kill because there were more killers than victims”

No life

After selecting the people who could use guns and grenades, they armed them and said we should surround the church.

They said one group would go south and another group would go to the north. There were so many of us we were treading on each others' heels.

People who had grenades detonated them. The Tutsis started screaming for help.

As they were screaming, those who had guns started to shoot inside.

They screamed saying that we are dying, help us, but the soldiers continued shooting.

I entered and when I met a man I hit him with a club and he died.

You would say why not two, three or four but I couldn't kill two or three because those that entered outnumbered those inside.

Some people did not even find someone to kill because there were more killers than victims.



Read the story of Flora Mukampore, who survived the Nyarubuye massacre

['Living among the dead'](#)

When we moved in, it was as if we were competing over the killing. We entered and each one of us began killing their own.

Each person who we cut looked like they had been hit by the grenades. They looked traumatised. They looked like their hearts had been taken away.

No one was asking for forgiveness. They looked like they had been killed already.

My neighbours

Those you cut were just not saying anything. They were scared that no one said anything. They must have been traumatized.

Apart from breathing you could see that they had no life in them. They looked like their hearts had been taken away.

I saw people whose hands had been amputated, those with no legs, and others with no heads. I saw everything.

Especially seeing people rolling around and screaming in agony, with no arms, no legs. People died in very bad conditions.

It was as if we were taken over by Satan. We were taken over by Satan. When Satan is using you, you lose your mind. We were not ourselves. Beginning with me, I don't think I was normal.

You wouldn't be normal if you start butchering people for no reason. We had been attacked by the devil.

Even when I dream my body changes in a way I cannot explain. These people were my neighbours. The picture of their deaths may never leave me. Everything else I can get out of my head but that picture never leaves. ”

**“ These people
were my
neighbours - the
picture of their
deaths may never
leave me ”**

UN chief's Rwanda genocide regret

The United Nations Secretary General Kofi Annan has said he could and should have done more to stop the genocide in Rwanda 10 years ago.

At a memorial conference at the UN, Mr Annan said he realised he personally could have done more to rally support for international efforts to stop it.

"The international community is guilty of sins of omission," Mr Annan said.

The genocide - in which some 800,000 people died - occurred when Mr Annan was head of UN peacekeeping forces.

The UN Security Council failed to reinforce the small UN peacekeeping force in the country.

"The international community failed Rwanda and that must leave us always with a sense of bitter regret," Mr Annan said.

He said the painful memory had influenced many of his later decisions as secretary general.

"I believed at that time that I was doing my best," he said.

"But I realised after the genocide that there was more that I could and should have done to sound the alarm and rally support."

No protection

Rwandans have accused the peacekeepers who were there at the time of failing to protect them.

One survivor, Specios Kenya Bugoi, described how 4,000 Tutsis took shelter close to Belgian troops hoping to be safe.

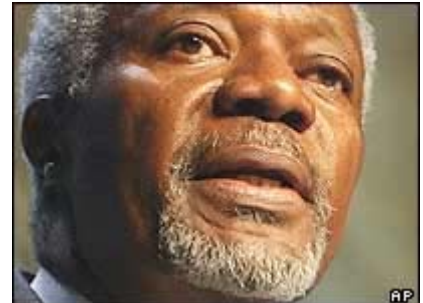
Speaking through an interpreter she described how the troops left and the killings began.

"During that massacre I lost my husband, members of my family, all of my friends, neighbours," she said.

"I slept among the cadavers for the whole night."

In April 2000 the UN Security Council admitted responsibility for failing to stop the genocide.

The Canadian Foreign Minister, Bill Graham, told the conference that 10 years after the genocide the international community had still not learned how to stop such killings from happening again.



Annan headed UN peacekeepers at the time of 1994 genocide

“ I believed at that time that I was doing my best ”

Kofi Annan

"We lack the political will to achieve the necessary agreement on how to put in place the type of measures that will prevent a future Rwanda from happening," he said.

Lessons learned?

The head of the small UN peacekeeping force in Rwanda at the time, Lieutenant General Romeo Dallaire, told the conference that no-one was interested in saving Rwandans and the bulk of his force was ordered to leave.

He suggested that attitudes now had not changed.

"I still believe that if an organisation decided to wipe out the 320 mountain gorillas there would be still more of a reaction by the international community to curtail or to stop that than there would be still today in attempting to protect thousands of human beings being slaughtered in the same country."

The UN has designated 7 April as international day of reflection on the genocide.

Mr Annan announced he was backing a call from the Rwandan government for the world to observe a minute of silence to remember the victims and resolve to prevent such a tragedy from ever happening again.

"Let us be united in a way we were not 10 years ago," he said.

1994: RWANDA'S GENOCIDE

April: Rwandan Hutu president Habyarimana killed when plane shot down

April -July: An estimated 800,000 Tutsis and moderate Hutus killed

July: Tutsi-led rebel movement RPF captures Rwanda's capital Kigali

July: Two million Hutus flee to Zaire, now the DRC

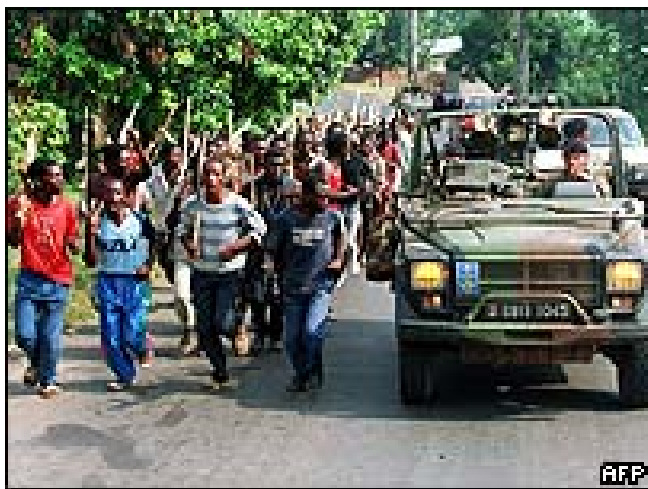
[Q&A: Search for justice](#)

ANEXO – C

FOTOS



Facão distribuído pelo Poder Hutu.



Interahamwes ao lado de tropas francesas da Opération Turquoise.



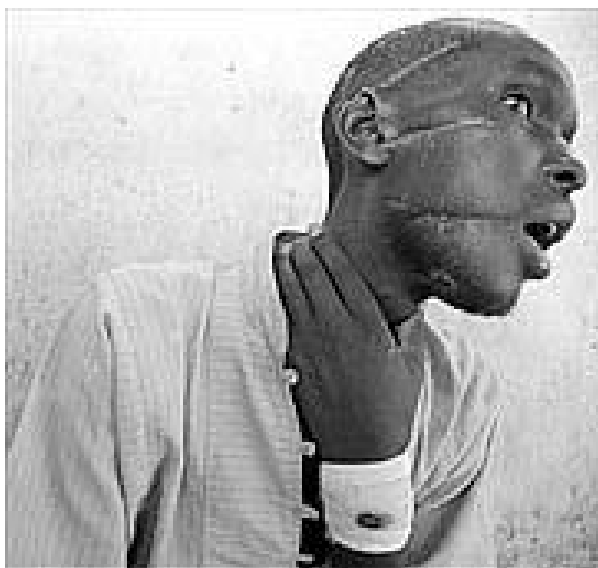
Sobrevivente, hoje com 16 anos. Quando foi ferido com um golpe de facão na cabeça, durante o genocídio, ele tinha apenas 6 anos de idade.



Igreja de Nyarubuye, palco do massacre de milhares de pessoas.



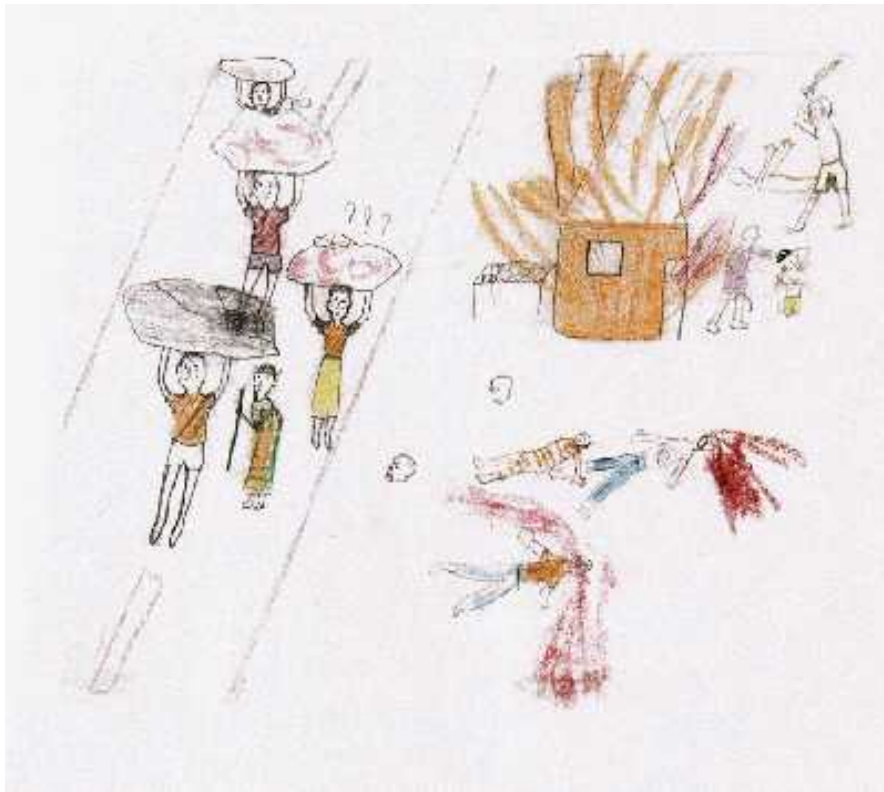
Bloqueio de Estrada comandado por milicianos da *Interahamwe*



Sobrevivente do massacre da Igreja Nyarubuye.

ANEXO - D

DESENHOS







ANEXO - E

MAPA